

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA JUVENTUDE
NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DA VIA
CAMPESSINA BRASIL**

PAULO ROGÉRIO ADAMATTI MANSAN

**CAMPINA GRANDE – PB
2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO**

**A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA JUVENTUDE NOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DA VIA CAMPESINA BRASIL**

PAULO ROGÉRIO ADAMATTI MANSAN

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO

A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA DA JUVENTUDE NOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DA VIA CAMPESINA BRASIL

PAULO ROGÉRIO ADAMATTI MANSAN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Campina Grande, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

2008

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M286c

2008 Mansan, Paulo Rogério Adamatti.

A construção identitária da juventude nos movimentos sociais da via campesina Brasil / Paulo Rogério Adamatti Mansan. — Campina Grande, 2008.

174 f. : il. Color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilda Aparecida de Menezes.

1. Juventude Camponesa. 2. Movimentos Sociais. 3. Via Campesina. 4. Identidades. I. Título.

CDU – 316.35(043)

Banca Examinadora

PAULO ROGÉRIO ADAMATTI MANSAN

Prof.^a Dra. Marilda Aparecida de Menezes
(Orientadora)

Prof.^o Dr. Edgar Afonso Malagodi
(Examinador interno – Suplente)

Prof.^a Dra. Ramonildes Gomes
(Examinadora interna)

Prof.^o Dr. Genaro Ieno Neto
(Examinador externo)

DEDICATÓRIA

À minha família, meus pais, Mercedes Cecília Adamatti Mansan e Antônio Moacir Mansan, minhas irmãs, meu irmão, sobrinhos e cunhados pela paciência, dedicação, compreensão e amor que foram fundamentais para vencer mais esta etapa da minha vida. Amo todos vocês.

De todo o coração ao meu filho DAVI Traspadini Mansan, que é luz na minha vida, e à sua mãe Roberta Traspadini.

À tia Sueli Adamatti, que sempre foi um ombro amigo e me ajudou a vencer grande parte das dificuldades na trajetória da minha vida.

À Pastoral da Juventude Rural e à Via campesina, que me deram a oportunidade de contribuir com maior acúmulo teórico na luta popular.

IN MEMORIAN

Aos meus quatro avós, à minha priminha, Justina Adamatti, e ao Pe. Gregório de Nadal, pessoas que levo como exemplo no coração. E a todos os trabalhadores e trabalhadoras, em especial jovens, que morreram para construir um mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas e entidades que contribuíram para que este trabalho se efetivasse. A estas gostaria de expressar minha sincera gratidão.

Entre elas agradeço:

- A Deus, pela vida.
- Aos camponeses organizados pela oportunidade de eu estar aqui.
- À Professora e companheira Marilda Aparecida de Menezes, minha orientadora, pela competência, apoio, paciência e incentivo na orientação deste trabalho. Pela amizade sincera demonstrada durante a realização do curso de mestrado que não se limitou à minha vida acadêmica, estendendo-se também à minha vida familiar e pelo apoio à militância.
- À minha família, que sempre torceu por mim nesta longa caminhada acadêmica.
- Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais pelas significativas contribuições acadêmicas.
- Aos colegas do curso de mestrado da UFCG, pela amizade.
- Aos irmãos companheiros da primeira Turma de Mestrado da Via campesina Florestan Fernandes Fabya, Felipe, Automar e Esmeraldo, pelos acalorados debates, pelo companheirismo, pelas mesas de bar e pela força nos momentos difíceis.
- Aos colegas das outras turmas da Via Campesina, Miguel, Suely, Franqueline, Sirlei, Elenar, Pablo e Vilson.
- Aos funcionários do curso de mestrado da UFCG pela prestatividade e amizade.
- Ao companheiro Jéferson, que incansavelmente passou noites acordado para me ajudar no fechamento do trabalho e de outras peleias que a luta exigia.
- A companheira Marília pela paciência na correção dos textos.

- Aos companheiros da Pastoral da Juventude Rural do Rio Grande do Sul, Isnar, Cerioli, Leca, Simone, Gesi, Sasá, Fabiano, Érico pelo apoio para estar aqui.
- Aos companheiros e irmãos da PJR do Brasil – Maciel, Eber, Luciana, Gilmar, - e tantos outros da Coordenação Nacional e de todos os cantos do Brasil - pessoas que junto me fazem acreditar em outro mundo, justo e igualitário.
- Aos companheiros de caminhada da PJR nordeste II, Bidê, Osman, Laécio, Alex, Denis e Jaqueline..
- Aos amigos da Via campesina Nacional e em especial aos companheiros e companheiras do coletivo de juventude da VIA Brasil, pelo apoio, paciência e ajuda na pesquisa.
- Aos companheiros que gentilmente cederam suas falas para usar no trabalho.
- Ao Grupo de Pesquisa sobre Juventude Rural, na pessoa de sua coordenadora, a professora Marilda Menezes pelas contribuições acadêmicas e pelo significativo apoio no decorrer da pesquisa.
- À professora Elisa Guaraná, pela permissão para o uso do material sobre perfil das lideranças e do Registro e transcrição do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural – PJR – Brasília/2006, *PERFIS DOS JOVENS PARTICIPANTES DE EVENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS*, Projeto de Pesquisa "Os jovens estão indo embora?" – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil" (Coord. Elisa Guaraná de Castro – Dra. Antropologia social (MN/PPGAS/UFRJ), Prof. Adjunto UFRuralRJ), apoio do NEAD/MDA.
- Ao CNPq, pelo apoio financeiro através do Edital Universal MCT/CNPq 02/2006 ao Projeto de Pesquisa 'Juventudes Rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais, coordenado pela Profª.Dra. Marilda A. Menezes.

SIGLAS

OMS - Organização Mundial da Saúde

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência ea cultura

VC – Via campesina

CONTAG – Confederação Nacional dos trabalhadores da Agricultura familiar

CRAB - Comissão Regional de Atingidos por Barragens

PJR – Pastoral da Juventude Rural

CIMI – Conselho Indiginista Missionário

MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MMC – Movimento das Mulheres camponesas

MAB – Movimento dos atingidos por Barragens.

FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

I PN JVC – Primeira Plenária Nacional da Juventude da Via campesina

JVC - Juventude da Via Campesina

II CNPJR – Segundo congresso nacional da Pastoral da Juventude Rural

I SN JVC – Primeiro seminário nacional da Juventude da Via Campesina

II SN JVC – II Seminário nacional da Juventude da Via Campesina

ITERRA - Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

RESUMO

A Via Campesina é uma articulação internacional de Movimentos e organizações camponesas presente em sessenta e cinco países. No Brasil, ela iniciou-se no ano de 2001 e tem sete organizações presentes desde a sua fundação: MST, MPA, MMC, MAB, PJR, CPT e FEAB. É uma organização que luta pela melhoria da qualidade de vida das famílias camponesas sob sua coordenação, e que internacionalmente tenta se contrapor ao avanço do modelo neoliberal na agricultura. O centro do meu estudo é a emergência da juventude dentro dos movimentos sociais da Via Campesina no Brasil. Baseamo-nos nos estudos sobre campesinato e juventude rural e na teoria de E.P. Thompson (1989) sobre identidades. Desenvolvemos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, temos uma contextualização dos movimentos sociais, a importância da articulação em redes dos movimentos camponeses e o surgimento de linhas de atuação da Via Campesina, como os jovens, mulheres, quilombolas, indígenas. No segundo capítulo, analisamos o processo de construção e a emergência da juventude dentro da Via Campesina. No terceiro, analisamos os seminários e a plenária da Via Campesina e o II congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural como espaços da construção da identidade da juventude da Via Campesina. E, por fim, no quarto capítulo, analisamos a trajetória de lideranças jovens nos movimentos sociais, para compreendermos os contextos de iniciação das lideranças nos movimentos e suas formas de participação. Como metodologia básica, utilizamos a história oral e a etnografia. Como conclusões gerais, entendemos que a juventude da Via constrói-se como sujeito político no fazer-se da luta dos movimentos sociais, tanto através das ações quanto dos discursos. O engajamento dos jovens nos movimentos da via demonstra o seu compromisso com a transformação da sociedade e a articulação e organização do campesinato e da classe trabalhadora

Palavras chaves: Juventude camponesa, Via Campesina, Movimentos Sociais e Identidades

ABSTRACT

The Via Campesina is an international network of Movements and peasant organisations represented in 65 countries. In Brazil, it was founded in 2001 with the participation of seven organisations: MST, MMC, MAB, PJR, CPT and FEAB. It is an organisation that struggles to improve the quality of life of peasant families under its coordination, and – at an international level – opposes the progress of the neoliberal model of agriculture. The focus of this study is the emergence of the young people as activists within the social movements members of Via Campesina in Brazil, based on studies around peasants and rural youth and the identity theory of E.P. Thompson. This dissertation is structured into four chapters. The first examines the politico-historical context of social movements in Brazil, the importance of interaction between peasant movement networks, and the appearance of specific groups of activists within the Via Campesina: young people, women, afro-descendants (*quilombolas*) and indigenous people. In the second chapter, the process of emergence and consolidation of young activists within the Via Campesina is analysed. In the third, the Via Campesina's seminars and plenary sessions and the II PJR (Rural youth pastoral) National Congress are examined, as specific spaces of youth identity construction within the organisation. And finally, in the last chapter, the life-stories of young social leaders is analysed, with the objective of understanding the background to their initiation and forms of participation in the movements. Oral history and ethnography are used as baseline methodology. This study concludes that young activists of the Via Campesina are consolidated as political subjects through the struggle itself, as much in action as in discourse. The determination of the youth of Via Campesina's movements shows their commitment to the transformation of society and the organisation and strengthening of peasants and the working class.

Key words: Rural youth, Via Campesina, Social movements and identities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E A VIA CAMPESINA	22
1.1. Movimentos Sociais e Redes Sociais: a formação da Via Campesina	28
1.2. Campesinato como Sujeito Histórico	41
CAPÍTULO II - A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE NA.....	48
VIA CAMPESINA.....	48
2.1. Juventude como Construção Social	49
2.2. Juventude Rural	52
2.3. A Juventude na Via Campesina	57
CAPÍTULO III - PERFIL DA JUVENTUDE DA VIA, CONGRESSOS,	
SEMINÁRIOS DA PJR E VIA CAMPESINA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	
.....	67
3.1. Identidade.....	68
3.2 Pesquisa mestrado: A emergência da juventude dentro dos movimentos sociais da	
Via Campesina.....	74
3.3 Encontros como espaços de construção da identidade da Juventude da Via	
Campesina.....	88
3.3.1 II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural.....	89
3.3.2 I Seminário Nacional da Juventude da Juventude da Via Campesina e o II	
Seminário da Juventude do Campo e da Cidade.....	93
3.3.3 I Plenária Nacional da Juventude da Via Campesina Brasil.....	94
3.4 Como a juventude se constitui como ator político.....	96
3.4.1 - A Mística	98
3.4.2 Projeto Popular	104
3.4.3 Educação.....	110
3.4.4 Renda, lazer e cultura.....	114
3.5. Categorias utilizadas pelos jovens nos encontros.....	116
CAPÍTULO VI - TRAJETÓRIA DE LIDERANÇAS DA VIA CAMPESINA	122
4.1 Trajetórias das lideranças.....	122
4.2 - Entrevista com Ana Lúcia do MPA – Espírito Santo.....	125
4.3 Entrevista com Eber Cristiana Dartora – PJR - Rio Grande do Sul - Brasília	131
4.4 Entrevista João Paulo Rodrigues do MST.....	137
4.5 Entrevista com Rosana – Coordenação nacional do MAB.....	143
Breves considerações finais.....	150
REFERÊNCIAS.....	153
Anexos	160

Anexo 1 - Roteiro de entrevistas abertas	160
Anexo 2 – Questionário sobre o perfil dos jovens entrevistados.....	162
Anexo 3 – Quadros dos entrevistados.....	174

INTRODUÇÃO

Existe um debate na atualidade que percorre a Via Campesina, os Movimentos Sociais do Campo e a intelectualidade brasileira sobre o conceito e o papel do campesinato brasileiro e suas bases teóricas. Apesar de ser uma discussão antiga, essa temática acaba se revitalizando, diante do número significativo de camponeses no mundo e, no nosso caso, no Brasil. A Via Campesina, por exercer um papel de articulação entre camponeses e organizações camponesas, é um dos protagonistas nesse debate.

O objeto deste estudo é *a análise da juventude nos movimentos sociais do campo articulados na Via Campesina*. A idéia central é analisar como a juventude vai se construindo como ator político nestes movimentos. Optamos pela Via Campesina, pois esta é uma das maiores forças sociais do campo brasileiro, tendo em suas bases mais de três milhões de camponeses.

Este estudo originou-se de indagações e interrogações frente a um fenômeno empírico que chamou a atenção pela sua pertinência sociológica. Ou seja, como a juventude, uma força tão presente nos movimentos e nos mais diversos espaços sociais, está tão invisível? O que gera sua invisibilidade? Como os movimentos sociais trabalham com os jovens em suas bases? Como militante e pesquisador decidi aprofundar o tema, e após algum tempo de estudo agreguei mais alguns motivos, frutos da pesquisa.

O fato dos Movimentos Sociais do Campo terem poucas experiências recentes sistematizadas sobre a juventude estimula um debate interno da Via Campesina. Juntamente com isso, a definição política tomada pela Via Campesina, no sentido de contribuir na organização dos jovens do campo e também da cidade, tem gerado um debate e uma mobilização social da juventude.

Tomando como base o grande número da população do campo, decidimos fazer um corte em nosso objeto de pesquisa para melhor delimitar a área de estudo. Ao tratarmos do tema da juventude, a partir dos dados oficiais, temos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD,

2004), uma população de cinquenta milhões de pessoas entre quinze e vinte e nove anos, cerca de 27% da população total do país, das quais 18 % são jovens rurais, ou seja, 9 milhões de jovens. Se ampliarmos a faixa etária no campo até trinta e três anos, chegamos a aproximadamente 12 milhões de jovens rurais. Segundo dados de dirigentes nacionais dos movimentos da Via Campesina, quase 800.000 pertencem às bases dos movimentos sociais dessa organização. É um universo múltiplo de identidades e diversidades que devem ser trabalhadas e estudadas, com suas peculiaridades e suas construções sociais, políticas e econômicas.

Nossa intenção é dar visibilidade à discussão da emergência da juventude nos movimentos da Via Campesina, conseqüentemente, contribuir para a proposição de políticas públicas para esse grupo, e para o desenvolvimento de métodos específicos de trabalho junto à juventude camponesa.

Quando falarmos em juventude da Via Campesina, não envolveremos todos os jovens do meio rural. Basearemos nossa análise em uma construção dos movimentos sociais, que é uma identidade política e possui peculiaridades próprias, ou seja, não trabalharemos com uma categoria que abarque todos os jovens rurais do Brasil, mas com os jovens envolvidos nessa construção cultural e política da Via Campesina brasileira.

Para construir esse trabalho utilizaremos, em especial, o método etnográfico da história oral. Fizemos entrevistas abertas, análises de reuniões, de encontros, de discursos dos dirigentes jovens e de dirigentes históricos dos próprios movimentos. A etnografia, de uma forma geral, foi necessária para o estudo descritivo de vários aspectos sociais dos jovens da Via Campesina. Trabalharemos com alguns autores que estudam a juventude rural no cenário brasileiro, como: Carneiro (1998), Abramovay (1998), Torrens (2000), Stropasolas (2004), Wiesheimer (2004), Castro (2005), Wanderley (2006) e Menezes (2006).

A pesquisa também se fundamenta na observação etnográfica. Segundo Malinowski:

Na etnografia, o autor é, ao mesmo tempo, o seu próprio cronista e historiador; suas fontes são, indubitavelmente, bastante acessíveis, mas também enganosas e complexas; não estão incorporadas a documentos materiais fixos, mas sim ao comportamento e memória de seres humanos. Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, caleidoscópio da vida tribal. (MALINOWSKI, 1978 p.23)

A etnografia contribuiu no trabalho com o relato da heterogeneidade e da diversidade dos atores sociais dentro da Via Campesina, pois, como se verificou, eles apresentaram uma rede complexa de interpretações devido às variadas condições históricas, econômicas e culturais que constituíram suas trajetórias e vidas. Existem fatores como a religião, as condições econômicas, as relações sociais, as condições político-históricas, que contribuem para essa diversidade juvenil estudada.

Para compreender essa realidade, trabalharemos os relatos de vida de lideranças jovens. Inicialmente, tentaremos entender como os jovens atuam, são tratados e estão inseridos no cotidiano dos movimentos sociais. Posteriormente, nos questionaremos sobre o posicionamento das lideranças mais velhas diante da postura política da juventude, bem como se esse posicionamento se reflete no discurso político das direções. Diante desses questionamentos será possível perceber os sinais da emergência da juventude dentro dos movimentos sociais da Via Campesina.

Através da trajetória de vida dessas lideranças buscaremos perceber a relação entre a trajetória do indivíduo e a própria dinâmica do movimento social. Na análise de congressos, encontros e seminários, buscaremos o entendimento das linguagens, das demandas sociais, dos símbolos, da mística e dos demais elementos que indicam a construção da identidade de juventude dentro dos movimentos sociais da Via Campesina.

Desenvolveremos a dissertação em quatro capítulos. No primeiro, teremos uma contextualização dos movimentos sociais, a importância da articulação em redes dos movimentos camponeses e o surgimento de linhas de

atuação da Via Campesina, trabalhando o campesinato como central e os movimentos camponeses brasileiros abrindo-se para a construção de diversos sujeitos sociais como os jovens, mulheres, quilombolas, indígenas. No segundo capítulo, analisaremos o processo de construção e a emergência da juventude dentro da Via Campesina. No terceiro, refletiremos sobre os seminários e a plenária da Via Campesina e o "II congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural" como espaços da construção da identidade da juventude da Via Campesina. E, por fim, no quarto capítulo discorreremos sobre a trajetória de lideranças jovens nos movimentos sociais para percebermos a emergência desse trabalho com a juventude da Via Campesina.

Para tanto, gozando da situação de jovem camponês vinculado à Via Campesina através da Pastoral da Juventude Rural, tenho acesso à região interna do cenário, onde ocorreram os fatos que serão relatados, o que me permitirá perceber a proximidade entre os sujeitos que atuam dentro da mesma luta e a interação social reiterada por Goffman (1978). A opção pela etnografia ajudará a observar as relações, os gestos, as posturas dos jovens e dos dirigentes nos movimentos com mais facilidade, devido à proximidade dos envolvidos: entrevistador-entrevistado. Fazendo uso dessa familiaridade com objeto dessa pesquisa, será incluído, também, para ampliar as fontes de pesquisa, os documentos históricos dos movimentos.

Participamos ainda de encontros massivos dos movimentos sociais, reuniões de coordenações, espaços informais de encontro dos jovens. Porém, daremos maior ênfase ao II Congresso Nacional da PJR¹, realizado em Brasília em julho de dois mil e seis. Optamos por este evento, pelo poder de aglutinação que ele desempenhava, já que foi o primeiro espaço, em âmbito nacional, que conglomerou todas as organizações da Via Campesina. E foi nesse espaço que coletamos mais material para análise. Para fazer essa coleta de dados, faremos uso de um caderno de anotações, de diário de campo, de acordo com a orientação de Malinowski :

Se ao fazermos nossa ronda diária da aldeia, observarmos que certos pequenos incidentes (...) ocorrem repetidamente, devemos registrá-lo o quanto antes. É importante que esse trabalho de

¹ II CN PJR.

coleta e registro das impressões seja feito desde o início. (...) Os diários etnográficos, feitos sistematicamente no curso dos trabalhos num distrito, é o instrumento ideal para esse tipo de estudo. E se, paralelamente ao registro de fatos normais e típicos, fizermos também o registro de que representam ligeiros e acentuados desvios da norma, estaremos perfeitamente habilitados a determinar os dois extremos da escala da normalidade. (MALINOWSKI, 1984, p. 22-23)

A importância desse instrumento exigirá muita disciplina do pesquisador e cuidado com o registro dos acontecimentos, no que se refere à riqueza dos detalhes no momento do ato ocorrido, aproveitando cada detalhe, já que cada ato é contextual, por isso o cuidado para captar os elementos que ocorreram, tendo em vista que os mesmos não se repetiram da mesma forma. Por este motivo, o registro será de crucial importância para captar e sistematizar as atitudes e reações dos atores envolvidos ao protagonizarem suas cenas. Para conseguir usar com eficácia esse instrumento, acompanharemos os jovens em todos os espaços, dedicando todos os dias antes de dormir, uma hora para sistematizar os fatos ocorridos, pois não pretendíamos que o papel, a caneta e a máquina fotográfica inibissem os sujeitos pesquisados, ainda mais porque os indivíduos pesquisados são companheiros de militância e isso poderá constrangê-los.

Além da etnografia, utilizamos a **história oral**, que segundo Menezes,

Busca fazer uma interpretação da fala do outro, reconstruindo não apenas os eventos, as experiências e os processos sociais, mas o sentido atribuído pelo seu praticante. Os trabalhos baseados nos relatos orais tentam incorporar as vantagens da subjetividade dos documentos bem como das relações de subjetividade entre o pesquisador e o seu informante. (MENEZES, 2003, p. 03).

Nossa prática no trabalho de campo será orientada pela compreensão de Menezes, onde a entrevista é apenas um momento da prática de pesquisa e não se orienta por procedimentos prefixados e rígidos, mas sim, como instrumento que colabora na organização de um espaço de interação entre pessoas em posições sociais diferenciadas, em que se negociam saberes, práticas e interesses.

A história oral é, também, uma metodologia que visa dar visibilidade aos sujeitos sociais que estão em posições inferiores na sociedade. Nesse sentido, Trebitsch destaca,

Mantendo a predileção pelos grupos menos favorecidos e oprimidos e sobretudo as mulheres, apresenta-se, talvez, mais que em outros países, como a vanguarda de uma 'outra história', 'vista de baixo', uma história do cotidiano, até mesmo uma história 'verde', cuja função social e política implica a 'solidariedade compreensiva' dos pesquisadores e de seus objetos, e resulta em uma teoria de ação e construção do social. (TRESBICH, 1994, p.31)

A história oral, além de ser um espaço onde se escuta e privilegia a voz do outro, há o esforço de se aproximar do ponto de vista do sujeito pesquisado, respeitando suas construções, processos e contradições. Outro motivo que contribui para a opção da história oral como instrumento de análise dialógica é o compromisso político que ela nos remete. Menezes (2003) afirma a importância de se ter um compromisso político, mas ressalta que:

A perspectiva política da metodologia da história oral não exige necessariamente um alinhamento com grupos considerados de 'esquerda', ou 'radicais', ou 'subalternos', com movimentos sociais e políticos, mas sim esta presente na seleção do objeto, na prática da pesquisa, tanto na produção dos documentos quanto de sua análise e na construção do texto do pesquisador. O compromisso político pode estar inclusive nas estratégias de comunicação. (MENEZES, 2003 p.28)

Essa perspectiva política poderia ter sido construída com mais ênfase em algumas das etapas do processo, porém ela tangenciará todo o trabalho, demonstrada sob a forma de comunicação do pesquisador com os pesquisados, fazendo com que os mesmos se questionem sobre sua diversidade e complexidade, vivida cotidianamente enquanto jovens camponeses integrados aos movimentos sociais.

Levaremos em conta as observações de Menezes, pois por ser 'jovem militante' dos movimentos sociais, cuidaremos para não cometer o erro de reproduzir os esquemas e jogos de poder no interior de nosso movimento. Menezes alerta para esse fato quando reitera que:

Nesses termos, uma pesquisa realizada para atender a interesses de um sindicato ou de um movimento social pode, muitas vezes, reafirmar estruturas de poder, como retirar da voz do outro o que interessa ao pesquisador, enquanto que em outras pesquisas com orientação mais acadêmica podem ser ensaios de aproximação do modo de ser e pensar do outro e de questionamento das estruturas de poder. (MENEZES, 2003, p.32)

Essa relação dialógica e dialética entre pesquisador, sujeito pesquisado - sujeito da ação traz um elemento central que é o da participação no processo. Ou seja, estará manifesta a perspectiva militante da história oral, a partir do compromisso ético com a teoria e o grupo estudado, ao levar em conta o processo e suas contradições, apontando caminhos possíveis de reinterpretar o processo para um novo sentido do caminhar.

Estará clara a importância das diretrizes éticas, não para estas se sobreponem aos procedimentos da história oral, mas para garantir o mínimo de proteção para o entrevistado e para o próprio entrevistador. Ao final de cada entrevista guardaremos autorizações para publicações, pós-revisão, desde que se torne viável para o entrevistado.

Portelli (1997) aponta para um mínimo de garantias e nos seus relatos afirma que conta com os seguintes cuidados:

a) As compensações materiais de tudo o que faz são tão irrisórias que dificilmente criarão controvérsias sérias. B) tem um compromisso com ele, de não usar nem um material que prejudique o entrevistado, nem o desagrade (PORTELLI, 1997, p.14).

Junto com esses instrumentos, adotaremos outros procedimentos que Portelli sugere, como: um acordo verbal gravado, pois, acreditando que este procedimento tenha o mesmo valor que algo escrito, lavrado em cartório, a utilização deste recurso ajuda no processo de pesquisa e nos resultados alcançados. O balizador será o compromisso com a honestidade, que significa o respeito pessoal por aqueles com quem trabalhamos, bem como o respeito intelectual pelo material que conseguimos. Também aplicamos 102

questionários quantitativos para traçar um perfil das lideranças da Via Campesina em nível nacional.

Integraremos o processo como observador participante em todas as atividades, e teremos facilidade por ser um "jovem militante". A idéia é compreender a relação sujeito-sujeito no processo de pesquisa. Assim, os entrevistados não serão considerados objeto de pesquisa, mas sujeitos. Eles são meus companheiros de luta, e alguns são da mesma organização².

Respondendo politicamente pela Pastoral da Juventude Rural em determinadas situações e estando na coordenação nacional desta organização, fui designado a acompanhar e organizar o coletivo de jovens da Via Campesina. Assim, atualmente criamos uma Coordenação Nacional da Juventude da Via Campesina, contando com dois jovens por organização, sendo que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra normalmente coloca mais pessoas, pois tem uma estrutura de apoio maior do que as outras organizações. Neste âmbito, acontece minha relação com os entrevistados, que são todos amigos pessoais.

Como exemplo da relação sujeito-sujeito, citamos a experiência de uma entrevista aberta com o companheiro João Paulo Rodrigues, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Vale salientar que todas as entrevistas foram feitas em uma situação muito agradável, de troca de visões. Após manifestar a necessidade da entrevista, João Paulo convidou-nos para ir à sua casa, jantar em sua companhia e de sua companheira, o que nos obrigou a passar a noite em sua residência. Isso tudo foi posteriormente a um dia de reuniões intensas e exaustivas, mais exatamente após 12 horas de reunião. Diante da carga de obrigações do entrevistado, era o único dia possível de conversarmos. O espaço estava bem descontraído, convidou-nos para vermos o jogo do São Paulo, time pelo qual ele é torcedor, que estava passando na televisão. Acompanhado de uma tradicional cachaça mineira, a conversa fluiu sobre os mais variados assuntos, em seguida baixou o volume da TV onde passava o jogo e começamos a entrevista. Conseguimos fazer um diálogo sobre

² A PJR, que ganha destaque dentro da Via Campesina, pelo fato de ser a única organização que trabalha especificamente com jovens.

as percepções do entrevistado acerca de sua história pessoal, do trabalho com juventude e das linhas de atuação para o futuro.

Em linhas gerais, o trabalho foi construído com:

a. Pesquisa Bibliográfica – a partir da qual realizamos um resgate dos clássicos da juventude e dos que estudam na atualidade dos temas presentes;

b. Pesquisa Etnográfica – através da qual interagimos com os movimentos; utilizamos a técnica de observação participante nas reuniões, encontros, cursos e atividades realizados pela Via Campesina previstas para 2006 e 2007, cujos registros foram efetivados.

c. Análise documental – documentos dos movimentos sociais, em especial dos relatórios das reuniões, dos encontros dos congressos, cartilhas, artigos, bem como as pesquisas realizadas pelos movimentos sociais da Via Campesina, investigação realizada com os movimentos sociais da Via como a aquela coordenada pela prof^a Elisa Guaraná: Projeto de Pesquisa: “*Os jovens estão indo embora?*” – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil”. Perfil e registro e transcrição do II Congresso da Pastoral da Juventude Rural – PJR – Brasília/2006. Nesses documentos analisaremos as demandas que existem, os projetos discutidos. Analisaremos prioritariamente o II congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, o I e o II Seminários Nacionais Organizados pela Juventude da Via Campesina, e a I Plenária Nacional da Juventude da Via Campesina.

d. Aplicamos um questionário para obter um perfil das lideranças da Via Campesina Brasil, anexo no final;

e. A aproximação com nossos sujeitos do estudo será através de entrevistas semi-estruturadas, em que abordaremos as trajetórias de vida com um roteiro aberto. Realizaremos dez entrevistas, com lideranças da Via Campesina, para a pesquisa empírica.

CAPÍTULO I - MOVIMENTOS SOCIAIS E A VIA CAMPESINA

Os movimentos de luta pelo acesso e permanência na terra e as formas de organização popular rurais são antigos no Brasil. Alguns historiadores trabalham com a idéia de “mitos fundadores”, tendo como origem única as lutas democráticas no Brasil durante as décadas de 70 e 80. No entanto, nossa abordagem se diferencia e segue a perspectiva de Ilse Scherer-Warren (1993) e a de Eder Sader (1998), que abordam os novos personagens atuando em cena, respeitando assim a trajetória de todas as lutas que antecederam a história atual, além de fornecer uma importante ênfase para aquelas décadas.

Partiremos de uma rápida contextualização sobre os movimentos sociais desde a década de 80 até a atualidade. Sem intenção de minimizar e desmerecer os movimentos das décadas ou séculos anteriores, assistiremos e contextualizaremos historicamente para chegarmos aos denominados “novos movimentos sociais”.

Scherer-Warren, analisa o século XX usando uma pequena periodização dos Movimentos Sociais do campo:

a) A ocorrência de movimentos sociais que se organizam até o golpe militar de 64; b) Período de refluxo, durante a repressão militar às manifestações da sociedade civil ocorridas nas décadas de 60 e 70; c) A retomada das manifestações e novas formas de organizações camponesas a partir da 2ª metade da década de 70. (Scherer-Warren, 1993, p. 65)

Nessa abordagem, chamamos de “Velhos Movimentos Sociais” os que vinham no primeiro período, antes do governo militar, e de “Novos Movimentos Sociais (NMS)” os do segundo período até a atualidade, ou seja, os movimentos que foram organizados ou reorganizados a partir de finais da década de 70 no processo de redemocratização da sociedade brasileira. A razão dessa categorização de novos personagens ou de novos movimentos não é

simplesmente temporal, mas sim intencionada e direcionada a perceber as mudanças ocorridas nos novos movimentos sociais. Para Scherer (1993), os velhos movimentos são diferenciados dos novos nas formas de organizações e encaminhamentos das suas lutas. Os velhos movimentos sociais "(...) em certas ocasiões utilizavam o instrumento da democracia representativa e não excluíam, em outras, o recurso da violência física" (SCHERER-WARREN, 1993, p.68). É fato que não devemos universalizar a idéia. Sendo assim, esta era uma das características gerais que se destacava:

O início dos anos 60 será o momento da articulação das diferentes lutas sociais disseminadas no país, mas também o da disputa de sua condução por várias organizações políticas (Igreja Católica, PCB, Ligas Camponesas, MASTER e o estado Populista (SANTOS, 1989, p.78).

Destacamos ainda, nesse primeiro período, inúmeros movimentos messiânicos em todo o país, principalmente nas três primeiras décadas do século XX, ocasionados pelas rebeliões sociais. Outros movimentos fortes nessa época foram o dos cangaceiros no nordeste brasileiro; e o das lutas de posseiros na região sudoeste nos anos 50. Nas décadas de 1950 e 1960, destacamos ainda o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no Rio Grande do Sul e o das Ligas Camponesas no nordeste que, segundo Scherer (1993), também foram organizadas como os movimentos anteriores: em torno de fortes lideranças, sendo as vezes até personalistas:

Após o Golpe Militar de 1964, há um período em que apenas o sindicalismo rural continua se disseminando pelos municípios Brasileiros porém, com características cada vez mais assistencialista (SCHERER-WARREN, 1993, p.97).

Nos anos subsequentes à década de sessenta, imersos no contexto da ditadura militar, a repressão inibiu todos os movimentos. Dentre estes, o movimento que se fortaleceu minimamente foi o sindicalismo rural, que surgiu atrelado ao Estado e ganhou rapidamente um caráter assistencialista.

O fio condutor da teoria dos Novos Movimentos Sociais é a concepção de que os Movimentos Sociais constituem-se na sua atuação social, na sua construção diária. Ao ser criado por sujeitos sociais múltiplos e diversos, o movimento incorpora donas-de-casa, moradores de favela, entre outros, e sua prática os põe em evidência, legitimando-os como protagonistas de sua história, sem que teorias prévias os tivessem constituído ou designado. Essa nova leitura, do protagonismo dos sujeitos sociais na condução de suas lutas, nos coloca em diálogo com E. Thompson (1937), autor integrante da nova esquerda britânica.

Nas últimas décadas do século XX, a historiografia europeia e mundial sofreram influência irrefutável dos trabalhos de E. Thompson (1987), historiador inglês, responsável por uma nova leitura dos motins ingleses do século XVIII e por uma nova concepção do papel da justiça, dos costumes e das leis em sua vinculação com os movimentos sociais. Ao relatar o papel da cultura, o pesquisador buscou uma aproximação crescente com as contribuições da antropologia, a fim de compreender o passado além dos elementos de natureza sócio-econômica (Thompson, 1978;1987;1998). No Brasil, a contribuição dessas novas concepções da história abriu outras possibilidades de interpretar os próprios movimentos sociais, e novas luzes para dialogar e ajudar na construção de teorias dinâmicas destes movimentos.

Nessa perspectiva, temos o livro de Eder Sader, intitulado *Quando novos personagens entram em cena* em cujo prefácio Marilena Chaui destaca a importância desse novo jeito de interpretar e ler os novos movimentos sociais. Essa perspectiva sobre os movimentos sociais remete a três características importantes: primeiro, pela importância dada aos próprios movimentos e por terem se recriado como novos sujeitos; segundo, pelo fato de se existir um sujeito coletivo descentralizado, formados por indivíduos até então dispersos e privados, que passam a definir-se, a reconhecer-se mutuamente, a decidirem juntos e avaliar e redefinir cada ação efetuada resultante das decisões tomadas; e, finalmente, por esse novo sujeito, embora coletivo, não se apresentar como portador da unidade definitiva, simbolizando uma máquina que funciona corretamente com todas as suas peças, mas que permite abertura à construção do fazer-se. Em outras palavras, significa um novo sujeito, que precisa dialogar

com as velhas instituições como a Igreja, sindicatos de esquerda em crise, o que a obriga a fazer reformulações no seu discurso e na sua prática.

Como exemplo, Scherer-Warren (1993) identifica algumas formas de organização camponesas surgidas nas últimas décadas. Destacam-se:

a) Movimento das Barragens: a partir de 1976, com Sobradinho e Itaparica, no Nordeste; 1978, com Itaipu Binacional; na década de 80, na Bacia do Uruguai, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Tucuruí, no Norte, dentre outras. B) Movimento dos Sem-Terra: a partir de 1979, sendo particularmente forte no sul e sudoeste do Brasil, chegando a seu apogeu em 1985, quando da realização simultânea de vários acampamentos coletivos, enquanto forma de luta. C) Movimento de Mulheres Agricultoras: a partir de 1981, as quais além de suas lutas específicas têm também lutado pela questão da terra, vindo a fortalecer os movimentos das barragens e dos sem terra (SCHERER-WARREN, 1993, p.66).

Esses novos movimentos dialogam entre si e se influenciam diretamente, recebendo apoio dos setores progressistas da Igreja e de forças sindicais renovadas. Outros exemplos de movimentos que trazem novos elementos nas formas de fazer política são: O Movimento de Saques no nordeste, que, durante o período da grande seca de 1979-83, incorporou elementos de contestação social, como o de questionar o "direito sagrado de propriedade", e explícita, a partir de sua luta, elementos de desobediência civil; o Movimento dos Bóias-Frias, cujas greves da década de 70 de trabalhadores temporários da agricultura, em especial dos bóias-frias das agroindústrias canavieiras do estado de São Paulo, demarcaram o contexto de sua reação à política oficial do governo. Além das tradicionais reivindicações trabalhistas, estes sujeitos incorporaram elementos de renovação sindical e do "novo sindicalismo" no campo.

O diferencial dessas novas formas de organização do campo é a importância da participação ampliada das bases, a democracia direta sempre que possível, a oposição, pelo menos no nível ideológico, ao autoritarismo e à centralização do poder, bem como ao uso de violência. Da mesma forma, os Novos Movimentos Sociais defendem utopias de transformações sociais em geral. Esses movimentos se proliferaram em torno de duas perspectivas: a primeira remete-se ao objetivo específico em torno do qual a luta é travada, como, por

exemplo, a posse da terra e os direitos trabalhistas e sociais. A segunda é a perspectiva da construção de uma nova sociedade, a qual é concebida como um processo em que novas relações comunitárias e societárias vão sendo construídas. Vale ressaltar, inclusive, a preocupação destes NMS com uma articulação para além de suas fronteiras nacionais:

Essas novas formas de organização e de lutas no campo incorporam algumas características de um movimento cultural mais amplo que vem ocorrendo em escala internacional, cujos atores coletivos passaram a ser denominados de "Novos Movimentos Sociais". Para América Latina, no que diz respeito aos movimentos sociais no campo, alguns setores da igreja, seguidores, da Teologia da Libertação, têm se apresentado como alguns dos mediadores mais importantes para a introdução desses novos processos políticos entre as classes subalternas, mas também a influência das chamadas "lideranças de esquerda", que em seu conjunto mesclam velhos e novos modos de "fazer política" gerando frequentemente tensões no seio dos vários movimentos." (SCHERER, 1993, p.68).

É notória a necessidade de articulação mais ampla, uma vez que os movimentos percebem que em seu agir local não existem avanços além das pequenas conquistas econômicas. A "Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB)" foi um dos primeiros movimentos que saiu em busca de articulação tanto nacional como internacional. Em 1989, essa comissão organizou o *I Encontro Nacional de Atingidos por Barragens*, realizado em Goiânia. Neste encontro, a necessidade de articulação em redes e de unificação da luta contra as construções das barragens, além de se articular e lutar conjuntamente, é percebida, inclusive, no encerramento em um dos poemas de um atingido pela barragem de Itaparica:

companheiros atingidos/ vamos com disposição/ juntar-nos de
Norte a Sul/ com muita organização/ pra enfrentar o principal
carcará/ dessa tal de lei do cão/ Essa tal lei do cão/ que estuda
todo dia /projetos de hidrelétrica/ para produzir energia/ onde
acaba com o homem/ matando o povo de fome / e destrói toda a
ecologia (...) (CRAB, 1998, citado em SCHERER, 1993, p.69).

Percebe-se que é a própria base que sente a necessidade de articulação entre os movimentos. Além da rede de solidariedade internacional, A CRAB, em

junho de 1988, participou da Rede de Ação Internacional pelos Rios (International Rivers Network), a qual promoveu reunião em São Francisco, Califórnia, para se posicionar e solucionar conjuntamente os problemas gerados por grandes barragens. Deste encontro saiu a *Declaração de São Francisco*, documento provisório que solicitava a moratória da construção das grandes barragens até que uma lista de condições fosse discutida:

Os encontros regionais e nacionais de atingidos por barragens, Povos das Florestas, Seringueiros, Indígenas têm se tornado cada vez mais frequentes. Estas mobilizações transcendem localismos e tendem a articular suas reivindicações e protestos locais aos similares regionais e nacionais e, na medida do possível, buscam solidariedade internacional (SCHERER-WARREN, 1983, p.108).

Outras características da atualidade são a necessidade da articulação entre movimentos sociais, com a função do aprendizado, entre os movimentos, de táticas e estratégias de avanço na luta e na contestação da política oficial. Na atualidade, essa nova rede de articulação entre campo e cidade vem se consolidando a partir do posicionamento em cena das estratégias do MST, o qual proveu os temas "Reforma Agrária: uma luta de todos" durante o III Congresso do MST, realizado em 1995; e "Por um Brasil sem latifúndio" no IV Congresso em 2000. Ao vincular a luta do campo com a luta da cidade, os movimentos urbanos de moradia conseguem avanços singulares.

Vemos, então, estratégias dos movimentos para fortalecer a articulação entre si:

esse cenário de tensões e demandas não atendidas tem levado à retomada dos movimentos urbanos. Em 2003 ocorreram mega-ocupações em São Paulo e atos de protestos em Brasília contra as reformas estatais. A nova conjuntura gerou articulação entre os movimentos urbanos e rurais, com a criação de novas redes e fóruns como a Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS (GOHN, 2005, p.13).

O enfraquecimento do Estado, a partir da transferência de seu poder para instâncias internacionais faz com que surja uma sociedade civil global que baseia suas ações em valores universais, uma vez que os povos enfrentam problemas

comuns no que diz respeito aos direitos sociais básicos de grande parte da população.

1.1. Movimentos Sociais e Redes Sociais: a formação da Via Campesina

O processo de globalização do capital é um modo operativo baseado na propriedade privada e suas formas de dominação no âmbito econômico, político e cultural, que condiciona os sujeitos ao jogo estabelecido pelas estruturas de poder. A articulação em redes nesse mundo globalizado também se faz necessária, uma vez que, no sistema de informatização atual, grande parte dos grupos e dos sujeitos está direta e/ou indiretamente conectada.

É desse contexto que nasce e se constrói a Via Campesina, a partir de uma lógica de contestação e reivindicação. É uma luta aberta entre dois modelos com projetos e processos distintos, a partir do pensamento dos seus sujeitos: o modelo da sociedade capitalista, que enquadra os sujeitos e os condiciona à lógica da exploração e da opressão, e a proposta da Via Campesina, com uma nova sociedade a partir do sentido de posse e cooperação entre os sujeitos.

O final do século XX e início do século XXI encontram-se repletos de fatos protagonizados por camponeses brasileiros, latino-americanos e internacionais na sua luta de resistência e rebeldia contra a lógica imperante do capitalismo na sua fase neoliberal. Estes fatos mostram como os movimentos do campo vão se construindo nas lutas históricas no início deste século. Conforme Delamarais (2002), a Via Campesina surge no seguinte contexto:

(...) As raízes da Via Campesina refletem uma longa história de movimentos agrários ativamente engajados na luta pela mudança social. A maioria dessas organizações inicialmente existiu ao nível local e/ou paroquial e subsequentemente converteram-se em organizações nacionais, na medida em que as políticas agrícolas e rurais ficaram crescentemente sob a jurisdição nacional. (...) Agora, essas mesmas organizações de agricultores estão ultrapassando fronteiras e ativamente forjando articulações internacionais mais amplas em um contexto em que as decisões sobre alimentação e agricultura estão sendo crescentemente

transferidas para as instituições globais relacionadas aos mercados globais (DELAMARAIS, 2002, p.97).

Vemos como vai sendo construída uma nova visão aos povos do campo, com discursos políticos e práticas sociais articuladas por organizações nacionais e internacionais rurais, que buscam autonomia a partir de autodeterminação, ou seja, buscam a capacidade de governar suas ações articuladamente, pela sua própria vontade.

Segundo Campos:

Autonomia não significa independência em relação ao mercado ou às instituições, nem tão pouco implica o rompimento das relações de exploração em que o campesinato está inserido. Em nossa perspectiva de análise, a autonomia aparece como uma conquista da luta dos movimentos sociais e, ainda que de forma embrionária, já se manifesta de várias formas (...) (CAMPOS, 2006, p.161).

Ainda para esta autora, dentre as formas citadas, está a capacidade dos camponeses em alcançar algumas conquistas vitais, o que inclui tornar-se sujeito social com identidade própria, não sendo mais representado por pessoas ou organizações que se comovem com seu sofrimento. Através de seus movimentos e organizações, que tem suas próprias lideranças, eles podem romper seu isolamento e construir a unidade dos camponeses, reiterando assim o respeito às diferenças dos sujeitos sociais.

Para contribuir nessa discussão da autonomia, recorreremos a Gohn (2002). Segundo a autora,

Entendemos que a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e re-interpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita o sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. Os sujeitos autônomos vêem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo (GOHN, 2002, p.32).

O movimento social, ao se fundamentar em concepções que colocam os Novos Movimentos Sociais como protagonistas centrais de transformação, faz

com que os sujeitos participem de seu processo de criação e consolidem uma atuação autônoma, não perante as instituições, mas como citado, de acordo com a capacidade de governar, por suas próprias alianças e suas estratégias de reprodução e enfrentamento. O potencial transformador da Via Campesina:

(...) assenta-se no fato de que direciona suas ações em todos os níveis – o local, nacional, regional e internacional. Mas, como suas organizações engajam-se em ações coletivas dentro de fronteiras nacionais, eles estão conectados com as ações de organizações de homens e mulheres que estão em distâncias continentais (DESMARAI, 2002, p.108).

As dimensões globais das políticas neoliberais exigem uma articulação das organizações camponesas como nunca aconteceu em nenhum registro histórico. E atualmente, devido à quantidade de organizações articuladas pela Via Campesina, é possível fazer ações – locais e nacionais – simultâneas na América, África, Europa e Ásia. Ou mesmo, promover ações locais com repercussão internacional.

Segundo Stédile (2004), a globalização é mais um elemento que contribui na articulação das organizações camponesas, não como algo dado previamente. Contudo, como afeta diretamente os camponeses, traz presente alguns elementos que contribuem na sua capacidade de se tornar um sujeito histórico:

A globalização do capital que impõe os mesmos métodos de exploração em todos os países obriga os movimentos camponeses a também terem estratégias de articulação internacional, rompendo assim seus métodos corporativos e localizados. (STÉDILE, 2004, p.17).

Scherer-Warren (1993) também segue esse viés, afirmando que:

(...) mesmo nos estudos dos movimentos sociais temos que fazê-lo de forma articulada, pois, dessa forma pode ficar mais fácil a compreensão dos mecanismos de dominação e de subordinação que se estabelecem na sociedade global, a identificação dos reais inimigos e a possibilidade de alianças e conquistas dos movimentos sociais do campo (SHERER-WARREN, 1993, p.77).

Gohn (2002) considera que esse novo cenário gerou a necessidade de articulações, sendo que a maioria dos movimentos rurais e urbanos passaram a atuar em redes:

Redes é uma categoria importante na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados. Barnes (1987) a definiu como o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num campo social, composto, por exemplo, por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc. Mas foi Castells (2000) que a inscreveu no cenário das ferramentas metodológicas contemporâneas ao tratar a sociedade globalizada como uma rede. Num a sociedade fragmentada e polimorfa, a tendência dos grupos sociais organizados é se articularem em redes e criarem fóruns a partir dessas redes. (GOHN, 2002, p.38)

No campo brasileiro, a organização que articula e organiza politicamente os movimentos camponeses é a Via Campesina. Ela se articula em forma de rede no Brasil com o mesmo caráter internacional de ser pluralista nos aspectos econômico, político, cultural, religioso, étnico, de gênero e ideológico. Entretanto, reforçando em meio à diversidade, cria-se uma unidade em seu posicionamento na luta contra as políticas neoliberais e capitalistas, protagonizadas pelo capital contra o mundo do trabalho ao longo do processo histórico dos últimos 500 anos.

A Via Campesina do Brasil foi fundada em 2001, no mesmo ano do primeiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul. A Via Campesina - Brasil trabalha com sete organizações camponesas desde a sua fundação: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), no ano de 2008 pretende incorporar novas organizações..

Como nos mostra Carvalho:

(...) juntamente com a Via Campesina do Brasil (...) viu-se a necessidade de ampliar o debate entre os intelectuais e os dirigentes do Movimento Camponês brasileiro, que acabou dando origem ao livro intitulado *O Camponato no Século XXI – possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do*

campesinato no Brasil (...) Um dos eixos fundamentais do desenvolvimento do campesinato é o respeito à diversidade e à biodiversidade que inclui todos os bens da natureza, os ecossistemas, as culturas dos povos, enfim todas as formas de vida vegetal, animal, as relações humanas e econômicas, os hábitos e culturas, sendo ela a nossa própria forma de vida como campesinato (CARVALHO, 2005, p.07).

Sendo assim, a Via Campesina é formada pelas sete organizações previamente citadas, as quais serão brevemente descritas abaixo.

O "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra" atua na organização dos excluídos do campo, levando em conta uma reiteração da importância da reforma agrária ao longo da história do País. Segundo um de seus dirigentes, João Pedro Stédile, o MST trabalha com o fato de que, sistematicamente, ao longo destes 500 anos de Brasil, os pobres do campo são excluídos do acesso à terra pela estrutura agrária dominada pelo latifúndio. Para o MST, a democratização da terra se constitui em um dos compromissos fundamentais para a mudança do modelo econômico, possibilitando trabalho com mais dignidade a milhões de brasileiros.

O "Movimento dos Atingidos por Barragens" tem seu eixo de luta e organização junto às famílias de agricultores expulsos de suas propriedades, fato este ocasionado pela construção de Usinas Hidroelétricas. Cita-se, por exemplo, os rios Uruguai e Jacuí, os quais comportam complexos hidroelétricos. O reassentamento de famílias costuma significar rupturas sociais, culturais e econômicas que não possibilitam a recuperação dos grupos afetados.

O "Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais" (MMTR) recebeu tal nomenclatura na época de fundação da Via Campesina (2001), sendo alterado para Movimento de Mulheres Camponesas em 2003 devido ao congresso de unificação nacional do MMTR, decidindo assim por MMC. O Movimento desenvolve suas atividades na organização política das mulheres trabalhadoras rurais por seus direitos humanos e civis.

O "Movimento dos Pequenos Agricultores" (MPA) organizou-se no Rio Grande do Sul a partir da luta por crédito subsidiado e por seguro agrícola para a agricultura familiar. Hoje está presente em 18 estados brasileiros, organizando os

pequenos agricultores em cirna de lutas, no intuito de manter e melhorar as condições de vida dos mesmos.

A "Pastoral da Juventude Rural" há mais de 25 anos se faz presente na realidade específica da juventude camponesa, também denominado como juventude do campo. A PJR organiza grupos nas comunidades, orienta suas atividades na conscientização de todos os jovens, de ambos os sexos, para uma participação ativa na construção de uma nova sociedade como agricultores camponeses. Segundo uma de suas coordenadoras Nacionais Leticia Mello: " a PJR é algo imprescindível para a organização, formação e luta da juventude camponesa Brasileira."

Por último, mas não menos importante temos a "Federação dos Estudantes de Agronomia", que dentro da conjuntura adversa das universidades, é sinal de luta e resistência da classe trabalhadora nesses espaços, articulando estudantes de agronomia nas universidades de todo o Brasil, para somarem-se na luta dos camponeses em especial da classe trabalhadora.

A característica comum, com base neste posicionamento político da Via Campesina, tanto nacional quanto internacional, pode ser mais bem visualizada em seu objetivo principal:

(...) desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa da terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e eqüitativa. (VIA CAMPESINA, 2002, p.5).

A Via Campesina tem temas de trabalhos e de lutas ao longo de sua história que são permanentes: soberania alimentar, biodiversidade, biosegurança em recursos genéticos, reforma agrária e mudança no campo, gênero e direitos humanos e agricultura camponesa sustentável.

Diante deste quadro, o presente trabalho busca estudar uma realidade complexa e delicada em termos de análise. Isto porque envolve uma articulação de organizações multifacetadas em termos de interesses e objetivos de seus participantes. Cada organização tem suas lutas e objetivos próprios, porém o fato

de se unirem em uma articulação comum, a Via Campesina mostra que se articulam e convergem para a mesma direção em termos de um projeto político antagônico ao existente na sociedade brasileira, principalmente no que diz respeito à questão agrária brasileira, buscando a desconcentração fundiária, a reforma agrária, linhas de créditos para a fixação dos camponeses na zona rural, investimentos de infra-estrutura no campo, tanto para o escoamento dos produtos como condições básicas de sobrevivência dos camponeses, entre outros.

A Via Campesina apresenta-se como uma articulação de movimentos sociais vinculados ao tema da questão da reforma agrária. A partir de uma proposta unificada de estudo da realidade e proposta de transformação política para os movimentos que a integram, a Via Campesina Brasil e Mundial vêm, pouco a pouco, levantando a questão dos prejuízos sociais de uma produção centrada no tripé latifúndio-monocultura-exploração-do-trabalho:

A Via Campesina é um movimento global que congrega organizações camponesas, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, trabalhadores rurais e comunidades agrárias indígenas na Ásia, as Américas, Europa Ocidental e Europa Oriental. África está em processo de integração. A Via Campesina é única, singular, ela é autônoma, pluralista e independente de filiações políticas, econômicas ou de outro tipo. (DESMARAI, 2002, p.94).

A Via Campesina está organizada em 8 regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central e América do Sul. Em breve serão constituídas outras regiões na África.

Originou-se em abril de 1992, quando vários dirigentes camponeses da América Central, do Norte, Latina e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua, no contexto do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos-UNAG), para discutir os problemas do campo, originados pelo modo de produção capitalista, extensivo e explorador da natureza e da mão-de-obra.

Em maio de 1993 foi realizada a primeira Conferência da Via Campesina em Mons, na Bélgica, durante a qual foi constituída como organização mundial e

definidas as primeiras linhas estratégicas de trabalho, bem como suas estruturas. Logo a Via Campesina seguiu encontrando-se e ampliando sua influência. A segunda Conferência Internacional foi realizada em Tlaxcala, no México, em abril de 1996 com 36 países e 69 organizações. A terceira Conferência aconteceu em novembro do ano 2000, em Bangalore, na Índia, e contou com a presença de mais de cem delegados de organizações camponesas de 40 países. A quarta Conferência aconteceu em junho de 2004 na cidade de Itaipava, estado de São Paulo, Brasil, reunindo mais de 400 delegados de 76 países. No decorrer dessas conferências, mais de 40 organizações incorporaram-se à Via Campesina.

A "Via Campesina" está num processo de expansão e consolidação tanto nacional quanto mundial. Por sua própria natureza constitutiva, é uma organização politicamente complexa, pluricultural, com uma ampla cobertura geográfica, projetando-se como uma organização da representatividade de pequenos e médios produtores em nível mundial. A "Via Campesina" desenvolve seu trabalho a partir dos seguintes eixos de ação: Gremial, Político, Econômico, Comunicação, Gênero, Capacitação e Tecnológico, sendo que para cada um desses eixos estão definidos objetivos e prioridades,

Os líderes camponeses reconhecem as diferenças, mas movem-se para estabelecer algumas bases comuns, solidificar uma identidade coletiva e chegar a um consenso sobre estratégias e ações, assim construindo um 'desejo coletivo' (DESMARAIS, 2002, p.95).

E é formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada e a partir desse desejo coletivo, conseguem construir objetivos comuns que balizem as ações das organizações da Via Campesina: a articulação e fortalecimento das suas organizações afiliadas; incidir nos centros de poder e decisão dos governos e organismos multilaterais para reorientar as políticas econômicas e agrícolas que afetam os pequenos e médios produtores; fortalecimento da participação das mulheres nos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais; formulação de propostas sobre temas importantes (Reforma Agrária, Soberania Alimentar, Produção, Comercialização, Pesquisa, Recursos Genéticos, Biodiversidade, Meio ambiente e Gênero).

A Via Campesina se organiza da seguinte forma:

- *Conferência* - é a máxima instância de decisão, reúne-se a cada 03 (três) anos;
- *Regionais* - são instâncias de articulação em cada região;
- *Comissão Coordenadora Internacional* - CCI - coordena as regionais, estando compostas por 50 % de homens e 50% de mulheres. Ela trabalha na construção de uma política de alianças com outras forças sociais, econômicas e políticas, a nível mundial, para lutar contra a repressão aos camponeses e a favor dos seus direitos.

Através de sua estrutura organizacional simples, de enfrentamentos mais contundentes até campanhas temáticas, a Via Campesina tem acumulado algumas vitórias, tanto no que diz respeito ao fortalecimento e unificação das organizações-membro, como no embate com seus adversários mais diretos Organização Mundial do Comércio e demais organismos multilaterais.

A Via Campesina emergiu como uma rejeição explícita às políticas agrícolas neoliberais e como uma resposta direta ao fato de que as preocupações, necessidades e interesses das pessoas que efetivamente trabalham a terra e produzem o alimento para o mundo estavam completamente excluídas das negociações do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade: Acordo Geral de Tarifas e Comércio) na agricultura. Camponeses e pequenos agricultores no Norte e no Sul estavam determinados a se unirem na urgente tarefa de desenvolver alternativas ao neoliberalismo e fazer suas vozes serem ouvidas em futuras deliberações sobre a agricultura e alimentos. (DESMARIS, 2002, p.96).

E realmente se fez ouvir. Alguns desses casos de lutas da Via Campesina foram emblemáticos. Em 1999, a Via Campesina participou da grande mobilização de Seattle, nos Estados Unidos, e contribuiu decisivamente para o desmantelamento da Conferência Ministerial da OMC (Organização Mundial do Comércio). Nos instantes que antecederam o evento, que ficou conhecido como a Batalha de Seattle, vários militantes da Via foram para os Estados Unidos e percorreram diversos estados participando de reuniões com organizações de pequenos e médios fazendeiros que compareceram em peso aos protestos.

Em 2003, a Via Campesina organizou uma forte mobilização, com aproximadamente 10 mil camponeses contra a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, México, conseguindo atrapalhar a realização da Conferência. Um fato marcante, que ficou conhecido mundialmente, foi o suicídio do camponês coreano Lee Kyung Hae, no dia 10 de setembro. Ele se sacrificou com uma navalha diante das câmeras de televisão de todo o mundo. No momento de seu sacrifício, carregava um cartaz com os dizeres "A OMC mata os camponeses". Após essa atitude a massa camponesa presente rompeu todas as barreiras policiais, chegando até o local das reuniões da OMC, que eram 11km distantes. Esse dia é mundialmente celebrado em memória de Lee Kyung Hae, como Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo, com mobilizações em vários países.

Em 17 de abril de 1996, no estado do Pará, Brasil, 19 trabalhadores e trabalhadores rurais do MST foram assassinados, num evento que ficou mundialmente conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás, a partir daí, ficando conhecido como Dia Internacional da Luta Camponesa. Todos os anos esta data é comemorada com lutas e manifestações em todo o mundo. Nesta mesma data acontecia a Conferência de Tlaxcala, no México.

A Via Campesina se afirmou progressivamente como elemento articulador e organizador de lutas internacionais camponesas e da classe trabalhadora e vem construindo um sentimento de solidariedade internacional bastante forte entre seus militantes. Isso não significa dizer que não existam diferenças ou que elas são escamoteadas, mas, sim, que estão buscando elementos semelhantes, pois existe uma identidade em comum, uma identidade camponesa que está sendo construída.

Bové é um dirigente histórico e emblemático da Via Campesina francesa e internacional. Ficou mundialmente conhecido no ano da fundação da Via Campesina Brasil, durante o Fórum Social Mundial em 2000, quando integrantes da Via Campesina brasileira foram até uma unidade experimental da Monsanto, em "Não Me Toque", município do Rio Grande do Sul, e arrancaram 190 hectares de plantação de soja transgênica, proibida de ser plantada na época. Essa ação somada da Via Campesina a outras, obrigou a Monsanto a fechar sua unidade de

pesquisa naquela cidade. Para a Via Campesina, a luta contra as multinacionais das sementes está ao lado da defesa da biodiversidade, ameaçada pela entrada dos transgênicos. Segundo a Via Campesina, mesmo com uma, duas ou três décadas de estudo sobre os efeitos maléficos dos transgênicos, não haveria segurança para utilizá-lo, muito menos liberá-lo só com dois ou três anos de pesquisa, como está acontecendo tanto por parte da produção e entrada ilegal de sementes transgênicas, quanto pela liberação de algumas culturas pelo Governo Federal, como é o caso da soja.

Para as pessoas do sul, soberania alimentar significa o direito de se proteger contra importações. Para nós, isto significa a luta contra os incentivos de exportação e contra o cultivo intensivo. Não há contradição, nós podemos instalar uma ação em uma parte do mundo sem ameaçar de modo algum os interesses dos camponeses em outros lugares. Se estamos desenraizando plantas de soja geneticamente modificadas através do Movimento dos Sem terra no Brasil, como fizemos o último janeiro, ou protestando com os agricultores indianos em Bangalore, ou arrancando arroz geneticamente modificado quando eles chegam na França ou protestando com os camponeses e os Zapatistas no México, efetivamente, as demandas são as mesmas. Sem dúvida, há diferentes pontos de vista na Via Campesina, é a troca de opiniões e experiências que a constitui como uma fantástica rede para treinamento e debate. É uma real troca internacional de agricultores, um exemplo vivo de novos relacionamentos entre o Norte e o sul (BOVÉ, 2001, p.96).³

Nessas lutas, nesses enfrentamentos, constrói-se a identidade camponesa dentro da Via. Identidade afirmada com datas, mártires, campanhas

³ For the people of the South, food sovereignty means the right to protect themselves against imports. For us, it means fighting against export aid and against intensive farming.

There's no contradiction there at all. We can stage an action in one part of the world without in any way jeopardizing the interests of the peasants elsewhere, whether it's uprooting genetically modified soya plants with the Landless Movement in Brazil, as we did last January, or demonstrating with the Indian farmers in Bangalore, or pulling up GM rice with them when they came to France, or protesting with the peasants and the Zapatistas in Mexico—effectively, our demands are the same. Of course there are different points of view in Via Campesina—it's the exchange of opinions and experiences that makes it such a fantastic network for training and debate. It's a real farmers' International, a living example of a new relationship between North and South (BOVÉ, 2001, p.96).

e ações em comum. Por outro lado, para reforçar este sentimento de pertencimento, constrói-se o seu "outro", que compreende em especial as instituições financeiras internacionais consideradas como elementos-chave do neoliberalismo e da destruição da agricultura camponesa

Desta forma, a Via Campesina tem se apresentado internacionalmente como movimento de luta contra o neoliberalismo, compondo uma frente com os demais movimentos anti-globalização que se reúnem no Fórum Social Mundial, nas Campanhas da Rede Jubileu (pelo perdão das dívidas), e em tantas outras manifestações de luta:

Liberalização econômica no setor agrícola tem acionado líderes camponeses e agricultores no Norte e no Sul a mobilizar para além das fronteiras nacionais e cruzar continentes. De fato, as organizações camponesas e de agricultores têm se 'transnacionalizado' e estão abrindo novos espaços de negociação e ação coletiva. (DESMARAIS, 2002, p.93).

Como Desmarais (2002) nos mostra, essa "transnacionalização" das organizações camponesas abre novos espaços de negociação e lutas coletivas. Como também contribui com uma forma de levar a pauta agrícola para o movimento anti-globalização e de enfrentar seus adversários (organismos financeiros multilaterais, OMC e corporações transnacionais do agro-negócio). A Via Campesina criou e tem insistido na idéia de *soberania alimentar*. Segundo seus documentos,

(...)a soberania alimentar é um conceito alternativo que apóia os povos na luta contra as políticas neoliberais impostas (...) através do livre comércio e da liberalização na agricultura".(VIA CAMPESINA, Brasil, 2002, p.7).

Por trás da idéia de soberania alimentar está um conflito de modelos de agricultura, um modelo a serviço do capital, do lucro, do esgotamento dos recursos naturais e outro modelo preocupado com a biodiversidade, com a "saúde da terra", com a produção de alimentos para todos os seres humanos, a distribuição de renda para todos. Alguns autores têm identificado essa visão como

de “contra-hegemonia”.

Os porta-vozes e documentos da Via Campesina enfatizam que o projeto embutido na noção de soberania alimentar não é o retorno a algum ideal bucólico tantas vezes referido ao mundo camponês. Pelo contrário, afirmam seu caráter de projeto que une visões políticas contemporâneas, bem como o debate sobre a tecnologia e as bases materiais da modernidade.

É importante que o modelo camponês defendido pela via Campesina não expressa uma completa rejeição da modernidade, tecnologia e comércio acompanhado por um retorno romantizado a um passado arcaico baseado em tradições rústicas (DESMARAIS, 2002, p.103).⁴

A proposta da Via Campesina não é uma rejeição à tecnologia, aos avanços das ciências e da humanidade, e também não só uma crítica ao que existe, mas propõe um modelo em que os valores da vida, dos povos, das culturas venham antes do lucro, da devastação da terra, do esgotamento dos recursos naturais. É uma visão que além de propor reformas e mudanças, propõe a alteração do modelo em que vivemos, mostrando alternativas a partir das experiências históricas e das experiências de resistências dos povos, valorizando os seres humanos e os saberes populares. Assim, tanto na construção de sua identidade interna - através de datas, mártires, ações e campanhas em comum - quanto na construção de sua alteridade na contraposição ao setor agro-industrial, a Via Campesina sugere e permite a reflexão sobre permanências e rupturas nas formas da ação internacional da classe trabalhadora.

A Via Campesina é, portanto, um objeto fértil para a caracterização sobre o que há de novo na ação internacional da classe trabalhadora e em particular do campesinato, como sujeito construtor da classe.

⁴ It is important to stress that the peasant model advocated by Via Campesina does not entail a complete rejection of modernity, technology and trade accompanied by a romanticized return to an archaic past steeped in rustic traditions. (DESMARAIS, 2002, p.103)

1.2. Campesinato como Sujeito Histórico

Em geral, os estudos do campesinato ficam em torno de duas grandes correntes. De um lado, a corrente ortodoxa, que defende o fim do campesinato com a gradativa proletarização do campo; e de outro, a corrente que sustenta a continuação do modo de vida camponês subordinado ao capitalismo ou buscando resistir e se “rebelar” contra essa subordinação.

Para exemplificar a primeira posição que foi principalmente defendida por Kautsky e Engels, iremos trabalhar com as idéias de Lênin, em seus escritos sobre a questão agrária, quando analisa os censos agrícolas realizados pelos zemstvos (formas de auto-administração russas sob a égide da nobreza nas comunas rurais) em várias regiões da Rússia, buscando observar a diferenciação camponesa e as características fundamentais desse fenômeno.

Lênin (1982) parte da análise de relatórios e estatísticas oficiais e constrói dez pontos essenciais, a saber: 1) o campesinato russo estava inserido na economia mercantil e subordinado ao mercado; 2) a existência, no campesinato, de todas as contradições típicas de qualquer economia mercantil (proletarização, espoliação, uso de operários agrícolas etc.); 3) a desintegração do campesinato, ou seja, o campesinato antigo não se diferencia, ele apenas deixa de existir, se destrói, é substituído pela burguesia e pelos proletários rurais, e, por fim, analisa a passagem da “renda em produto” em “renda em dinheiro”; 4) com a desintegração, o desenvolvimento de grupos extremos em detrimento do campesinato médio e que a burguesia é o seu verdadeiro “senhor” (hegemonia); 5) o novo tipo de personagens – o proletário rural, operários assalariados que possuem um lote rural; 6) o processo de descampesinização, ou seja, eliminação dos camponeses médios; 7) a desintegração do campesinato cria um mercado interno para o capitalismo (artigos de consumo); 8) a continuidade da desintegração camponesa com o êxodo rural (em especial o médio camponês); 9) a relação do capital comercial e usurário na desintegração camponesa é analisada e Lênin conclui que o desenvolvimento autônomo do capitalismo e usurário “trava” a desintegração do campesinato; por fim, 10) a existência dos remanescentes do regime de corvêia (pagamento em trabalho) que retarda a desintegração.

Segundo as conclusões de Lênin, o campesinato está fatalmente destinado a acabar. Com o avanço do capitalismo, todos se tornarão ou proletários rurais ou semi-proletários rurais. Essa era a visão homogênea entre os marxistas ortodoxos.

Atualmente, vários autores acreditam que o campesinato vai acabar, seja pela diferenciação de renda, que vai transformando parte das famílias em capitalistas e a maioria em assalariados, seja pela transformação da agricultura camponesa em uma prática inviável diante da agricultura capitalista. Na lógica da proletarização do campesinato, alguns, como Samir Amin (1986), ainda consideram que essa proletarização se dá de forma dissimulada, porque formalmente o camponês é proprietário dos meios de produção e, então, tem a propriedade formal, mas não real da terra.

Germer (1992) defende que a proletarização camponesa se dá pela industrialização da agricultura, especialmente pela mecanização das unidades produtivas camponesas, elevando, assim, o custo da produção, sendo necessário, para compensar, uma produção em escala cada vez maior, o que por sua vez requer financiamento para incorporar tecnologias, tendo como resultado a redução dos números de propriedades e a concentração da produção nas mãos de poucos proprietários que tem condições de investir e concorrer.

Vergapoulos (1986), por sua vez, admite a subordinação da agricultura camponesa ao capital, mas isto não implica necessariamente que este sujeito político esteja em vias de desaparecimento. Nas suas palavras, O autor afirma que a agricultura camponesa está longe de se encontrar em vias de desaparecimentos.

Horácio Martins de Carvalho (2004) e Edgard Malagodi (2004) reforçam o grupo dos que vêem, como atual, a força do campesinato. Para eles, o camponês tem outra lógica de existência dentro do sistema capitalista, que não passa pela produção de lucro, expropriadora da terra e da vida, mas, desde o mundo das necessidades da sua existência e reprodução. Ou seja, concordando com Chayanov, os autores reiteram a

(...) ênfase da centralidade das necessidades reprodutivas da família no processo decisório da 'empresa camponesa', que,

assim, constitui uma unidade – reforça-se, indissociável – entre esfera de produção e esfera de consumo (CARVALHO, 2004, p.18)

A Via Campesina - Brasil segue esta linha de compreensão e concepção:

(...) Distinguindo estruturas que se centram na reprodução, de estruturas que se centram no lucro, não se exclui o lucro da realidade camponesa. Longe disso a hipótese é que, nessa realidade, as expectativas em relação às necessidades e condições reprodutivas vêm primeiro: (...) do mesmo modo não se exclui a busca da formação do elemento capital - a acumulação de meios de produção - como traço da economia camponesa. Entende-se, isto sim, que tais processos se subordinam, também, às condições e necessidades reprodutivas. De modo que, ao contrário dos empreendimentos que acumulam para maximizar lucro, a unidade camponesa acumula para tornar mais eficiente a reprodução (CARVALHO, 2005, p.183).

A Via Campesina – Brasil resgata e reafirma a categoria camponato por acreditar tanto na vigência dos sujeitos que o protagonizam, quanto no seu histórico instrumental de luta contra o capital na sociedade brasileira.

Trabalhamos com a concepção de Thompson, onde as classes não são pré-dadas nem pré-fixadas, mas pelo contrário,

Las clases acaecen al vivir los hombres y las mujeres sus relaciones de producción y al experimentar sus situaciones determinantes, dentro del conjunto de relaciones sociales, con una cultura y unas expectativas heredadas, y al modelar estas experiencias en formas culturales. De forma que ningún modelo puede proporcionarnos lo que debe ser la verdadera formación de clase en una determinada etapa del proceso. Ninguna formación de clase propiamente dicha de la historia es más verdadera o más real que otra, y clase se define a sí misma en su efectivo acontecer. (...) Las clases, en su acontecer dentro de las sociedades industriales capitalistas del siglo XIX, y al dejar su huella en la categoría heurística de clase, no pueden de hecho reclamar universalidad. Las clases, en este sentido, no son más que casos especiales de las formaciones históricas que surgen de la lucha de clases. (THOMPSON, 1989, p.39).

As classes se formam, em seu acontecer histórico, dentro das sociedades. Mesmo que em alguns lugares e períodos possamos observar a formação de classes maduras, com suas expressões ideológicas e institucionais,

não significa que o que se expresse de modo menos decisivo não seja classe. Em nenhuma parte do processo da formação de classe temos um modelo predeterminado. Ele se constituiu no movimento de cada etapa do processo, em cada época.

O conceito de campesinato que utilizamos não é um conceito existente *a priori*, mas é construído nesse momento histórico, nas ações desenvolvidas nos e pelos movimentos, em símbolos usados como as datas, bandeiras, bonés, camisetas, entre outros, e em um conjunto de discursos, articulações de processos sociais, culturais e políticos; nesses espaços ele vai se constituindo enquanto identidade política. Logo, compreendemos um campesinato que se recria na sua ação, no seu fazer-se. Vale ressaltar que este termo – campesinato – que foi banido e perseguido durante a ditadura militar, ressurge, ressignificado em outro momento histórico, porém, com o mesmo conteúdo de resistência dos camponeses contra o modo de produção capitalista.

O campesinato possui uma grande capacidade de adaptar-se e transformar-se nos diferentes contextos. As práticas sociais são transmitidas, de modo ressignificado, de geração em geração, e por mais ferozes que sejam os meios de dominação, eles se constroem historicamente através de diferentes espaços, estratégias e formas de resistência.

Concordamos com Moura quando esta diz que “é mais correto falar em recriação, redefinição e até diversificação do campesinato do que fazer uma afirmação finalista” (MOURA, 1986, p.17). Ele se constitui como uma categoria social específica devido à relação com a terra e o trabalho familiar voltado em primeiro lugar à reprodução da família e não ao lucro capitalista.

Segundo Carvalho o campesinato:

(...) constitui-se num sujeito social cujo movimento histórico se caracteriza por modos de ser e de viver que lhe são próprios, assim, considera as especificidades camponesas como racionalidade própria. (CARVALHO, 2004, p.323).

A reprodução da unidade camponesa é movida para alcançar melhores

condições de vida da família e não pelo lucro. Este diálogo reflexivo com os autores citados contribuirá na discussão de como o tema da juventude se insere na reconfiguração do sentido atribuído ao mundo camponês no mundo capitalista.

O movimento atual da construção identitária do campesinato se expressa através de uma identidade política organizativa. O campesinato, enquanto concepção e elaboração teórica, fundamenta-se, em parte, na tradição teórica política do pensamento marxista da intelectualidade mundial. Dentro da Via Campesina, esse debate ganha fôlego a partir da dimensão dada pelos próprios movimentos sociais ao longo de sua luta.

Dialogamos com a teoria chayanoviana sobre a especificidade da economia camponesa, que não se fundamenta em grandezas socialmente estabelecidas, seja do lucro, seja da renda da terra, seja do salário. Partindo daí, Chayanov formula sua teoria da lógica camponesa:

(...) a família é o fundamento da empresa camponesa - na sua condição de economia sem assalariamento, uma vez que é tanto o ponto de partida quanto o objetivo da sua atividade econômica. Como única fonte de força de trabalho, a família é o suposto da produção, cujo objetivo nada mais é [que] o de garantir a própria existência. A unidade camponesa é, pois, a um só tempo unidade de produção e unidade de consumo e encerra, concomitantemente, as funções das esferas de produção e reprodução de tal modo que '(...) a família e as relações que dela resultam tem que ser o único elemento organizador da economia sem assalariados' (CHAYANOV, 1923,p.9).

E ainda:

Para a unidade camponesa, pois, não existe uma dimensão econômica que tenha que ser necessariamente atingida e que seja estabelecida por um rendimento socialmente determinado de cada unidade de trabalho aplicada - como é o caso da empresa capitalista frente ao salário. Aí, a atividade econômica mínima terá que produzir valores pelo menos equivalentes ao conjunto dos salários pagos e cada trabalhador trabalhará necessariamente pelo menos até o ponto em que o rendimento das suas atividades cubra o preço de mercado da sua força de trabalho. Para a empresa camponesa, o que existe é um nível de atividade a ser necessariamente atingida que determina com que rendimento cada unidade de trabalho da família tem que contribuir. Em outras palavras: não pertence à realidade da produção camponesa um rendimento por unidade de trabalho que seja determinante, como o é, para a empresa capitalista, o rendimento correspondente ao salário enquanto grandeza socialmente determinada, mas, sim, um rendimento por unidade de trabalho determinado pelas

necessidades anuais da família camponesa - pelo caráter, pois, da empresa camponesa enquanto unidade de consumo. O camponês ao utilizar a força de trabalho de sua família como a dele mesmo, percebe esse 'excedente' como uma retribuição ao seu próprio trabalho e não como um 'lucro'. Esta retribuição aparece corporificada no consumo familiar de bens e serviços. (CHAYANOV, 1923, p.1974).

Para Chayanov, a família é o fundamento da *empresa camponesa*, o seu grande objetivo está em garantir sua subsistência, ou seja, autonomia e auto-suficiência da produção de alimentos, por isso não visa ao lucro, simplesmente entende como recompensa de seu trabalho, o excedente, que vai possibilitar a garantia de alguns bens e serviços encerrando, assim, o ciclo em si mesma. Por este motivo, observamos alguns fatos relevantes tais como: o camponês é aquele que tem acesso aos recursos naturais, posse da terra, água; a centralidade do trabalho se dá na família a partir de sua reprodução social que não visa ao lucro, mas ao bem-estar familiar.

Neste sentido, junto com Chayanov (1923), utilizaremos outros autores que aprofundam essa compreensão. Segundo Bernardo Mançano, existem outros elementos que devem ser tomados em conta para a reprodução social do campesinato. Para ele, essas outras formas expressam o tema da espacialização e territorialização do campesinato.

Faço uma construção analítica desses processos de (re)criação do campesinato a partir dessas formas de luta e resistência contra a exploração e a exclusão. A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, por meio das ocupações, os sem-terra intensificaram a luta impondo ao governo a realização de uma política de assentamento rural. (FERNANDES, 2000, p.279).

Entendemos que a reprodução social do campesinato se dá pela permanência e pela luta dos camponeses para ficarem na terra, e por mais diversificadas que sejam as formas de dominação do capitalismo, da cultura dominante, sempre existem formas de contestação. Assim o campesinato tem

diferentes significados historicamente, constituindo-se e atuando enquanto sujeito social que age sobre as suas condições de vida.

Com base na discussão thompiana, entendemos que existe uma constante re-significação, uma construção política dos sujeitos sociais. Compartilhando das abordagens dos clássicos da identidade, em especial de Hall (2006) e Thompson (1987), entendemos o campesinato brasileiro como uma categoria que se constitui no fazer-se, ou seja, atuando historicamente. Assim, ele não é um perdedor nem um vencido na história, mas tem se posicionado como um ator político no cenário contemporâneo. É essa a orientação que pretendemos utilizar para compreender a formação da identidade camponesa brasileira através dos movimentos da Via Campesina. Portanto, temos clareza que o sujeito central da Via Campesina é o campesinato, porém, os seus documentos também ressaltam, que:

Muito do sucesso da Via Campesina é devido ao fato de que equilibrar com cuidado e esforço os diversos interesses de seus membros, na medida em que abertamente lida com questões como gênero, raça, classe, cultura e relações entre Norte e Sul, que podem potencialmente causar divisões. (VIA CAMPESINA, 2002, p.18).

Como vimos a Via Campesina prima por unidade. Atualmente, reforça essa característica, reconhecendo a especificidade das demandas e lutas dos jovens, das mulheres, dos quilombolas, dos indígenas entre outros. Por isso, no nosso caso, centraremos atenção na emergência da Juventude dentro dos movimentos sociais como uma construção política e organizativa da Via Campesina - Brasil.

CAPÍTULO II - A EMERGÊNCIA DA JUVENTUDE NA VIA CAMPESINA

A Via Campesina, como está exposta em seus cadernos, atua a partir dos seguintes eixos de ação: Gremiais, Políticos, Econômicos, Comunicação, Gênero, Capacitação e Tecnológico. Junto com esses temas e linhas centrais, destacamos a importância que as organizações camponesas têm dado ao tema da juventude, tanto em nível nacional como internacional. Ao mesmo tempo em que ocorriam essas conferências anteriormente explicitadas, foram levadas a cabo as assembléias mundiais dos jovens e das jovens camponesas, além das assembléias mundiais das mulheres camponesas.

Esse resgate é necessário para que possamos demonstrar a presença da juventude camponesa nos processos políticos de articulação e desenvolvimento da unidade da Via Campesina, não só em suas três assembléias mundiais, mas também na própria participação das conferências da Via Internacional.

Segundo relato de um jovem camponês assentado e dirigente do MST, Patrola, que tem 24 anos de idade

A grande linha que saiu das assembléias era organizar a juventude camponesa em todas as partes do mundo, pautando o tema da juventude dentro das organizações que estão organizadas na Via Campesina e identificar os principais inimigos dos jovens e famílias camponesas. Nós do Brasil, como tínhamos um pequeno acúmulo, começamos logo com reuniões. Já temos um grande avanço na organização da juventude, faz uns três anos que começamos a discutir a articulação da juventude da Via Campesina. (PATROLA, 2007).

O jovem dirigente "Patrola" procura colocar em evidência as assembléias de juventude e as conferências da Via Campesina (1993, 2000, 2005), como espaços que potencializaram a articulação da juventude dentro da Via. Ele ressalta o papel importante da juventude na discussão sobre os mais diversos temas, como a construção de uma identidade camponesa de resistência e a superação nos processos que estão sendo construídos contra o modelo

dominante, a favor de um projeto que a Via Campesina considera diferenciado de agricultura, de política e de sociedade para o Brasil.

A trajetória histórica de luta, resistência e formação no interior das organizações da Via Campesina possibilita a construção de espaços da juventude camponesa a partir de suas demandas, habilidades e capacidades. A fala do jovem Patroia expressa que existe um longo trabalho sobre juventude dentro da Via Campesina. Na visão de João Paulo Rodrigues, jovem dirigente nacional do MST e responsável pelo coletivo de jovens do MST e da Via Campesina, quando perguntado sobre a articulação da juventude da Via comenta:

Eu acho que é um avanço, porque se construiu um espaço que consolidou na Via Campesina e nos movimentos. Eu não tenho dúvida disso, que nos últimos dois anos nós conseguimos se consolidar com coisas práticas não só com programa de formação, com a jornada de lutas, com materiais, com debates dentro das instâncias, com formação de quadros que domine os conteúdos de juventude, hoje nós não temos preocupação de participar de nenhum foro de juventude porque nós não temos idéias, pelo contrario nós temos hoje o que discutir com outros setores. (João Paulo, MST, 27 anos)

Percebemos que nos movimentos sociais da Via Campesina, a organização da juventude é bem recente, porém o que parece ser comum na compreensão dos dois dirigentes é que eles consideram como avanço o fato dos movimentos conseguirem, mesmo com pouco tempo de organização da juventude, se articular entre si. Além da emergência da juventude nos movimentos sociais camponeses, também se observa uma preocupação com essa categoria social em estudos recentes nas ciências sociais, que esboçaremos em breve as idéias a seguir.

2.1. Juventude como Construção Social

Essa discussão dos movimentos sociais juntamente com a academia vem quebrando um pouco da invisibilidade da juventude. Contudo, o tema da juventude sempre esteve presente nas ciências sociais. Algumas vezes,

trabalhou-se com uma idéia genérica de juventude, e em outros momentos, se enfatizou as especificidades no interior desta. Os jovens foram vistos de diferentes modos e por diferentes métodos, os estudos sobre a juventude indicam que devemos percebê-la como uma construção social, cultural e histórica dinâmica, intimamente ligada às transformações contemporâneas.

É importante para este estudo, sob nosso ponto de vista, a perspectiva construída por Abramo (1997), que em sua revisão bibliográfica afirma que a categoria "Juventude" situa-se em um contexto histórico:

A noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos modificam-se de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através das suas divisões internas. (ABRAMO, 1997, p. 01)

Ao revisarmos a construção teórica de Abramo (1997), entendemos que para a autora, a juventude é uma categoria em movimento e em constante construção, ou seja, é uma categoria sem atributos pré-definidos, essencializados. Ela também afirma que para a academia, a juventude aparece, ou seja, sai da invisibilidade, só na passagem do século XIX para o século XX, contudo aparece como um problema:

A visibilidade da juventude e sua tematização como problema constróem-se, nesse período, através do surgimento de um comportamento 'anormal' por parte de grupos de delinqüentes, ou excêntricos, ou contestadores, implicando todos, embora de formas diferentes, em um contraste com os padrões vigentes. (ABRAMO, 1997, p. 08).

Nessa época, a juventude aparece claramente em cena quando causa problema social ou quando foge da normalidade. Seguindo esta mesma linha de compreensão, Groppo (2000) é outro autor que partilha da perspectiva da juventude como uma construção histórica, em que o jovem não pode ser definido simplesmente pela faixa etária. Segundo ele, estes têm que ser entendido a partir das realidades sociais e culturais, em que os sujeitos jovens estão envolvidos:

Ao ser definida como categoria social a juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social. Ou seja, a Juventude é uma concepção, uma representação social ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens. (GROPPO, 2000, p.7)

Os próprios autores clássicos da sociologia, como Mannheim explicaram que é “preciso pensar juventude e sociedade em termos de reciprocidade total” (Mannheim, 1968, p. 35), ou seja, o termo *juventude* designa um conjunto de relações sociais vividas pelos elementos considerados jovens de uma determinada sociedade. Isto é: segundo este autor, na formação da juventude, em grande parte, participam as construções sociais históricas por ela vivida.

Na revisão bibliográfica de Castro (2005), ela menciona Foracchi⁵ que diz que duas gerações convivem em dado contexto histórico, *juventude* caracterizada como um momento do ciclo de vida de todo indivíduo, em oposição à condição “adulta”. Para Foracchi (1972), esta abordagem contribui para problematizar a definição física/biológica na medida em que,

Não sendo passível de delimitação etária, a juventude representa, histórica e socialmente, uma categoria social gerada pelas tensões inerentes à crise do sistema. Sociologicamente ela representa um modo de realização da pessoa, um projeto de criação institucional, uma alternativa nova da existência social. (CASTRO, 2005, p.160, citando FORACCHI).

Já Bourdieu argumenta que a vivência geracional é construída a partir de “aspirações sucessivas de pais e filhos, constituídas em relação a estados diferentes da estrutura da distribuição de bens” (BOURDIEU, 1983, p.118). No mesmo sentido, estaria associada a diferenças do acesso à formação. Ou seja, as relações geracionais sofreriam influência das mudanças no sistema de ensino que ampliaram o acesso à educação, ao mesmo tempo em que desvalorizaram os títulos que representam cada ciclo desse processo. Assim, a noção de geração seria construída relacionadamente, por oposição, mais que por aproximação.

Como se percebe acima, não trabalhamos simplesmente com o corte

⁵ FORACCHI, Marialice M., A Juventude na Sociedade Moderna, biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, São Paulo 1972.

etário de quinze a vinte e nove anos, definido por organismos internacionais como a Organização Mundial Saúde e a UNESCO, ou outro corte etário qualquer, como os governamentais, de quatorze a vinte e nove anos, que procuram homogeneizar o conceito de "juventude" a partir de limites mínimos de entrada no mundo do trabalho, reconhecidos internacionalmente e através dos limites máximos de término da escolarização formal básica (básico e médio). Pretendemos trabalhar com autores que abordam que a idade como categoria classificadora é transitória e só pode ser analisada em uma perspectiva histórica de longa duração. Outro caminho seria analisar os ritos de passagem que indicam a "entrada" e a "saída" da condição "jovem" e suas construções simbólicas. Como por exemplo, Bourdieu, em *A Juventude é apenas uma palavra* (1983), em que este autor relaciona idade biológica e idade social, afirmando que são indissociáveis. Nas palavras de Bourdieu:

Idade é um dado biológico socialmente manipulado e manipulável; e que o fato de falar dos jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns, e relacionar estes interesses a uma idade definida biologicamente já constitui uma manipulação evidente. Seria preciso analisar as diferenças entre as juventudes. (BOURDIEU, 1980, p.76).

Para o autor, a idade é socialmente construída e varia em cada sociedade nos diferentes momentos históricos e a partir de distinções de idade, gênero e classe. Concordamos com essa definição, e no nosso caso, estamos preocupados com a construção da juventude enquanto um ator político em construção nos movimentos sociais da Via Campesina.

2.2. Juventude Rural

Como citamos acima, a temática da juventude rural está na pauta das discussões dos movimentos sociais do campo e isto tem despertado um interesse recente por parte de vários pesquisadores que se dedicam aos estudos rurais no Brasil. Muitos autores chamavam a atenção em seus trabalhos para a "invisibilidade

da juventude rural” por parte de pesquisadores e autoridades públicas (Wanderley, 2003; Brumer, 2000; Wiesheimer, 2004; Menezes, 2004; Castro 2005).

Um exemplo de como a juventude rural está na pauta das discussões foi o *Seminário de Juventude Rural*, realizado no Rio de Janeiro no período de 2 a 4 de maio de 2006, sob a coordenação do Núcleo de Estudos Agrários do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ). Este seminário reuniu mais de cento e quarenta pessoas de todo o país, incluindo pesquisadores, representantes de movimentos sociais e gestores públicos. A presença dos movimentos sociais demonstrou que todos os setores envolvidos e relacionados diretamente com o tema estavam engajados nas discussões. Na mesa redonda de abertura, intitulada “Juventude rural: questões em debate”, a palestrante prof^a. Nazareth Wanderley abordou que a juventude rural já não era tão invisível, mas está se tornando um tema emergente das ciências sociais. “O seminário, além de um espaço de debate, foi um espaço de cobrança dos movimentos sociais aos representantes do governo para a agilização das políticas públicas para os jovens rurais” (MENEZES, 2006).

Conforme Wiesheimer (2004), que realizou um significativo levantamento temático acerca da produção acadêmica brasileira sobre “jovem no meio rural”, no período de 1990 a 2004, cinquenta trabalhos foram elaborados e por ele identificados. O autor conclui que a “migração e a invisibilidade” da juventude rural são os dois fatores mais marcantes nos estudos. O levantamento reforçou ainda a pouca produção acadêmica sobre o tema no Brasil: menos de quatro trabalhos por ano, no período analisado, sendo que 86% dos trabalhos se concentraram entre 2001 e 2004. Wiesheimer ressalta que esse súbito aumento de produção poderia apontar a consolidação de um campo de estudo.

Recentemente, e principalmente a partir da década de 90, houve um grande número de trabalhos sobre “juventude rural” (Cameiro, 1998; Abramovay, 1998; Torrens, 2000; Stropasolas, 2004; Wiesheimer, 2004; Castro, 2005; Wanderley 2006; Menezes, 2006). Os esforços são para analisar “jovens rurais” associados ao problema da herança, da sucessão da pequena propriedade

familiar, dos projetos de vida, da migração rural/urbano, das construções identitárias das juventudes rurais. Existem ainda estudos que trabalham as migrações sazonais para o corte da cana como os de Menezes e Silva (2007a, 2007b), e trabalhos que focalizam “jovens” que já migraram de áreas rurais para áreas urbanas. Assim, ao analisar as percepções sobre juventude rural, as autoras observam similitudes com as abordagens sobre “juventude”, ou “juventude urbana”.

Partimos do pressuposto que a juventude rural, ainda que passe por grande parte dos processos vividos pela juventude urbana, tem suas especificidades. Assim, para tratar da categoria “juventude rural”, daremos atenção e ênfase às revisões bibliográficas de Castro (2005) e de Menezes (2006), visto que elas concordam com a concepção de construção social, histórica e dinâmica, e aplicam à realidade do rural.

Castro trabalha com a categoria “juventude rural” em construção nos processos de socialização dos indivíduos. Segundo esta autora, “neste contexto, a própria categoria jovem é construída e seus significados disputados (...) focalizará este ator social, o ‘jovem rural’, no contexto da construção da categoria jovem nesse meio rural”. (CASTRO, 2005, p.12). Menezes, trabalhando no mesmo viés salienta que:

É preciso compreender as formas como os grupos sociais constroem as diferenciações entre as fases da vida, neste sentido trata-se de verificar as diferenças entre as juventudes, como por exemplo, entre jovens em famílias camponesas, trabalhadores assalariados rurais, camadas populares. (MENEZES, 2006, p.02).

As autoras trabalham as juventudes rurais numa perspectiva histórica, como uma categoria em transição, que está em constante re-significação, em que não existe uma juventude e sim as juventudes que são construídas no seu movimento de fazer-se. Carneiro (1998), quando fala em Juventude Rural demarca essa categoria como socialmente construída:

A dificuldade na delimitação do que se designa como “juventude rural” – categoria socialmente construída e que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento

do ciclo vital – reside também nas imprecisões quanto ao que entende por 'rural', questões que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade. (CARNEIRO, 1998, p.245)

O que Carneiro expressa em sua construção, é que com o advento da sociedade global, conectada em sistemas de rede cada vez mais acelerados em termos de encurtamento do tempo e do espaço, essa discussão sobre juventude rural e juventude urbana parece ter uma linha divisória muito tênue, dadas as estreitas relações entre os dois mundos a partir dos deslocamentos e proximidades de suas fronteiras. O jovem rural, ao estar conectado nas mesmas redes modernas que o jovem urbano, pode, ao mesmo tempo em que reproduz sua construção histórica identitária, estar criando novos processos relacionais no interior de sua comunidade, a partir de sua relação com o mundo urbano e global.

Wiesheimer (2004) trabalha com as categorias "juventude rural", "jovens agricultores" e "jovem rural", e faz a distinção entre jovens agricultores e jovens rurais, onde a socialização dos jovens agricultores é marcada em especial pela inserção no processo de trabalho agrícola. O que significa dizer que os jovens agricultores são jovens rurais, mas nem todos jovens rurais (que vivem no meio rural) são jovens agricultores.

Straposalas (2002), em sua análise dos agricultores familiares de Santa Catarina, entende que a participação dos jovens rurais e das crianças na organização material da vida familiar do "colono", bem como os papéis que os filhos desempenham dentro e fora de casa, são de importância fundamental para o grupo doméstico da unidade familiar.

Wanderley (2003), em sua pesquisa sobre o contexto social dos pequenos municípios do Estado de Pernambuco, observou que estes se caracterizam pela precariedade das condições de vida, uma frágil inserção no mercado, o relativo isolamento, e que as famílias usam diversas estratégias de reprodução social como uma grande diversificação da produção e articulação do auto-consumo com a venda, somada à migração para Recife e Rio de Janeiro. Nessa pesquisa ela entende por Juventude

Um momento no ciclo da vida, caracterizado como um período de transição entre a infância e a idade adulta (...). A juventude, mais do que corresponde a uma determinada faixa etária, está associada a valores e a atitudes diante da vida (...). Em primeiro lugar, a juventude está associada a liberdade e a alegria de viver (...). Em segundo lugar, como um período de transição, de amadurecimento e de preparação para o futuro. Finalmente, a indicação da disponibilidade para participar de grupos parece refletir o envolvimento dos jovens entrevistados nas associações locais, que precisamente reforçam a identidade de jovens rurais (WANDERLEY, 2001, p.12-13)

Abramovay (1992) em seu trabalho sobre jovens na agricultura familiar no oeste de Santa Catarina afirma a importância das políticas públicas se preocuparem com os jovens rurais. Para o autor,

É urgente que estes programas por meio dos quais o governo e a sociedade procuram pelo menos atenuar os efeitos desagregadores do êxodo rural sobre a integridade do tecido social do campo brasileiro: a Reforma agrária e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, incorporem em seu funcionamento as dimensões de geração e gênero aqui abordadas, sob pena de participarem do processo que está fazendo do meio rural brasileiro, em escala crescente, um refúgio de aposentados que não conseguiram melhores oportunidades de vida nas cidades. (ABRAMOVAY, 1998, p.90).

Este autor conclui que: são fundamentais os programas sociais para os jovens rurais permanecerem no campo, pois o Estado tem uma responsabilidade central nesse processo, como fomentador de políticas públicas.

Nesse caso, a “juventude” deveria ser impedida de completar seu destino: a migração do campo para a cidade e o conseqüente fim do mundo rural, em especial do trabalho familiar. Ao invés, a juventude pode ser o agente de uma transformação social na perspectiva do desenvolvimento rural. Com base nesta percepção existem alguns programas sociais que visam a “manter o jovem rural no campo” e “apoderá-los” de capacidade de dirigir seu rumo (Castro, 2005).

2.3. A Juventude na Via Campesina

Diversos trabalhos, como por exemplo, o de Durston (1998), tratam da importância de políticas públicas voltadas para o jovem rural no intuito de potencializar sua atuação no desenvolvimento rural. Para este autor, a juventude não é demarcada rigidamente pela idade, porém é antes disso constituída por um conjunto de processos de desenvolvimento fisiológico e de subjetividade. Segundo ele, a juventude latino-americana é marcada pela exclusão social, que tem na invisibilidade social um dos seus mecanismos mais perversos em que não se permite rompimento da condição de exclusão: "La Invisibilidad es uno de los aspectos más nefastos de la exclusión social, y a que su vez contribuye a perpetuar la exclusión". (DURSTON, 1997, p.7)

Segundo Abramo (1997), os estudantes dos anos 70 eram vistos como os de maiores chances de aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento. Em compensação, os jovens de baixa renda, principalmente os do meio rural, eram vistos como marginalizados e fora do cenário moderno, sendo, dessa forma, excluídos da própria condição juvenil.

O fato dos jovens rurais terem menos acesso aos bens culturais – de lazer, educação, dentre outros; – contribui para a manutenção de uma situação objetiva definida pelas condições estruturais de uma localidade, região ou país. Porém, na atualidade, os jovens rurais buscam novos espaços e lutam por eles. Isso pode ser percebido em entrevista com o jovem Eber Dartora, atuante da Pastoral da Juventude Rural quando perguntado sobre sua importância na participação em um curso massivo de jovens no Rio Grande do Sul. Falando sobre o encontro, acontecido no ano de 2001 em Porto Alegre, o mesmo diz que

(...) por que de fato depois, mais tarde, a gente descobre, que os massivo, os congresso, esses encontro que põe a juventude em massa, eles causam medo à burguesia, ao rico, né? então que dizer e como nós vimos agora, nesse momento atual aqui, uma empresa pega e manda, manda mata o trabalhador, né? então quer dizer esse cuidado essa segurança de fato era pra cuida do povo, era pra cuida de que ninguém de fora viesse atrapalhar, o viesse causa algum mal pra juventude que tava ai se organizando, por que naquela marcha em Santa Cruz, foi contra as fumageira, né? quer dizer a juventude contra uma empresa multinacional, que

produz fumo, larga um monte de veneno na terra, matam os trabalhadores, envenenam os trabalhadores, e a gente tava lutando contra aquilo, quer dizer que nós poderíamos sofrer alguma, algum tipo de ataque (Entrevista - Eber Dattora, Coordenador Nacional da PJR, 2008)

Eber se refere a uma marcha contendo oitocentos jovens, ocorrida em Santa Cruz do Sul, na qual o mesmo fez parte da equipe de segurança contra as multinacionais fumageiras.

Podemos perceber, nesta declaração anteriormente citada, que a juventude rural começa a se manifestar com o propósito de romper com a invisibilidade. Outro detalhe que merece destaque é a identificação com os objetivos da manifestação contra a indústria do cigarro. Os integrantes do movimento se sentem integrados e protagonistas ao enfrentar uma multinacional de grande porte que se encontra fora dos padrões de segurança para os trabalhadores e para o meio ambiente.

Junto com isso, podemos citar outros fragmentos de falas de lideranças dos movimentos sociais, como o de João Paulo, líder do MST, que expressa a busca de visibilidade da juventude dentro dos próprios movimentos sociais:

Ainda temos que pedir autorização. Não temos pra fazer torneio de futebol e nem pra fazer formação e nem pra fazer alimentação agora pros enfrentamentos ainda não há esse protagonismo por uma série de motivos que não é o caso agora, mas aí ainda não há ponto esse protagonismo vai ser uma conquista e ele vai se dar por uma série de motivos dentre elas nós mostrar essa capacidade de organização de articulação acho que a jornada de luta na educação foi um reflexo disso aonde você tinha um pouco mais de acúmulo você recebeu o cheque em branco da direção nós apoiarmos onde o acumulada era pequeno a direção não vai, nós ainda não damos o cheque pra vocês em branco, então isso vai ser uma conquista diária, mas convencidos de que, médio ou longo prazo, nós vamos ter esse famoso pra protagonismo juvenil por enfrentamentos que eu acho que é o central e isso nós não temos hoje. (João Paulo, Dirigente do MST).

A fala de João Paulo, acima, destaca que o lugar dos jovens nos movimentos sociais da Via Campesina não acontece por deliberações gerais do movimento, mas sim através da construção como um protagonista em sua atuação no movimento, como ele diz: "Esse protagonismo vai ser uma conquista".

Sobre as ações, João Paulo comenta o quanto foi importante para a Juventude da Via Campesina a construção dessa jornada de luta por educação. Entre as bandeiras de lutas que foram tiradas no "Primeiro Seminário De Juventude Do Campo E Da Cidade Dos Movimentos Sociais", a educação tinha destaque e prioridade. Esse foi um trabalho de seis meses, que se articulou com jovens urbanos das periferias, integrando todas as forças políticas de esquerda do Movimento Estudantil, o que há décadas não acontecia, só ocorrendo com a Via Campesina por ser a organização aglutinadora destas forças políticas.

Juntos, deram o nome de Jornada Nacional de Educação, ocorrida nos dias 20 a 24 de agosto de 2007, em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade. No evento, foi reservado o dia 23 para os atos mais massivos e de maior visibilidade. Ocorreram atividades em dezessete estados brasileiros, dos quais podem-se destacar três em que ocorreram situações de maior repercussão: primeiro, a ocupação da reitoria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), na qual os manifestantes conseguiram ficar durante 12 horas, sendo retirados truculentamente pela polícia militar de São Paulo; segundo, pela ocupação do sexto andar do escritório da Companhia Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, onde conseguiram permanecer por apenas 35 minutos. Após esse tempo, o pelotão de choque prendeu os 117 manifestantes ocupantes dentro de uma hora; e terceiro, a marcha em defesa da educação em Salvador, Bahia, com a participação de mais de 5.000 estudantes.

Além disso, pode-se destacar na Jornada Nacional a atitude de implantação da juventude da Via Campesina em posição de articulação com a juventude da classe trabalhadora. O evento colaborou para colocar a juventude rural campesina em posição de destaque, tanto na articulação como no público real, em lutas e atividades que ocorreram nos estados.

Um segundo ponto de destaque da breve entrevista com João Paulo seria sobre as resistências organizacionais internas no trabalho da juventude. Como vimos na entrevista, "para organizar torneio de futebol nos assentamentos não precisamos pedir autorização, porém para fazer luta, temos". Ou seja, pode-se dizer que a visão de alguns dirigentes de movimentos é que o jovem é útil

apenas para atividades secundárias e execução de tarefas, já que *responsabilidades mais sérias*, como organizar lutas, não cabem aos jovens, pois, consideram, equivocadamente, que há falta de preparo para organizar uma jornada de lutas.

Outro destaque a ser feito remete aos estados nos quais os jovens estão mais bem organizados e, portanto, tiveram uma maior confiabilidade da direção dos movimentos, recebendo o aval para fazer, por exemplo, o aporte de recursos nos estados onde não estavam bem organizados. Mesmo assim, a aprovação não foi unânime. Partindo da leitura de João Paulo, o mesmo afirma que em pouco tempo os estados estarão com as mínimas condições organizativas dos jovens.

A identidade da juventude na Via Campesina vem construindo em vários encontros, marchas, reuniões políticas e quadros de jovens dirigentes.

Conforme trabalhado no primeiro capítulo, o campesinato vem se construindo, a partir da última década, como uma identidade política. Entende-se que, dentro da Via Campesina, o debate e a ressignificação do campesinato têm sido uma construção dos próprios movimentos sociais ao longo de sua luta, assim, não é uma categoria *a priori*, constituída por uma essência, ou seja, por um conjunto de atributos que são inerentes a si mesmo. Aparece como uma categoria que tem significados diferenciados historicamente e que se constitui enquanto sujeitos sociais que agem sobre as suas condições de vida.

Para entender a ressignificação do campesinato dentro dos movimentos sociais da Via Campesina, faremos um diálogo com Thompson (1987) e seu conceito de classe social.

Thompson (1987), em seu livro *A Formação da Classe Operária Inglesa*, considera que a classe operária não nasce como o sol, mas constituiu-se no movimento do seu fazer-se (THOMPSON, 1987, p.9). Este autor é instigante, uma vez que compatibiliza uma análise de classe com costumes e valores. Reiteramos a relevância dos escritos e exemplos dados por Thompson sobre classes sociais, na medida em que consideramos que ela não é primária, mas se constitui pela ação histórica dos sujeitos sociais. As classes e, neste caso, a classe trabalhadora, ganham novos matizes a partir da abordagem cultural da construção da rebeldia e da resistência ao longo do processo histórico da luta

entre grupos antagônicos.

Para Thompson (1987), a emergência do operariado como novo sujeito político e social foi *determinada* pelo desenvolvimento do capitalismo inglês, e não na forma mecânica da ortodoxia marxista, que imaginou ser possível tomar a estrutura produtiva como dado naturalizado, pré-existente, e dela deduzir o caráter das classes sociais. Parte-se do sentido de que as transformações estruturais e as de âmbito cultural definem os processos sociais. O ser humano faz a história a partir de escolhas e apostas conscientes, embora atue em condições pelas quais não optou e por meio de processos cujos desdobramentos escapam ao seu controle (Fortes, 2006; Thompson, 1981).

Logo, usando essas concepções de Thompson, trabalharemos essa construção da identidade em movimento de escolhas e de processos histórico-sociais em que estão inseridos determinados sujeitos sociais.

Ao colocarmos o tema da juventude em diálogo com o do campesinato, vemos que ambos não são rígidos ou elaborados à primeira vista. Com base na discussão marxista clássica, existe uma constante construção política de sujeitos sociais que dialeticamente tentam dar conta de entender o novo em meio às velhas formas de dominação. Dialogando com as abordagens de Hall (2000) e Thompson (1981), tomaremos o indivíduo como sujeito que se constitui no seu fazer-se, ou seja, através de sua ação na história. É assim que entendemos o campesinato e a juventude da Via Campesina, ou seja, são identidades que se constroem na ação histórica e política de seus sujeitos.

Um sujeito que se constitui em suas ações e linguagens aproxima-se da narrativa de jovens líderes dos movimentos sociais. Temos como exemplo Esmeraldo, liderando o MST em Sergipe:

(...) em Goiânia novamente, que rediscuti essa questão da juventude e assim decide liberar alguém, que aí eu acho que foi a liberação teve um papel importante né, nessa discussão nossa, porque João Paulo, tem um escritório em Brasília se transforma muito rapidamente numa referência nacional, e ele vem legitimado pra uma discussão nacional (...) então ele vai com respaldo de direção, ele vai com a moral porque é diferente você eleger alguém pra tal setor, alguém que vai começar do começo, não tem contato com os dirigentes, não

conhece os estados, e você pegar alguém que já é conhecido nacionalmente isso ajuda, (...) qual é o risco é de você colocar alguém que muito interessado, muito empolgado, muito comprometido, mas que assim organiza e não consegue respaldo, respaldo, por exemplo, pra você montar um seminário como nós fizemos, (...) você conseguir recurso pra deslocar gente pra um encontro pra discutir juventude é você tem que ter moral dentro do movimento então eu acho que não digo que é a figura de João Paulo, o fato de você deslocar João Paulo já significa que o movimento passou a dar importância pra juventude, se não tivesse dado importância João Paulo poderia ter voltado pra São Paulo e discutir outra coisa, e não juventude, então lógico não estou querendo dizer que é o João Paulo o cara que faz isso funcionar, mas ele é símbolo disso, ele é símbolo disso porque o fato da direção nacional ter escolhido o João Paulo, ter deslocado o João Paulo e ter dado essa função é sendo João Paulo aquela figura conhecida que era na época, que é ainda hoje, é foi um sinal de importância pra discussão da juventude no movimento, e aí o João Paulo ajudou a puxar é lógico João Paulo ele entra numa fase em que a discussão tá avançando então já tem um coletivo, já tem um grupo de pessoas que se preocupa, mas não com essa unidade política, e com essa força política é uma pleiteada pro encontro, então essas duas coisas essa articulação que já existia, e com esse interesse que o movimento teve com o deslocamento de João Paulo, ajudou a dar corpo a essas reuniões e a criar de fato porque foi deliberação do movimento vamos organizar isso, vamos ver como organizar a juventude (...) (Esmeraldo Leal, Dirigente do MST-sergipe)

No discurso acima, ressalta-se um ponto crucial do debate, que é a atenção dos movimentos ao trabalho da juventude, colocando figuras históricas de considerável peso político para fazer o trabalho representativo. João Paulo Rodrigues, com 26 anos de idade, é um dos jovens dirigentes do MST nacional. Esse é um destaque importante, pois é um dos poucos jovens que recebe uma tarefa crucial no setor de finanças, um cargo de vital importância e responsabilidade. Vê-se assim um grande investimento nas articulações de forças juvenis. Esmeraldo também afirma que para que haja avanço do trabalho, é necessária essa legitimidade política de personagens históricas, no caso, do MST.

Pelas atividades e construção que estão sendo feitas, podemos dizer que a juventude da Via Campesina é formada pela multiplicidade das juventudes das

organizações, além de um diálogo entre jovens de diferentes movimentos, tais como o *Movimento dos Atingidos por Barragens* (MAB), o qual trabalha especificando o termo *jovem* atingido por barragem.

O Selvink do MAB trabalha com jovens atingidos por barragens, enquanto que o MMC trabalha com jovens camponesas; o MPA e a PJR trabalham com pequenos rurais, agricultores, e camponeses jovens; e o MST com jovens sem terra ou jovens trabalhadores rurais.

É essa a orientação que trabalhamos para compreender a formação da identidade, ou as identidades, da juventude da Via Campesina brasileira. Vale a pena recapitular que centramos a atenção no tema da emergência das identidades da juventude da Via Campesina, como uma construção histórica e política que se constituem na práxis dos movimentos sociais.

Com a repressão militar da ditadura, nas décadas de 50 e 60, a identidade das ligas camponesas do nordeste foi contestada. Atualmente, uma nova construção de identidade camponesa e seus desdobramentos, como juventude camponesa, estão emergindo através dos movimentos sociais do campo. Assim, novas forças políticas no campo atualmente em articulação com um campesinato autônomo em nível mundial constroem novos significados para o campesinato. É nessa construção política que se constrói a identidade da juventude da Via Campesina

O propósito é compreender a construção da identidade dos Jovens da Via Campesina como algo em movimento e que está emergindo no contexto de luta dos movimentos sociais, os quais se encontram preocupados com vários fatores, incluindo: dar respostas práticas à sua juventude, ao passo que enfrentam o modelo capitalista de produção em uma possibilidade concreta de um renovado viver dos sujeitos camponeses.

Como forma de contribuição na leitura emergente da juventude na Via Campesina, vamos retomar Thompson (1997), que amplia o tradicional conceito de classe ao trabalhar com a dimensão da cultura, dizendo que a classe se constitui a partir do seu fazer-se, como afirma no prefácio da sua obra:

Este livro tem um título um tanto desajeitado, mas adequado ao seu propósito. O processo de formação precisa ser entendido como um fazer-se, porque é um estudo sobre o processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos. A classe operária não surgiu como o sol numa hora determinada. Ela estava presente ao seu próprio fazer-se. (THOMPSON, 1987, p.09)

A forma como Thompson reconstrói o conceito de classe, trabalhando o fazer-se das classes sociais na história, abre a possibilidade de trabalharmos com o conceito da identidade, para compreendermos a constituição da personalidade *Juventude da Via Campesina*. Uma identidade construída no movimento e que, portanto, ao invés de negar, explicita as contradições entre o que se tem – a partir do senso comum – e o que se quer – a partir do senso crítico – como forma de superar os conhecidos mecanismos de reprodução do *status quo*. Quando este autor diz que o indivíduo se constitui no seu fazer-se, ele abre uma perspectiva de sujeitos múltiplos não-estáticos na realidade, com um renovado horizonte, que não fecha as ações dos sujeitos em categorias determinadas previamente às ações. Mesmo com a ampliação do conceito vale a pena reiterar que o ensinamento histórico do marxismo segue vigente: a leitura da realidade através do conceito da luta de classes.

O I Seminário da *Juventude da Via Campesina Brasil*, realizado em São Paulo, na Escola Nacional Florestan Fernandes, em meados de novembro de 2006, contou com sessenta jovens dirigentes de vinte e dois estados brasileiros com bandeiras centrais para a permanência, fixação e reprodução do jovem camponês, como está descrito nos documentos do Seminário:

O presente Seminário surge da percepção da Via Campesina diante da desarticulação da juventude camponesa. Inicialmente, a Igreja e os Partidos Políticos se apropriaram das demandas da juventude. Em seguida, o mercado e a direita também passaram a disputar esse segmento da sociedade. Dentre as questões que permeiam a temática da juventude organizada se encontram: educação, trabalho e renda, ausência de políticas públicas, arte, cultura e violência. Desse modo, a perspectiva deste Seminário é discutir métodos de aglutinação da juventude camponesa e urbana. E os temas que as unificam. (ENFF, 2006, p.01)

As oito principais bandeiras que saíram do encontro com a perspectiva

de unificar as necessidades da juventude das organizações camponesas foram:

- a) Reforma Agrária na necessidade de uma política de terras para a juventude camponesa;
- b) Educação do Campo, principalmente na área da alfabetização. De acordo com dados do próprio governo, existem hoje três milhões de jovens analfabetos no país, destes a maioria é do interior da região nordeste. É de fundamental importância o apontamento de perspectivas para a inserção da juventude no Ensino Básico e Superior;
- c) Trabalhos dignos, com geração de renda, crédito, assistência técnica, cooperativas de crédito, agroindústrias e capacitação técnica para os jovens camponeses;
- d) Organização coletiva da produção agroecológica como forma de esperança e crença no campo. O princípio é cuidar do movimento, da terra e da vida;
- e) Na cultura, faz-se necessário multiplicar o acesso e a produção de bens culturais, como o cinema da terra, teatro, tele-centros no campo etc.;
- f) Promover a prática desportiva e recreativa para não haver busca externa por parte do jovem;
- g) Dar formação política, humana e técnica para os jovens camponeses, além de garantir infraestrutura do campo: estradas, luz, comunicação, acesso à informação, transporte, água e saneamento, provendo condições sadias de habitação no campo.

Essas metas emergem da necessidade da juventude da Via Campesina de mostrar os motivos pelos quais os jovens do campo se mobilizam, onde estão e por que se sentem na necessidade de se organizar socialmente. A forma e o conteúdo da luta dos movimentos sociais vão contra o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista no Brasil, o qual foi, pouco a pouco, centrando sua política nacionalista na industrialização, relegando assim à agricultura um papel subordinado ao marco central de reprodução ampliada do capital. A partir dessa política de desenvolvimento, o campo foi esvaziado e diminuído no projeto de políticas públicas com seus sujeitos esquecidos. A propriedade privada do grande capital, servindo ao latifúndio e gerando a monocultura, recebeu investimento direto e subsídios intensos para a manutenção dos capitalistas transnacionais atuantes em territórios brasileiros. Esses tomam parte e utilizam as terras como elemento central da especulação financeira – uma das principais características do capitalismo no século XXI: um capital especulativo-financeiro em detrimento do capital produtivo-industrial.

No movimento das divergências encontradas entre campo e cidade e entre latifúndio e agricultura familiar-camponesa, teias vão sendo traçadas, cada vez mais complexas, sobre o sentido da identidade, do domínio e dos projetos de classe.

A relação entre juventude do campo e o capitalismo é repleta de contradições e movimentos, não diferente das vividas pelos jovens urbanos. É extremamente desproporcionada a correlação de forças que existe entre juventude dos movimentos sociais e dos próprios movimentos da Via Campesina com o sistema capitalista. É necessário notar que a juventude é uma categoria que sempre se recria junto com o campesinato, sendo por vezes os sujeitos sociais mais dinâmicos da família camponesa, das comunidades e das organizações sociais e políticas. Em muitas comunidades e assentamentos em que a Via Campesina tem grande parte de seus moradores militantes, é a juventude que proporciona a esperança de dias melhores, seja pela sua alegria, seja pela sua organização em grupos. Vê-se assim a disposição nos trabalhos da família e da comunidade, ao prover esperança, energia e luta camponesa.

CAPÍTULO III - PERFIL DA JUVENTUDE DA VIA, CONGRESSOS, SEMINÁRIOS DA PJR E VIA CAMPESINA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A forma como se constrói a participação do jovem nas organizações camponesas e o significado que os movimentos atribuem a ela podem lançar luzes sobre o protagonismo juvenil na vida civil do país. É fato que, na atualidade, os movimentos camponeses da Via Campesina do Brasil têm sido um espaço de mobilização e articulação de pessoas, tanto pelas suas pautas reivindicatórias, como pela discussão de um projeto alternativo ao capitalismo. É nesse cenário que os movimentos da Via Campesina têm potencializado as discussões de mobilização, formação e articulação da juventude, como uma força transformadora em potencial da sociedade. Nos últimos dois anos, vários encontros, atividades e lutas foram realizadas com o intuito de discutir e potencializar a luta: O Congresso da PJR, os dois seminários da Via Campesina, a Jornada Nacional de Luta por Educação: pública, gratuita e de qualidade para todos, e a plenária nacional da juventude da Via Campesina. Esses eventos foram nacionais e também aconteceram dezenas de outros seminários e encontros em âmbito estadual, regional e municipal. Privilegiamos, aqui, os encontros em nível nacional cujo atores principais são os jovens da Via Campesina.

Como já dissemos anteriormente, é recente, dentro da Via Campesina, a realização de eventos específicos para os jovens. Entendemos que esses encontros são centrais para compreendermos a emergência dos jovens como uma categoria específica dentro dos movimentos da Via. São nesses encontros, eventos, seminários que os jovens vão construindo suas identidades. Nos termos de Thompson (1989) eles constituem-se no fazer-se através de múltiplas ações cotidianas, difusas ou formalizadas, institucionais, individuais ou coletivas.

O presente capítulo pretende levantar algumas questões referentes aos encontros de formação de jovens, organizados pela juventude da Via Campesina como espaços formativos privilegiados para a constituição da identidade dos

jovens da Via Campesina. Os jovens constroem-se nos movimentos da Via Campesina no "fazer-se", ou seja, através das formas de participação nos movimentos: marchas, místicas, lutas, reuniões, trabalho de base, formação, relação com outros movimentos, enfim, todos os tipos de encontros e espaços dos movimentos. Aqui abordaremos os encontros citados acima e faremos uma breve descrição destes encontros, ressaltando alguns aspectos: a mística, construção de um Projeto Popular e junto a eles algumas demandas como educação, renda e lazer e, por último, tentaremos perceber, nos encontros sob que categorias os jovens dos movimentos da Via são identificados, tais como "Juventude Camponesa"; Juventude Rural; "Juventude da Roça". Tivemos algumas dificuldades na identificação das falas dos jovens do congresso da PJR, pois, como foram falas feitas na plenária, não temos dados pessoais de todos, como idade, município, somente o nome e o estado de origem.

3.1. Identidade

Entendemos que a identidade dos jovens da Via é construída no próprio processo de construção do movimento, assim é algo flexível, aberto. Ser Jovem na Via Campesina não se define, apenas, a partir de um conjunto de características dadas *a priori*, como por exemplo, o uso de alguns símbolos como bonés, camisetas, bandeiras ou numa concepção mais estruturalista, pelo fato de serem filhos de famílias de sem-terra, pequenos agricultores, atingidos por barragens, etc., mas pelo envolvimento, participação, nas atividades promovidas pelos movimentos da Via. Assim, vão-se constituindo como sujeitos políticos que atuam sobre suas condições de vida e de dominação, nos termos formulados por Thompson (1987), que discorda que a dominação seja total sobre os dominados e que esses sejam completamente impotentes perante elas.

(...) se sigue que no puedo aceptar la opinión, ampliamente difundida en algunos círculos estructuralistas y marxista de Europa occidental, de que la hegemonía imponga un dominio total sobre los gobernados – o sobre todos aquellos que no son intelectuales – que alcanza hasta el umbral mismo de su experiencia, e implanta en sus espíritus desde su nacimiento

categorías de subordinación de las cuales son incapaces de liberarse y para cuya corrección su experiencia resulta impotente. (THOMPSON, 1987, p.60) [grifos do autor].

Thompson (1997) entende que mesmo existindo uma hegemonia dos governantes, a luta de classes permanece como constituinte da relação de classes. A plebe encontra formas para resistir, seja através da tradição, expressões da cultura ou por outras formas de resistência. A luta de classes se constrói nesse movimento. É assim que compreendemos que a identidade dos jovens da Via se constitui, ou seja, na mística, nos encontros, nas lutas, nas marchas, nos espaços de formação, ou seja, na práxis do movimento social.

Em nosso trabalho, como vimos anteriormente, entendemos que a identidade da juventude da Via Campesina, como algo que se constrói no fazer-se das relações, não é dada *a priori*, nem definida por essência, ou seja, um conjunto de atributos, característicos, inerentes a si mesma, mas uma construção política de sujeitos sociais que atuam sobre as condições objetivas de vida, entendendo isso, com base nas abordagens de Thompson (1987) e de Hall (2006), nas quais o fazer-se permanente dos sujeitos se dá em todos os espaços.

Compreendemos a construção identitária dos Jovens da Via como algo em movimento, que está emergindo neste contexto de luta dos movimentos sociais, lutas pela sua consolidação, lutas para dar respostas práticas à sua juventude. Ao mesmo tempo em que enfrentam o modelo capitalista de produção sobre as possibilidades concretas de um renovado viver dos sujeitos camponeses.

Tomaremos como base para a discussão da identidade alguns estudos e escritos de Stuart Hall (2000), Erving Goffman (1985), Mary Douglas e Pierre Bourdieu (1989), para facilitar o desenvolvimento explicativo do tema. Construiremos esta discussão a partir de cinco aspectos centrais do conceito de identidade:

- **Primeiro** – o caráter relacional da identidade, ou seja, ela é uma construção do eu em sua relação com o outro e o mundo. Tal relação ocorre em três marcos: o ser consigo mesmo, o ser com os demais seres e o ser com a natureza (Hall, 2006). Por isso, a identidade se constitui na

de uma ou outra das duas alternativas seguintes. Por um lado, o grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação (SIMMEL, 1958, pp.153-154).

Citamos o exemplo do programa federal “Minha primeira terra”, programa destinado para jovens adquirirem um pedaço de terra através de empréstimo bancário para compra. Nesse caso, existe uma unidade dos jovens da Via Campesina e das organizações da Via contra essa proposta. Ocorre um enfrentamento direto com o governo e com a CONTAG, os principais defensores desta proposta. Analisando pela ótica de Simmel (ano), o “inimigo” comum é a própria proposta do programa e automaticamente os seus defensores. Nesse caso é mais importante fortalecer a unidade da Via Campesina do que a unidade de cada movimento da Via.

- **Quinto** – a identidade é manipulável, ou seja, é moldada conforme situações específicas ou interesses de atores em alguns momentos, como exemplo, quando os jovens do coletivo da Via Campesina reunidos em seus próprios movimentos demarcam bem a sua identidade enquanto indivíduos militantes das suas organizações, ou seja, jovem barrageiro, Jovem camponês, jovem sem terra, jovem pequeno agricultor, porém, quando estão com ‘tarefas políticas’ representando o coletivo da Via, na relação com entidades e organizações para fora da Via, se apresentam como Jovens da Via Campesina.

Com base nestes cinco aspectos, desenvolvemos uma análise desses encontros de jovens da Via Campesina escolhidos, de modo a explicitar o processo de construção de identidade.

Os movimentos sociais não são fixos, passam por reconstruções diversas, portanto é fundamental uma análise dos movimentos sociais que não essencialize os mesmos e estabeleça o debate a partir da sua construção em seu fazer-se na história.

A discussão de identidade pode ser tratada nos mais diferentes níveis, desde o nível da pessoa, indivíduo, até estruturas mais complexas, que incluem outros sujeitos, como Estado-nação, sociedades e sujeitos globais. O desafio que se coloca, nessa discussão sobre identidade é como trabalhar o tema da juventude no interior de uma organização em que há indivíduos com saberes e fazeres múltiplos. Assim, a organização da Via pode ser pensada em seu processo identitário como um espaço da unidade do diverso. Primeiro, há vários movimentos com lutas específicas que compõem a Via; segundo, em um grupo de jovens de uma mesma organização, por exemplo, co-existem jovens homens e mulheres, casados e solteiros, estudantes e analfabetos, trabalhadores, mães, esposas, operárias, camponesas, internautas, etc.

Nessa discussão, dialogamos com a teoria de Stuart Hall (2002), quando em seu livro *"Identities culturais na pós-modernidade"*, discute a questão da identidade cultural na chamada modernidade tardia, buscando responder algumas perguntas como: há, ou não, uma "crise" de identidade? Se sim, em que consiste e quais suas conseqüências? Para responder a estas interrogações, o autor reitera a mudança ocorrida no conceito de sujeito e identidade no século XX:

(...) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada 'crise de identidade' é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (...) as identidades modernas estão sendo 'descentradas', isto é, deslocadas ou fragmentadas. (HALL, 1997, pp.7-8).

Hall (1997) procura explicar tensões existentes entre o global e o local nas transformações de identidades e examina isso através dos efeitos da globalização sobre os sujeitos e suas relações. Nesses conflitos, a identidade se constrói. As identidades estão sendo deslocadas, descentradas, e isso implica um movimento de mudanças nas identidades pessoais, dos sujeitos integrados, ocasionadas pela ruptura e pelo deslocamento desses sujeitos, abrindo espaço a uma crise de identidades. Segundo Hall (1997), essa crise explicita uma movimentação de

pessoas deslocadas, ou seja, a fragmentação de um sujeito unificado, o que antes significava o sujeito unificado dentro da classe e dos partidos, dentro de espaços sociais.

O fenômeno da globalização, segundo este autor, interfere diretamente na conceituação de identidade cultural e nas suas conseqüências enquanto “pluralização” de identidades, colocando em evidência o jogo de identidades. Este “jogo” ocorre porque as identidades são múltiplas, contraditórias e/ou se cruzam mutuamente. Como já dissemos, não podemos dizer que um jovem da Via Campesina tenha só como referencial identitário o pertencimento à Via, mas, sim, que várias outras referências de pertencimento compõem as suas identidades, como por exemplo, ser jovem do MPA, do grupo de jovens da comunidade, do sítio, do grêmio estudantil da escola que estuda, internauta. Logo, podemos dizer que uma referência de pertencimento singular não os múltiplos laços de pertencimento, de identificação dos indivíduos e grupos sociais.

Segundo Hall a globalização traz três possíveis conseqüências para as identidades culturais:

(...) as identidades nacionais se desintegrarão como resultado do crescimento da homogeneização (...), ou as identidades nacionais, “locais” e “particulares” serão reforçadas pela resistência à globalização; ou as identidades nacionais entrando em declínio, e novas identidades (híbridas) estão tomando seu lugar. (HALL, 1997, p.73).

Para Hall (1997), as conseqüências deste processo de desintegração das identidades nacionais é o encurtamento do espaço e do tempo e a resignificação das identidades culturais locais, a partir desta rede de conexão global. Os sujeitos locais, portanto, vivem em movimento e constroem sua identidade neste espaço entre local e global. A Via Campesina é símbolo da tentativa dessa “unificação” do campesinato mundial e tem como frase símbolo da unidade *“Globalizemos a luta, globalizemos a esperança”*, a qual é repetida em todos os encontros nos países que fazem parte da Via Campesina. Este “lema” tenta remeter a uma luta para além da fronteira nacional, uma luta da classe trabalhadora mundial. É uma tentativa de reafirmar e construir uma identidade global unitária de luta. Ou ainda,

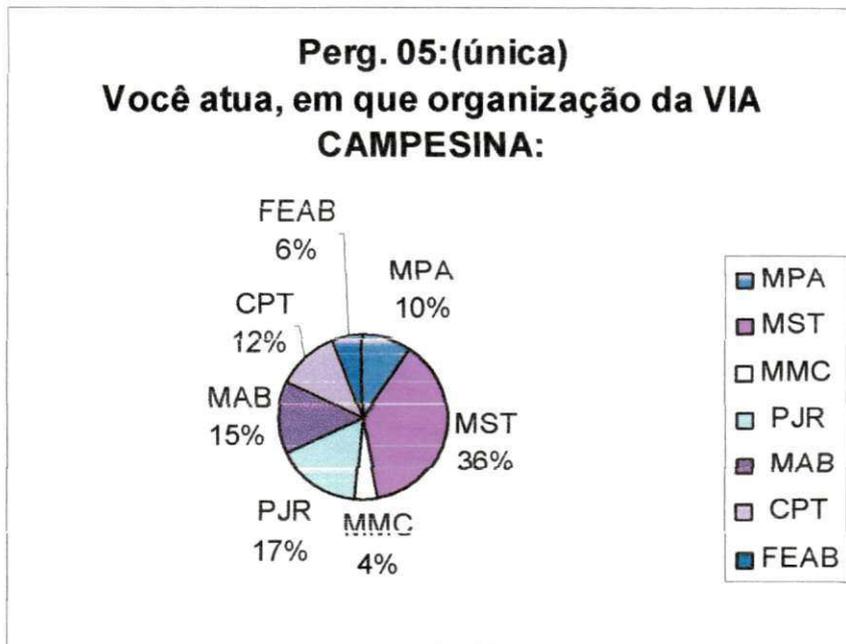
outra frase utilizada, *“pensar global e agir local”*, remete a estarmos conectados globalmente com os outros problemas mundiais, em especial àqueles que a classe trabalhadora enfrenta, sem esquecer de estar organizando e transformando localmente.

Então, a construção identitária dos jovens camponeses, é processo em movimento, fluido, aberto, negociado, que está emergindo no contexto das lutas locais e globais, juntamente com a construção de outro sujeito identitário que estava “meio adormecido” nas produções teóricas e políticas brasileiras, que é o próprio campesinato, que está em pauta, posto pelos movimentos sociais da Via Campesina.

3.2 Pesquisa mestrado: A emergência da juventude dentro dos movimentos sociais da Via Campesina.

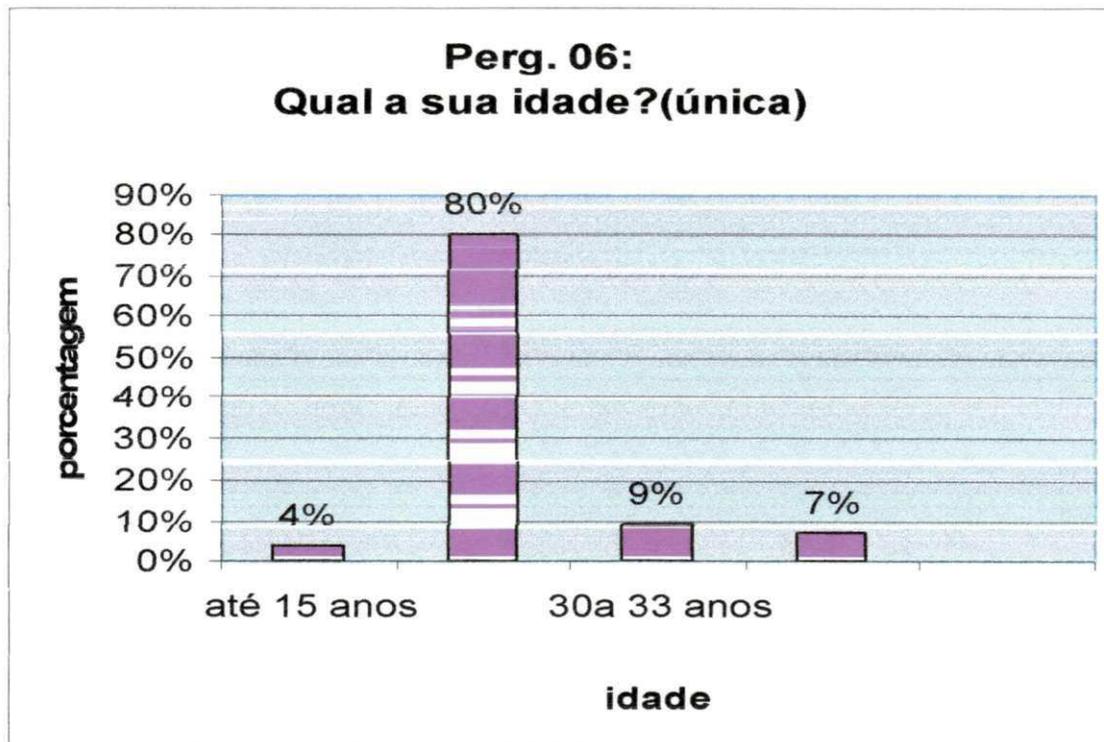
Foram aplicados 102 questionários com lideranças da Via Campesina e da juventude da Via Campesina em dois momentos: no “II Seminário Nacional da Juventude do Campo e da Cidade” e na “Plenária da Via Campesina do Nordeste”. Tendo a peculiaridade de que o primeiro citado era um encontro da juventude da Via, com jovens da mesma, e o segundo era uma plenária da Via campesina onde pesquisamos as jovens lideranças presentes.

Quanto à composição por movimentos, encontravam-se nesses espaços 38% das jovens lideranças do MST, 17% da PJR, 15% do MAB, 12% da CPT, 10% do MPA, 6% da FEAB e 4% do MMC, conforme mostra o gráfico abaixo:



Vemos que do MST tem muita gente, seguido pela PJR e MAB que tinham boa representatividade.

Quanto à faixa etária dos militantes é:

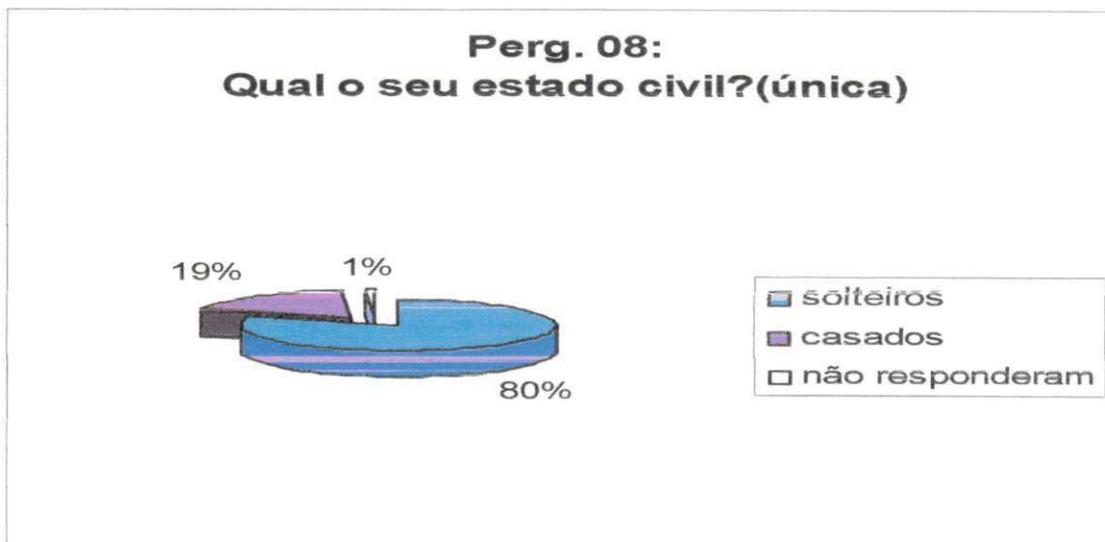


1% tinha menos de 15 anos, 78% entre 16 e 29, 9% entre 30 e 33, e 2% com 39 anos.

Quanto a gênero na composição dos encontros, tinha uma presença de 43% de mulheres e 57% de homens, sendo que 35% das mulheres estavam entre os jovens do nordeste, segundo mostra o gráfico seguinte:



Quanto ao estado civil, 80% eram solteiros, 19% casados e 1% não respondeu.



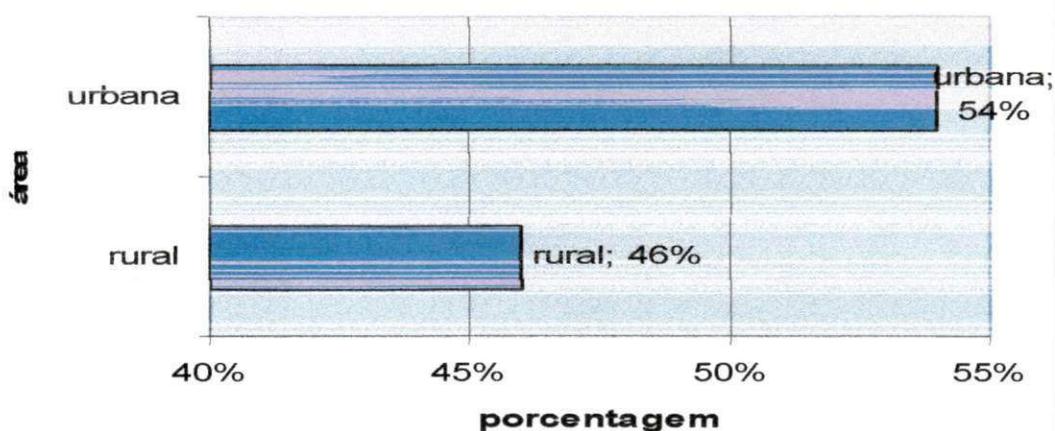
Destacamos que 26% têm filhos.

**Perg. 09:
você tem filhos?(única)**



Um dado surpreendente revela que 46% nasceram no meio rural e 54% são de origem urbana, o que pode ser comprovado no gráfico abaixo:

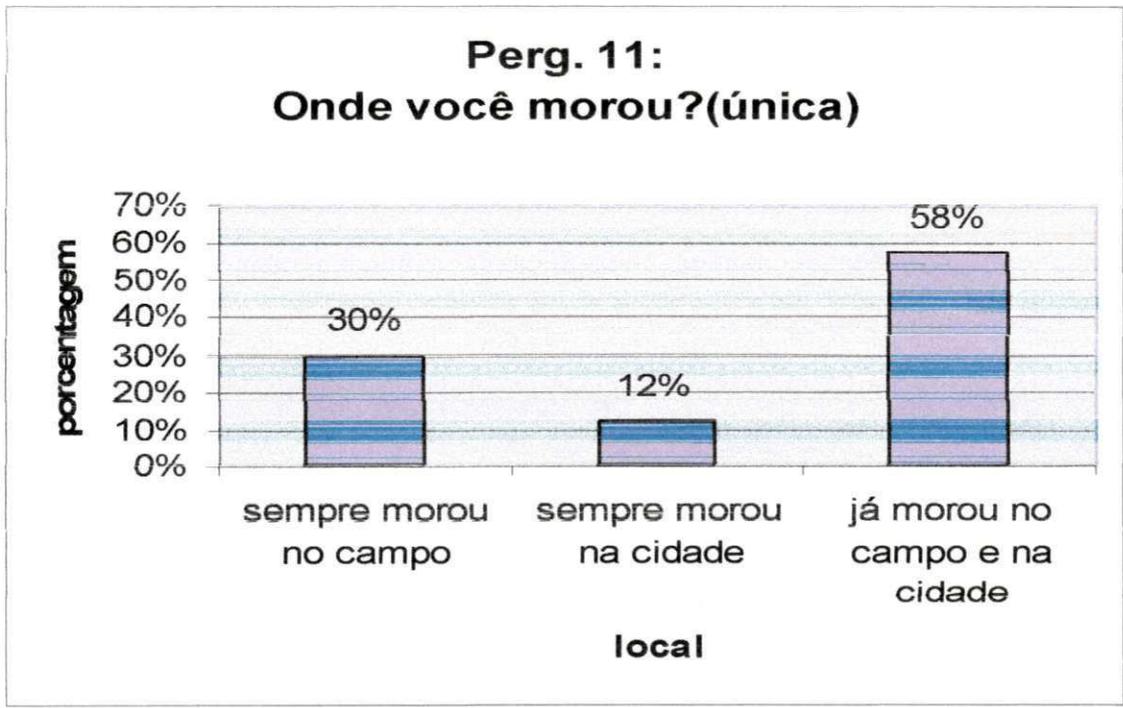
**Perg. 10:
Onde você nasceu?(única)**



Quando perguntados sobre onde morou?

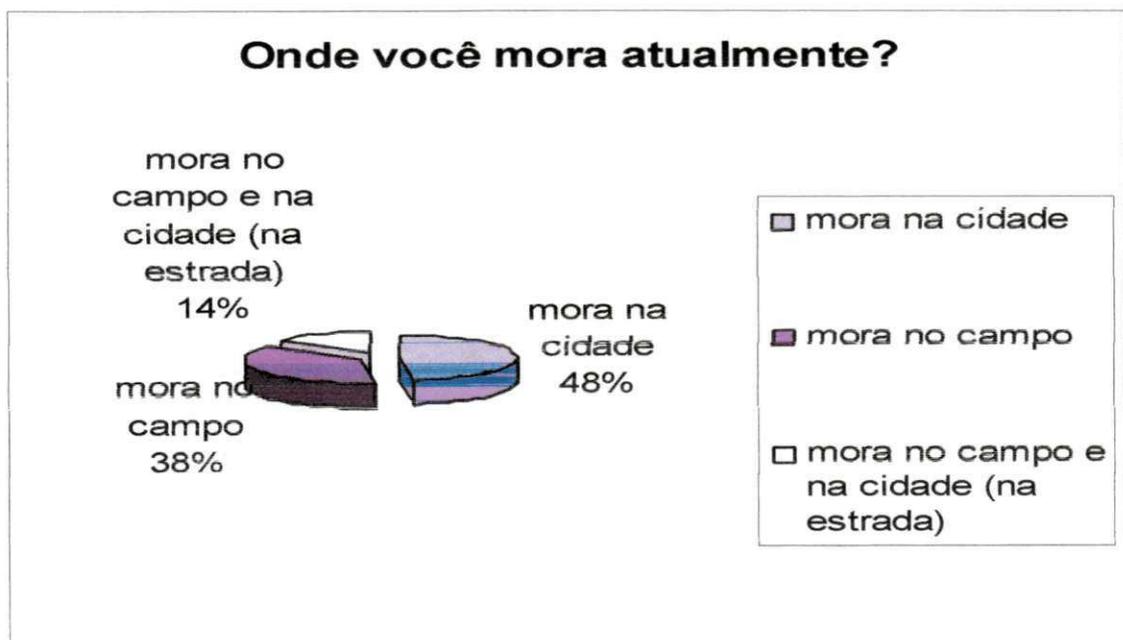
sempre moraram, 30% responderam que sempre moraram no campo, 12% sempre moraram na cidade, e 58% já moraram no campo e na cidade.

**Perg. 11:
Onde você morou?(única)**



Atualmente, 48% moram na cidade, 38% no campo e 14% no campo e na cidade. Ressaltamos que o questionário não comportava essa alternativa de morar nos dois espaços simultaneamente, porém, a grande procura dessas alternativas fez com que tentássemos entender esse fenômeno.

Onde você mora atualmente?

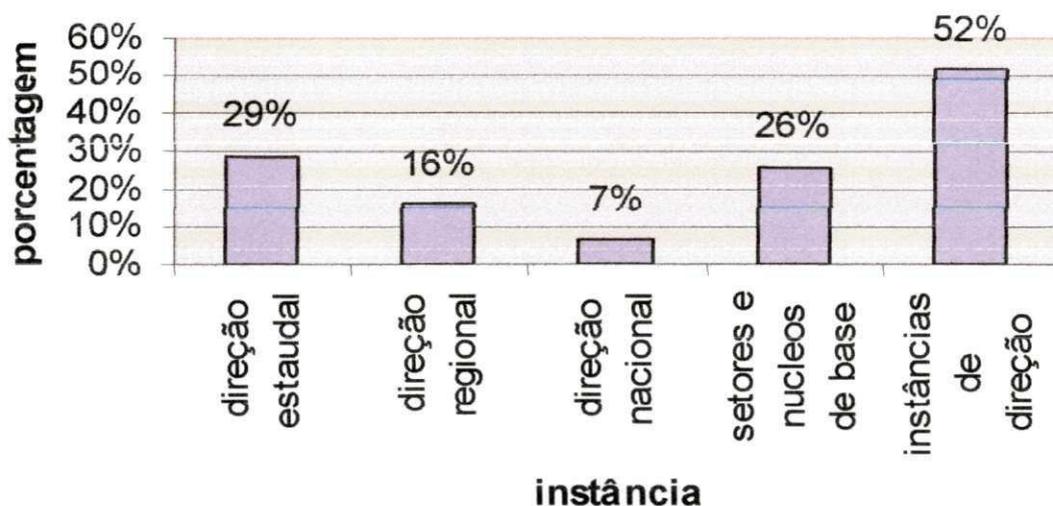


Fizemos uma consulta separada na plenária, nos espaços onde teve a maior procura das duas alternativas, e chegamos à conclusão que os 14% moram no campo, na cidade e na “estrada”. Perguntados os motivos disso, disseram que sempre estão em atividades. Assim, a maioria dessas pessoas passa algum tempo com os pais, no assentamento, na comunidade, no campo, e outra parte nos alojamentos dos movimentos ou em casa de amigos, na cidade, quando estão em reuniões. Outra grande parte do tempo, eles se locomovem para desenvolver tarefas dos movimentos, o que nos levou a perceber que muitos dos jovens militantes entrevistados não têm moradia fixa, pois estão com suas vidas inteiramente a serviço do movimento. Por isso a expressão utilizada no meio: “Vivo com mochila nas costas”.

Quanto à constatação de 12% sempre terem morado na cidade e 48% estarem morando na cidade, pode soar estranho por tratarmos de movimentos camponeses que têm suas bases no meio rural. Para entender isso, destacamos um elemento nas trajetórias dos jovens que contribuem nos movimentos. Muitos dos que estão contribuindo em tarefas nas secretarias dos movimentos da Via Campesina, que normalmente se localizam nos grandes centros urbanos, são jovens estudantes, em sua maioria universitários, que abraçaram a causa do movimento camponês e ajudam nas tarefas que o movimento tem na cidade, como secretaria e algumas articulações.

Analisando essa pergunta como a número cinco, onde perguntamos em qual instância atua na organização:

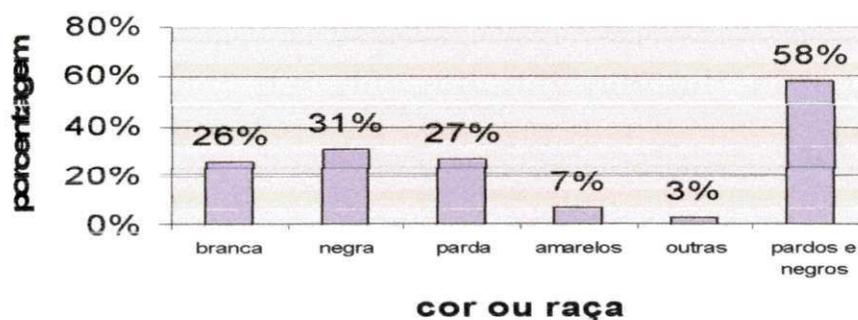
Perg. 05 b:
Em que instâncias atua na sua organização?(única)



Percebemos que 29% atuam em instâncias de direção estadual dos movimentos; 16% em instâncias de direção regional; 7% em instâncias de direção nacional; e 26% em setores e núcleos de base. Percebemos que 52% estão em instâncias de direção nos movimentos, isso nos mostra o grau de envolvimento destes jovens.

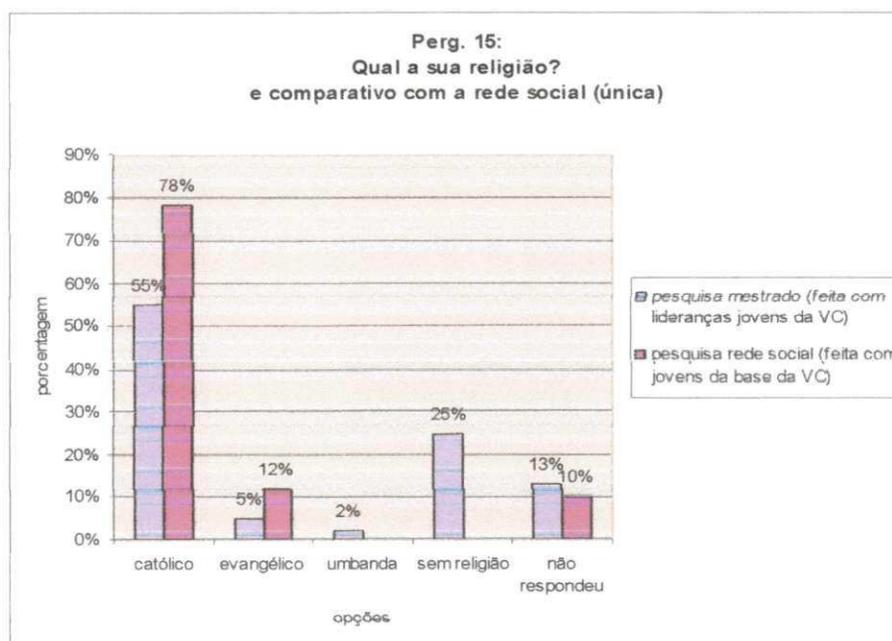
Perguntados sobre sua raça:

Perg. 14:
Você diria que sua cor ou raça é?



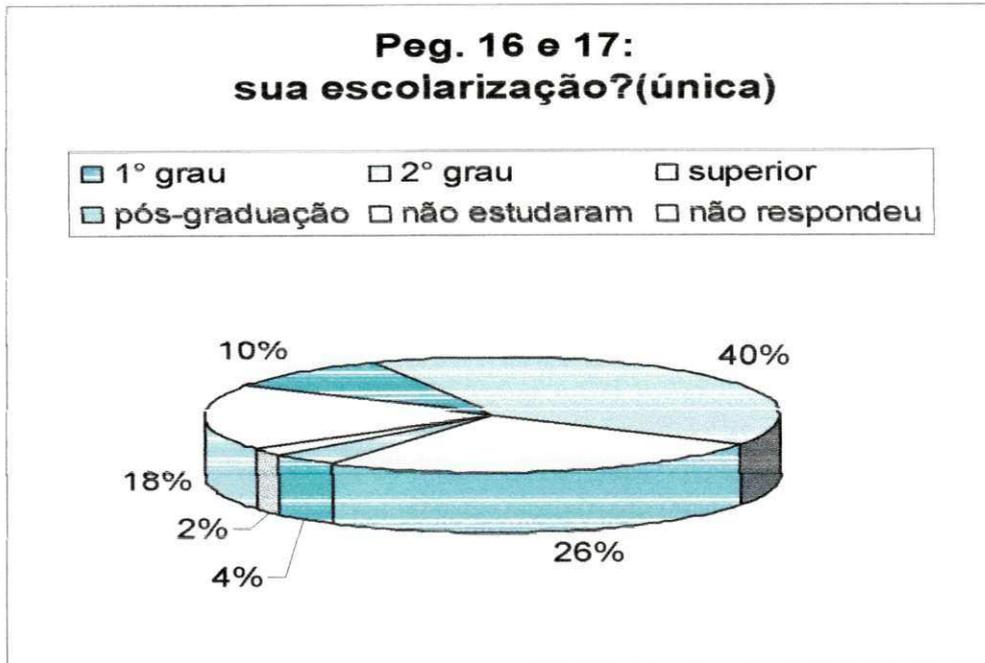
26% se dizem brancos; 31% negros; 27% pardos; 7% amarelos; 9% indígenas e 3% outras. Se juntarmos pardos e negros, teremos 58%, ou seja, a maioria. **“Surpreende o alto índice de descendência indígena e o ‘pequeno’ número de brancos”**, pois, pelo que acompanho enquanto militante, a maioria dos movimentos, os brancos são hegemônicos nas coordenações.

Quanto à religião:



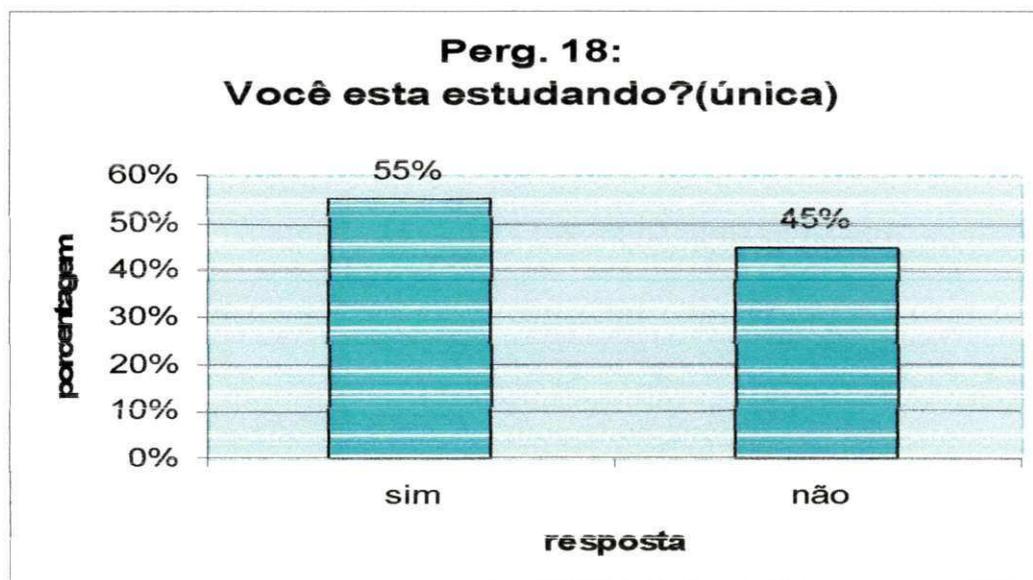
Nessa minha pesquisa entre as lideranças da Via, 55% se dizem católicos; 5% evangélicos; 2% praticantes da umbanda; 25% sem religião e 13% não responderam. Em pesquisa feita pela rede social e a Via Campesina, entre os jovens das bases dos movimentos da Via, 78% se dizem católicos; 12% evangélicos e 10% não responderam. Aqui vemos uma diferença clara entre jovens da base e as jovens das lideranças, porém, nos dois casos os católicos são a grande maioria. No entanto, entre as jovens lideranças cai o número de católicos e evangélicos e sobe, enormemente, o número dos que se dizem sem religião: 25%. Eu acredito que isso se deve ao grau de escolaridade e envolvimento político nos movimentos. Como a matriz teórica de formação dos movimentos é marxista, muitos tem optado por não terem religião.

Quando perguntados sobre escolarização:



10% fizeram o primeiro grau – completo ou incompleto - , 40% o segundo - completo ou incompleto; 26% ensino superior - completo ou incompleto; 4% estão em pós-graduação; 2% não estudaram e 18% não responderam.

Perguntas sobre se atualmente está estudando:

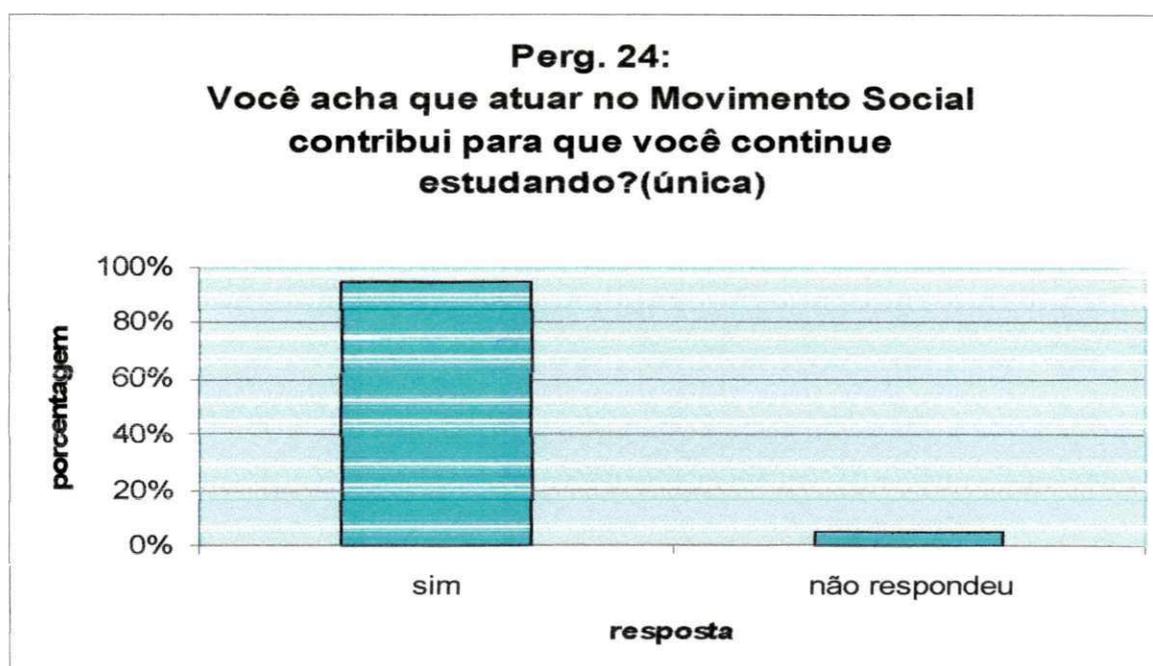


Atualmente, 55% estão estudando e 45% não estão. Dos 45% que não estão, 71% parou antes do que gostaria. Os dois principais motivos que apareceram fortemente quando perguntados por que pararam foram: a falta de renda, recursos econômicos para sobreviver, pois logo eles têm que trabalhar; e a falta de transporte. Outros apareceram com menos intensidade, como a distância da escola, casamento e dificuldade com as matérias.

Os 45% que não estudam gostariam de voltar a estudar, em resposta múltipla, destes, 15% querem concluir o segundo grau, 20% concluir uma graduação e 70% uma pós-graduação.

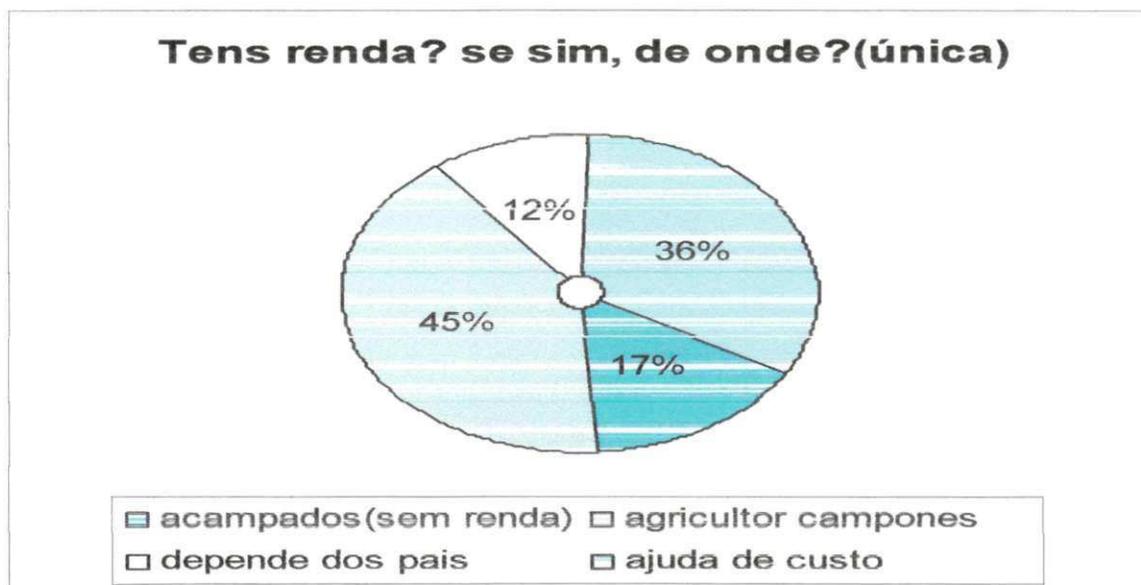
Um número importante a destacar é que, somando graduação e pós-graduação, temos 22% com graduação e 8% cursando graduação, um índice enorme comparado com o índice brasileiro, em que não chega a 8% o número de jovens no ensino superior. Destes, no ensino superior, 22% moram na cidade e 8% no campo. Apesar de menor, o percentual do campo é muito bom. A maioria dos 8% estuda em cursos oferecidos em convênios entre os movimentos e as universidades.

Quando foi feita a pergunta sobre o fato de a atuação nos movimentos contribuir para estarem estudando, 95% afirmam que sim.



Acredito que esses números já são resultados e reflexos diretos de lutas que os movimentos desenvolvem para a melhoria das condições de vida de seus integrantes. Nesse caso em especial uma política pública chamada Pronera.⁶

Quando perguntados sobre como sobrevivem, sobre suas rendas, os entrevistados responderam:

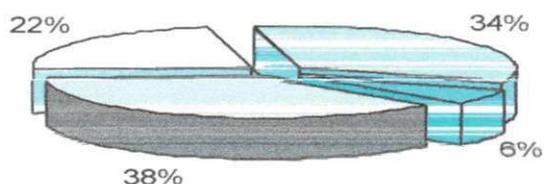


17% se dizem acampados (sem renda), 45% se dizem agricultores camponeses, em assentamento ou comunidades rurais tradicionais, 12% dependentes dos pais, e 36% têm ajuda de custo dos movimentos.

Dos 45% dos agricultores camponeses, 38% dizem que sobrevivem com trabalho agroecológico, o que pode ser entendido pelo gráfico abaixo:

⁶ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Perg. 36:
Como considera seu trabalho na roça?

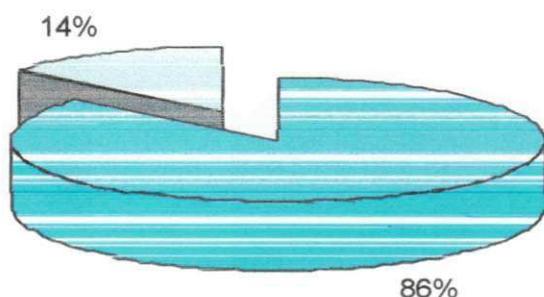


- Convencional (com agrotóxicos e outros insumos químicos)
- Agroecológico/sem agrotóxico
- Transitório de um sistema para outro (parte da produção com agrotóxico e parte sem agrotóxico)
- Não respondeu

Esse é outro índice alto. Acredito que isso se dá por eles ajudarem a implementar a proposta dos movimentos de um projeto diferente para o campo, sem agrotóxico, com desenvolvimento sustentável etc. Além das convicções, faz necessário serem exemplos para poderem motivar o restante das bases.

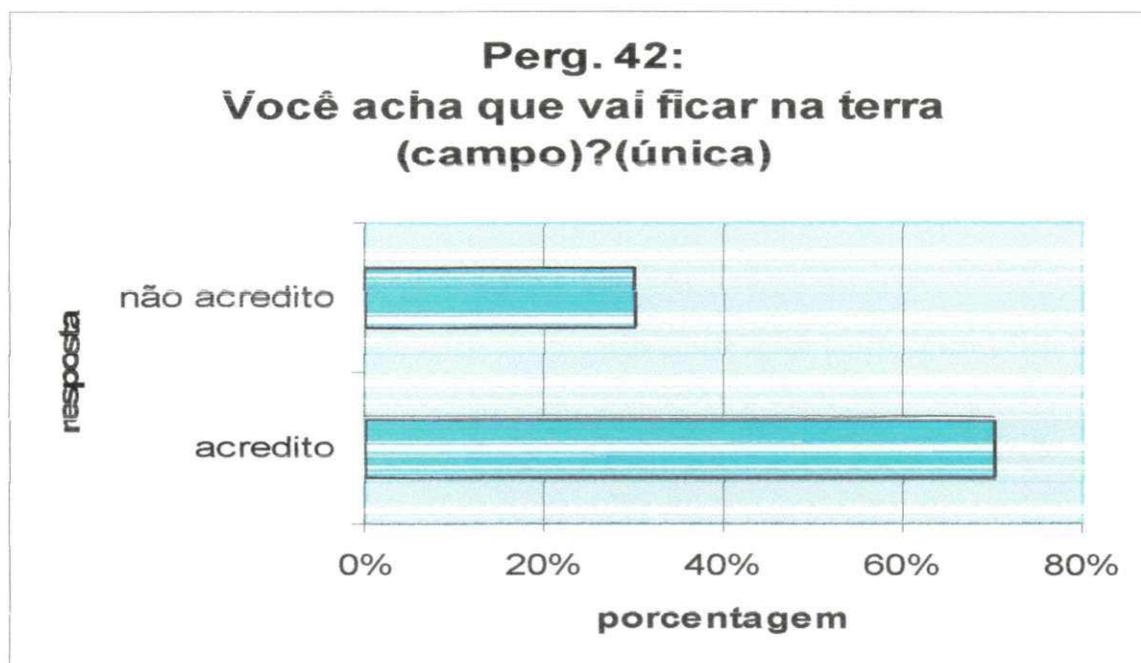
Quando perguntados se querem ficar no campo, 86% responderam que sim e 14% não.

Perg. 41:
Você quer ficar na terra (campo)?(única)



- sim
- não

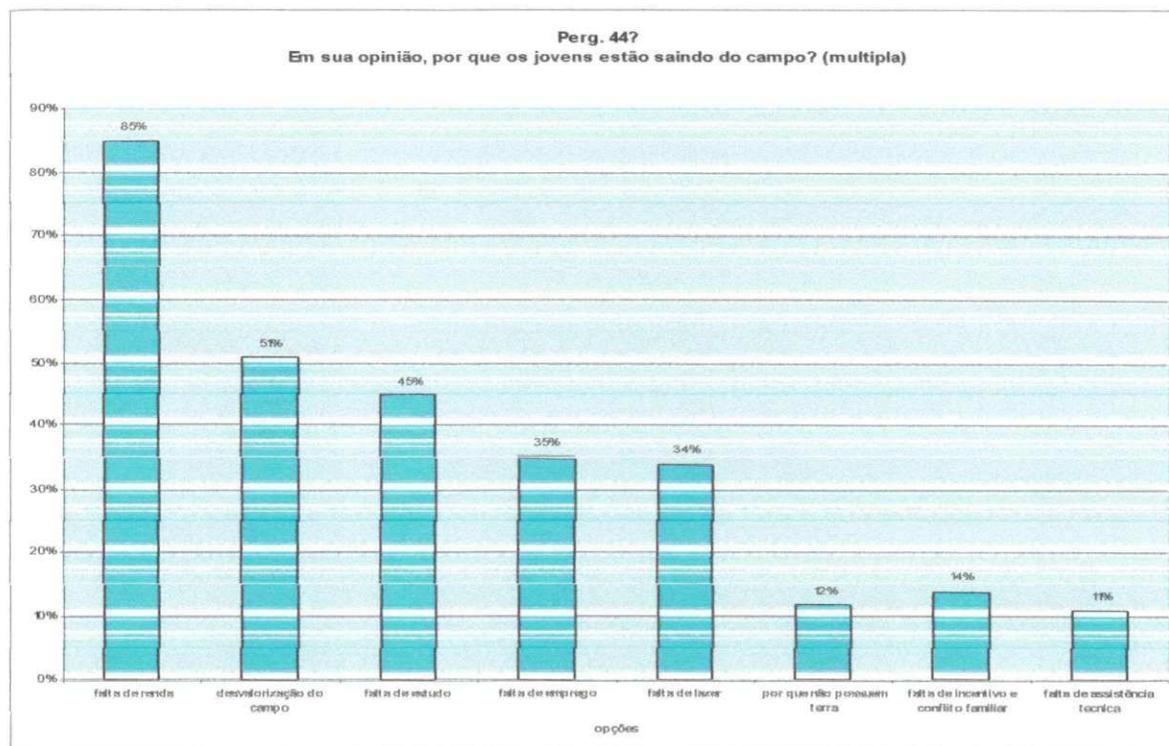
Quando perguntados se acham que vão ficar no campo, os índices dos que pretendem ficar caem sensivelmente:



70% acreditam que sim, e 30%, não.

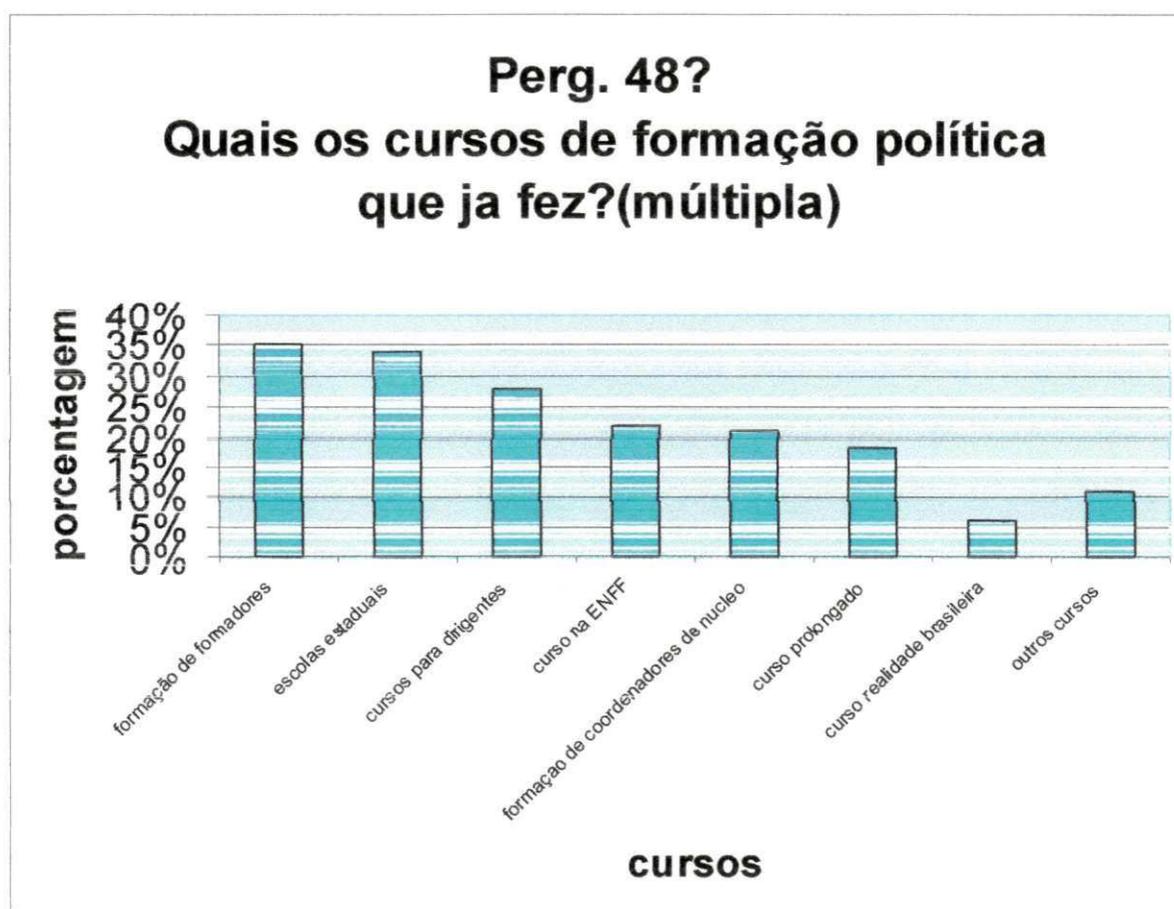
Quando perguntados se acham que os jovens estão saindo do campo, 85% que acreditam que sim.

Perguntados dos motivos:



Em resposta múltipla, 65% acham que os jovens saem por falta de renda; 51% devido à desvalorização do campo e da pequena propriedade; 45% por falta de estudo, educação; 35% pela falta de emprego; 34% por falta de lazer; 12% porque não possuem terra; 14% por falta de incentivo e conflitos com a família; e 11% por falta de assistência técnica.

Quando perguntados se já fizeram cursos de formação, 85% responderam que sim; 35% fizeram cursos para formação de formadores; 34% participaram em escolas estaduais; 28% fizeram curso para dirigentes; 22% curso na ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes; 21% curso para coordenadores de núcleos; 18% curso prolongado; 6% curso de Realidade Brasileira; e 11% outros cursos, conforme pode ser visto nos anexos.



Aqui, percebemos que a maioria já fez cursos de formação política para os movimentos. Olhando isso, com as tarefas que desenvolvem, percebemos que os movimentos investem na formação de seus dirigentes. E, isso é uma das coisas

constituintes desses jovens, todos que estão nas tarefas centrais das organizações passam por cursos de formação política.

Outra pergunta feita foi sobre a atuação dos pais nos movimentos. Para essa pergunta, 46% disseram que seus pais participam e que influenciaram sua participação, e 54% disseram que não participam. Quando perguntados se atuam em alguma organização de juventude, 78% disseram que sim.

Com essas perguntas tentamos traçar um breve perfil político das lideranças da Via Campesina. Percebemos que os jovens que estão articulando a juventude da Via já têm uma caminhada política, não estão começando agora; quase todos ocupam outras tarefas de direção dentro das organizações; muitos estão com tempo integral a serviço do movimento; a família teve grande influência na entrada de um bom número de jovens para os movimentos; o nível de escolaridade é alto para essa realidade; e todos têm muitos cursos de formação política. Muitos jovens urbanos se encantam com a luta camponesa, isso traz elementos novos no jeito de trabalho.

Enfim, apreendemos a importância que está sendo dada a esse trabalho por parte das organizações populares, as quais em muitos casos os melhores quadros estão sendo colocados para fazerem esse trabalho com a juventude.

3.3 Encontros como espaços de construção da identidade da Juventude da Via Campesina.

Vou utilizar fragmentos de quatro encontros que acredito que sejam marcos no processo de construção identitária da juventude da Via Campesina. O primeiro é o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, em julho de 2006, em Brasília; o segundo é o I Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina, em novembro de 2006, na Escola nacional Florestan Fernandes em Guararema - São Paulo; o terceiro é o II Seminário Nacional da Juventude do Campo e da Cidade, em julho de 2007, também na Escola nacional Florestan Fernandes em Guararema, São Paulo, e o quarto, a I Plenária da Juventude da Via Campesina Brasil, em Goiânia, Goiás, em novembro de 2007.

3.3.1 II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural

Em julho de dois mil e seis (2006), como militante da PJR, participei e ajudei a construir o II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, que ocorreu em Brasília de 23 a 27 de julho.

O evento reuniu, segundo estimativas da coordenação, mil e duzentos jovens de dezoito estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Piauí, Ceará, Pará, Rondônia, Maranhão, Rio Grande do Norte) e o Distrito Federal, distribuídos em doze delegações, quantidade menor que o número de Estados, já que as delegações eram contabilizadas de acordo com os ônibus em que transportavam os participantes, e alguns Estados vieram em um ônibus individuais. Os jovens que foram selecionados para participar foram indicados pelas coordenações de cada estado, seguindo o critério de participação de no mínimo dois meses de atuação no grupo da PJR. Também estavam presentes convidados de seis países: Itália, Alemanha, França, Argentina, Chile e Paraguai.

O congresso ocorreu com o tema *“Juventude camponesa na construção de um projeto popular para o Brasil”*. Ele começou a ser organizado nos dois anos anteriores, (2004-2005), nas coordenações nacionais da PJR. Eu acompanhei toda a fase de preparação. Eu como pesquisador-militante, lembro-me que no processo de organização cada “detalhe” foi pensado. Já nas primeiras reuniões de preparação no ano de 2004, a organização do congresso foi dividida em equipes compostas pelos membros da CNPJR e de pessoas próximas à conjuntura nacional. Equipes de finanças, de alimentação, de segurança, de saúde, de infra-estrutura, de mística, de animação, de ciranda, de comunicação e de relações políticas. Todas as responsabilidades e praticamente todos os espaços de direção eram coordenados por jovens de dezoito a vinte e sete anos. Ou seja, quem decide os rumos da organização PJR são os jovens. A presença desta faixa etária se confirmou segundo pesquisa feita pela professora Elisa Guaraná, professora e pesquisadora da UFRRJ, Universidade federal Rural do Rio de Janeiro. Observa-se que a maioria dos participantes estava na faixa etária

de quinze a vinte e cinco anos, representando 84% dos participantes.

Esses dados são da pesquisa *"Os jovens estão indo embora?" – a construção da categoria juventude rural em movimentos sociais no Brasil*, coordenada pela professora Elisa Guaraná, pesquisa que teve peso censitário, pois, abrangeu quase 100% dos jovens do congresso em questão.

Quanto ao fator sexo, o congresso teve uma participação expressiva de mulheres (42%), pois, em geral, a participação de mulheres sempre foi muito inferior a dos homens. O mais interessante foi que a maioria das mulheres que participaram vinham do nordeste. Isso sugere que houve um aumento da disponibilidade das mulheres para o envolvimento nos espaços de organização.

Quanto à faixa etária, agrupamos em três grupos de idade. Observamos que a maioria dos participantes estava na faixa etária entre quinze e vinte e cinco anos, representando 84%, seguidos de aproximadamente 14% que tinham entre vinte e seis e trinta anos, e apenas 2% tinham até quatorze anos. Fazendo uma relação entre sexo e faixa etária, consideramos importante ressaltar que as mulheres aparecem nas faixas mais novas: 46% das mulheres e apenas 21% dos homens tinham até 17 anos. Através desses dados, podemos supor que o motivo pelo qual as jovens não participavam muito dos eventos era o fato da distância e da resistência dos pais quanto às suas participações, levando em conta que as mulheres são as maiores vítimas do patriarcalismo e do machismo na zona rural, e a situação se agrava entre as jovens mulheres.

Quando perguntados sobre o estado civil, 95% dos jovens participantes se declaram solteiros e apenas 5% casados. Apenas 6% de jovens declaram ter filhos. Mas, diferente da distribuição entre casados e solteiros, um número maior de mulheres, do que de homens declaram ter filhos.

Quanto à escolarização dos participantes, 64% disseram estar estudando. Deste universo, temos uma distribuição onde a maioria, 68%, cursava o Ensino Médio ou Ensino Médio Técnico; 17% cursavam da 5ª até a 8ª série do Ensino Fundamental, um número muito importante, pois destoa com a realidade nacional rural. 17% cursavam o Ensino Superior, e um número residual, 1% até a 4ª série do Ensino Fundamental. Apesar da importância da quantidade de jovens inseridos

no Ensino Médio e Superior, 9% afirmaram ter abandonado a escola, mesmo antes do que gostaria.

Em relação à Terra, Trabalho e Família, o perfil da atuação no trabalho familiar se destacou de maneira importante nos questionários. 59% responderam que “moram e trabalham na terra da família”, já 14% responderam que “moram com a família e não trabalham na terra”, e, 4% afirmaram que apesar de “não morarem, continuam trabalhando na terra da família”. Logo, 86% dos jovens trabalham na roça, ou na terra da família, ou na terra de terceiros, ou na sua terra, ou com assalariados. Outro dado importante é que aproximadamente 14% dos jovens são filhos de “agricultor sem terra.”

Com esses dados, conseguimos perceber que o pertencimento aos movimentos se cruza, ou seja, mesmo a PJR sendo uma organização autônoma, uma parcela de seus jovens da Base são assentados com seus pais, em lotes organizados por outros movimentos. Uma porcentagem muito pequena, 3% dos jovens, afirmou que possui sua própria propriedade, caracterizada como “terra em seu nome”.

Quanto à forma de produção, nós da coordenação do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, pedimos para incluir duas questões neste perfil e prontamente fomos atendidos pela professora: a primeira era sobre a “participação em trabalho coletivo” e a segunda sobre “uso de técnicas alternativas de produção”, como a agroecologia. A nossa intenção era ver se esses métodos produtivos eram utilizados pelos jovens. No que concerne ao trabalho coletivo 13% afirmaram atuar em cooperativas de trabalho agropecuário ou grupo de produção. Quanto aos que atuam com sistemas produtivos alternativos, 18% responderam positivamente.

No que se refere às impressões sobre a permanência na terra, as respostas foram surpreendentes. Para a pergunta “Vocês acham que os jovens da sua região querem ficar na terra?”, aproximadamente 94% responderam que sim.

Quando a questão foi feita de forma mais pessoal, buscando saber como o próprio jovem se percebe nesse processo, tivemos uma resposta um pouco diferente da apresentada acima. Para a pergunta “Quantos de vocês querem ficar

na terra?” tivemos 66% dos jovens que responderam “sim”, já para a pergunta “Quantos de vocês acham que vão ficar na terra?” apenas 38% responderam afirmativamente.



Um dado interessante é que dos entrevistados 81% disseram que participam de Movimentos sociais, 26% afirmam participar dos sindicatos dos trabalhadores rurais, 18% do MST, 11 % do MPA.

Aqui, realmente, percebe-se o pertencimento dos jovens a vários movimentos como MST, MPA. Quanto à participação em organizações de juventude, 83% afirmam atuar em algum tipo de organização. Destes, 77% na PJR, 13% na PJ 18% em setoriais e coletivos de juventude de movimentos sociais, 14% em grupos de jovens da Igreja católica e 3% de grupos de jovens de Igrejas Evangélicas. Nesse caso alguns jovens se identificaram com mais de uma organização. Vemos aqui a multiplicidade de organizações, apesar de os movimentos e as pastorais terem dificuldades de aceitar isso, para os jovens, tranquilamente se pode ser militante da PJR e do MST, uma filiação organizativa não anula outra.

Existe uma identificação com o trabalho na agricultura, com o morar no meio rural. Isso analisando junto com a pesquisa e pelas entrevistas feitas, traz a presença de uma forte autoestima dos jovens camponeses, que sentem orgulho de serem do campo. Acima, vimos que 68% querem ficar no campo, porém, 38%,

acham que não vão conseguir. Outro aspecto que merece destaque é a busca de formação paralela à formação formal, o que chamam de formação política. Essa construção percebemos tanto nessa pesquisa do congresso, quanto no perfil das lideranças da Via na pesquisa feita para esse trabalho.

Destacamos também a adoção de novas tecnologias de produção agrícola, como a agroecologia, para construir um novo modelo de agricultura.

3.3.2 I Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina e o II Seminário da Juventude do Campo e da Cidade

O “I Seminário Nacional da Juventude da Via Campesina” aconteceu na escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, estado de São Paulo em novembro de 2006. O objetivo deste seminário foi estudar a realidade da juventude da classe trabalhadora brasileira, dando atenção à juventude do campo, para assim, projetar os passos da articulação da juventude da Via Campesina e organizações urbanas. Destacamos aqui a presença de organizações com forte presença urbana, tais como a “Consulta Popular”, a “Torcida Organizada Gaviões da Fiel” do Corinthians e a EDUCAFRO, uma organização que atua na área da educação de cursinhos de vestibular. Percebeu-se que existem muitas organizações de juventude no Brasil, contudo a preocupação dos dirigentes da Via é de não criar outra organização, para não aparentar que se está disputando a juventude. Já que tal atitude só poderia causar problemas políticos que atrasariam o processo. Então se optou pelo nome juventude da Via Campesina e movimentos sociais urbanos, uma vez que a Via Campesina é um nome consolidado politicamente, logo, esperavam que não ocorressem disputas com as outras organizações em relação ao trabalho que estavam tentando fazer.

Participaram deste seminário sessenta e três jovens de dezesseis estados brasileiros, pertencentes a várias organizações. Destes, 51 eram da Via Campesina e 12 de organizações urbanas (Movimento estudantil, Educafro, Torcida organizada Gaviões da Fiel, entre outras). Foi um espaço importante de investigação, pois foi o primeiro encontro desse caráter com a presença de quase

todas as lideranças dos Movimentos que compõem a Via: tínhamos dois integrantes do MPA, dois do MAB, um do MMC, dois do PJR, um FEAB e quarenta e três do MST

O II Seminário Nacional da Juventude do Campo e da Cidade ocorreu na Escola Nacional Florestan Fernandes, na cidade de Guararema, estado de São Paulo, de 28/06 a 01/07 de 2007. Estávamos contribuindo na coordenação do seminário, junto com João Paulo e com Neto, dois jovens do MST que estão com a tarefa de contribuir nesse processo de articulação dos jovens do campo e da cidade. Reunimo-nos em uma coordenação reduzida, composta por oito pessoas distribuídas em uma da PJR, uma do MST, uma do MPA, uma do CP, uma do MAB, que estavam acompanhando a construção da articulação de jovens do campo e da cidade. O objetivo deste seminário era avaliar os passos de articulação da juventude da Via Campesina e organizações urbanas nos últimos 12 meses, e projetar as linhas de ação para o próximo período. Destacamos aqui a presença de organizações urbanas já citadas anteriormente. Um fato que merece atenção é a concepção de que existem muitas organizações “disputando” a juventude, partidos, igrejas entre outros. Participaram deste seminário noventa e sete jovens de vinte e quatro estados brasileiros, pertencentes a doze organizações. Destes, setenta e três eram da Via Campesina e vinte e quatro de organizações urbanas – Movimento estudantil, EDUCAFRO, Torcida organizada Gaviões da Fiel, entre outras – esse era o espaço significativo para o nosso trabalho de investigação, pois aí, estavam presentes quase todas as lideranças da Via Campesina Brasil, com uma boa representatividade dos Movimentos que a compõem: sete integrantes do MPA, nove do MAB, quatro do MMC, três da CPT, oito da PJR, cinco da FEAB e trinta e sete do MST.

3.3.3 I Plenária Nacional da Juventude da Via Campesina Brasil

A I Plenária da Juventude da Via Campesina acontecida em Goiânia no mês de novembro de 2007, reuniu jovens de todas as organizações da Via Campesina Brasil, aproximadamente 160 pessoas com a maioria do público jovem dentre os participantes. A coordenação da Via aproveitou o fato de que

haveria uma plenária nacional da Via Campesina Brasil nos dias 27 a 30 de novembro de 2007, e propôs simultaneamente uma plenária de jovens e uma plenária de mulheres da Via Campesina. Encontramos com essa proposta, a multiplicidade de referências identitárias, pois muitas jovens mulheres foram à plenária de mulheres. Outro fator interessante é que muito homens acima dos trinta e um anos, vieram para a plenária de jovens, pois, “não tinham nenhuma atividade programada”. Sendo assim, dos cento e sessenta participantes, cento e quarenta estavam na faixa etária até trinta e um anos, e destes cento e quarenta, aproximadamente trinta mulheres, um número baixo. Por vários fatores as discussões começaram às quatorze horas da tarde. O objetivo da reunião era avaliar o ano de 2007 e planejar os próximos passos da juventude da Via Campesina Brasil para o ano de 2008. Foi um espaço construído com muita discussão, trabalho em grupos e debate. Houve muitos encaminhamentos, contudo, o mais importante, foi uma carta aberta dos jovens da Via, com os encaminhamentos da plenária. Eis abaixo a carta na íntegra:

I Plenária Nacional da Via Campesina Brasil
Goiânia 26 a 30 de Novembro de 2007
Plenária de Juventude da Via Campesina Brasil
Carta da Plenária Nacional da Juventude da Via Campesina Brasil

Nós, jovens camponeses(as), representantes dos Movimentos Sociais e organizações da Via Campesina Brasil, MST, MPA, MMC, CPT, MAB, FEAB, PJR, ABEEF, CIMI, Movimento Quilombolas, Consulta Popular, Articulação Puxirão dos povos Faxinais de todos os estados do Brasil, reunidos em Goiânia no dia 26 de novembro após muito debate constatamos e reafirmamos que:

- Vivemos um período adverso para a sociedade brasileira, em especial para a classe trabalhadora, para os camponeses(as) e para a juventude pobre do campo e da cidade, fruto de um longo período de descenso das lutas de massas, de consolidação do modelo neoliberal que tem privilegiado as grandes multinacionais e o grande capital financeiro.
- Os camponeses(as) e a juventude têm sido vítimas desse modelo, que além de concentrar renda e terra, traz vários problemas para o meio ambiente e para nossa biodiversidade expulsando os camponeses(as), indígenas, quilombolas e ribeirinhos de suas terras.
- Esse modelo econômico tem marginalizado a reforma agrária e a agricultura camponesa. O Estado vem priorizando o financiamento das grandes empresas transnacionais para construção de barragens e o desenvolvimento dos monocultivos de cana, soja e eucalipto.
- A ausência do Estado no campo, em especial nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e comunicação e a falta de uma política voltada para a geração de renda impossibilitam a permanência dos(as) jovens no campo.

Diante desse quadro reafirmamos:

- A necessidade de construir um projeto popular para a agricultura e para o Brasil convocando a juventude camponesa a lutar contra o Estado burguês, as empresas transnacionais e o grande capital.
- O compromisso com a preservação da biodiversidade, da água, e da cultura camponesa. Cultivando o Internacionalismo e os valores Socialistas.
- O compromisso da luta contra todo tipo de exploração e de desigualdade social lutando permanentemente contra o preconceito cultural, racial, étnico, de gênero, de orientação sexual e religiosa.
- *Comprometemo-nos em continuar a luta contra a marginalização e a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.*
- Desenvolver os valores da educação, da cultura, do estudo, da disciplina e da solidariedade, como parte do processo de formação política dos(as) jovens do campo.
- Entendemos que o papel da juventude nessa conjuntura consiste em debater um projeto popular para o Brasil, garantindo sua implementação e a continuação da luta pelo Socialismo.
- *Construir alianças com todas as organizações da classe trabalhadora, tanto na elaboração política quanto na luta concreta.*
- *Comprometemos-nos a organizar os coletivos de jovens em nossas bases, regionais e estados, além de contribuir com o fortalecimento do coletivo nacional e de nossas organizações da Via Campesina.*
- *Comprometemos-nos em construir e consolidar os nossos próprios meios de comunicação, ajudando a consolidar os nossos veículos já existentes como rádios comunitárias e o jornal *Brasil de Fato*.*
- O compromisso de contribuir na organização da juventude do campo, da cidade, e de todas as entidades e organizações de jovens da classe trabalhadora.

Juventude que ousa lutar constrói o poder popular.

Globalizemos a Luta, globalizemos a esperança!

Goiânia, 26 de novembro 2007.

3.4 Como a juventude se constitui como ator político

Manterei diálogo com o autor John Comerford (2002) para ter uma referência na construção do trabalho. Trabalharemos, em especial, o texto onde o teórico faz uma etnografia das reuniões camponesas e as entende como espaços de sociabilidade dos movimentos:

...elas podem ser vistas como um elemento importante a construção desse universo social. Reuniões criam um espaço de sociabilidade que contribui para a consolidação de redes de relação que atravessam a estrutura formal das organizações,

estabelecem alguns parâmetros e mecanismos para disputar o poder, possuem uma dimensão de construção ritualizada de símbolos coletivos e colocam em ação múltiplas concepções relativas à natureza das organizações de trabalhadores e ao papel de seus dirigentes e membros, bem como sobre a natureza da categoria que essas organizações se propõem representar. (COMERFORD, 2002, pg.149).

Comerford (2002) entende que essas reuniões são espaços onde se afirmam a estrutura formal e natureza das organizações, sentimento de pertencimento às mesmas, às disputas políticas pelo poder, fazendo uma analogia aos encontros de jovens que ocorrem organizados pela Via Campesina, entendendo que esses aspectos podem ser observados.

Para Comerford, a reunião, normalmente, é convocada por uma entidade formalmente definida e é composta por itens como: objetivos, uma pauta, uma coordenação, discussões para chegar a um fim e encaminhamentos. Acreditamos que os encontros e as reuniões da Via Campesina, começam a colocar elementos novos para essas análises, aqui destacamos o elemento da mística, como crucial para as organizações e utilizada em todas as instituições.

Participamos dos quatro encontros descritos anteriormente, como jovem militante, contribuindo na organização dos mesmos. No seu desenrolar eles trazem os elementos centrais da ação política da Via Campesina. Agora, tentaremos recuperar elementos comuns fundamentais para perceber quais expressões, discursos e ações contribuem para constituir e demarcar a identidade da juventude da Via Campesina.

O jeito de construir e o desenrolar do encontro, com a participação dos jovens dos movimentos sociais camponeses, fornecem pistas para entender parte do processo de construção da identidade destes jovens militantes no movimento camponês.

3.4.1 - A Mística

A mística é um elemento central em todos os encontros e é um ponto unificador da juventude às causas dos movimentos. A palavra mística tem sua origem na palavra *mysterion* do grego, que significa algo misterioso e escondido. A mística dos movimentos sociais da Via Campesina brasileira sempre teve elementos religiosos dentro de si. Pela própria constituição dos movimentos, todos tiveram um suporte institucional fornecido pela Comissão Pastoral da Terra, o que foi fundamental para elas se tornarem organizações políticas autônomas, sendo algumas com mais ênfase do que outras, mas o fato é que todos tiveram essa influência. Citamos aqui o caso do MST, do MPA, do MMC, do MAB e da própria PJR. Porém, a mística religiosa foi apropriada e resignificada pelos movimentos. Dentro dos cadernos de estudo do ITERRA, que é um dos institutos nacionais de formação do MST, existe um caderno com o título *Ocupando a bíblia*, que faz analogia às ocupações de terra. Dentre outras coisas, ela faz comparação da vida do povo com a história do “Povo de Deus” em busca da terra prometida. Essa terra prometida é a terra que todo o sem-terra tem que buscar, rompendo as cercas da opressão. Mas a idéia central da mesma é dar subsídio para os cristãos fazerem uma leitura politizada e engajada da Bíblia.

As místicas das Pastorais que participam da Via Campesina entendem que a fé e a luta política são elementos indissociáveis da vida de todo cristão militante, porém os movimentos incorporaram esses elementos da mística com um novo significado, ou melhor, um resignificado, trazendo mais elementos políticos que religiosos.

Leonardo Boff quando fala da mística, entende que é aquilo que dá ânimo, que dá vida ao movimento. Segundo o autor,

A mística é, pois, o motor secreto de todo o compromisso, aquele entusiasmo que anima permanentemente o militante, aquele fogo interior que alenta as pessoas dentro da monotonia das tarefas cotidianas, por fim, permite manter a soberania e a serenidade nos equívocos e nos fracassos. É a mística que nos fez antes aceitar uma derrota com honra do que buscar uma vitória com vergonha, porque fruto da traição aos valores éticos e o resultado das manipulações e mentiras. (BOFF, 1998, p.38).

A mística nos encontros e na luta é algo transversal, ela perpassa todos os espaços, e todos os momentos, contudo existem momentos específicos para a sua construção, sua concretização nos rituais acontece no início de cada encontro e todos os dias pela manhã, esse ritual é tão valorizado quanto outros momentos de palestras ou de debates. Na mística são trabalhados elementos que simbolizam a vida, a história e a luta das pessoas presentes. Todos são envolvidos por ela, vários preparam e a organizam.

Podemos falar da mística de abertura do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural em julho de 2006, em que dezenas de jovens participaram, encenando a criação do universo com os quatro elementos “terra”, “água”, “ar” e “fogo”. Apareceram dois elementos fortes: a luta contra o capitalismo que destrói os elementos da natureza através da construção de um projeto popular para o Brasil:

(...)a esses foi dada à benção de cuidar da minha criação. Esses, que pelo seu ódio, pelo seu orgulho, não tiveram mais essa harmonia, que deveriam acreditar que é tudo igual. Esses, homem e mulher, contentes com os capitalistas, só tem olhos pra consumismo. Esses, não querem mais saber dos seres. E a nossa mãe terra, ela que deveria ser a mãe de todas as coisas, foi explorada, abusada, como um negócio” (...) *“É hora de juntar forças pra construir um Projeto Popular para o Brasil”*. É com muita alegria que nós declaramos aberto o Segundo Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural. **(Mística abertura IICNPJR)**.

Aqui percebemos que os elementos utilizados na mística têm uma matriz religiosa cristã⁷. O capitalismo aparece, como destruidor da criação, e contra isso temos que lutar. Na mística sempre são trabalhados símbolos, princípios que identificam os movimentos. Na abertura do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural a secretária nacional da PJR, Josefa Silva, vinte e quatro anos, uma das duas mulheres que está nas tarefas da PJR em nível nacional, reafirmou a necessidade de construir um mundo melhor, uma igreja diferente e libertadora, que não fique apenas nas quatro paredes do eclesiástico, mas sim na comunidade. Josefa disse que a juventude, por ser um dos principais

⁷ Teologia da Libertação, BOFF, Leonardo 1998.

instrumentos de transformação da sociedade, precisa, constantemente, levantar-se e construir esse mundo diferente e isso se dá em mutirão. Eis uma passagem que a secretária invocou os jovens a se organizarem:

“E nós, juventude do campo, precisamos nos levantar! Porque a cada dia, nós somos convidados e convidadas a sair, nos retirar do nosso habitat, e a habitarmos os grandes centros urbanos, que na sua maioria ficamos a margem da sociedade. Então esse é o momento onde a juventude camponesa precisa e necessita, de debater um campo diferente, de debater um campo como um lugar bom de se viver e possível de se viver e nós, jovens camponeses, somos responsáveis, por essa construção desse campo diferente e principalmente de um Brasil diferente.

Na sua intervenção, continuou dizendo que o congresso da PJR vai servir para alimentar a esperança, para animar, alimentar a juventude de espírito de transformação, de indignação, e assim, poderem voltar às comunidades, para os assentamentos, para os acampamentos construindo um projeto diferente, um projeto popular para o Brasil.

Ressaltamos também a mística de abertura da I Plenária nacional da Juventude da Via Campesina, em novembro de 2007. Estávamos reunidos no centro de Formação Dom Fernando em Goiana e para iniciar, começou a tocar uma música do Luiz Gonzaga, chamada “Xote Ecológico”, com a seguinte letra:

Xote Ecológico

Não posso respirar,
não posso mais nadar,
a terra está morrendo,
não dá mais para plantar.
E se plantar não nasce
e se nascer não dá.
Até pinga da boa
é difícil de encontrar.

*Cadê a flor daqui?
Poluição comeu.
O peixe que esta no mar?
Poluição comeu.
O verde onde é que está?
Poluição comeu.
Nem o Chico Mendes sobreviveu.*

[grifo meu] (Luiz Gonzaga, 1989)

Junto com isso, entraram cartazes ressaltando os números de mortos pela violência no campo, os números do desmatamento da Amazônia, a quantidade de jovens camponeses analfabetos, quantas crianças morrem de fome por dia. Logo após, entrou um homem e uma mulher junto com um grupo de jovens, levando cartazes em seus corpos escritos: “conhecimento, caminhada, brincadeira, pensamento, educação do campo, trabalho, crédito, alimentos, agroecologia logo em seguida, as bandeiras dos movimentos e pastorais: do MAB, do MST, do MPA, da ABEEF, FEAB, do MMC, da CPT e da PJR. Por onde esse grupo passava ficava uma trilha de “vida”, com alimentos, bola, chapéu, violão, sandália, frutas, vassoura. Esse ritual era acompanhado de uma música que era cantada por todos:

Terra e raiz

*A chuva cai sobre a natureza.
E a planta cresce gerando a riqueza.
E o trabalhador luta com certeza.
Para não faltar o pão sobre a nossa mesa.*

***Refrão: A terra guarda a raiz, da planta que gera o pão.
A madeira que dá o cabo. Da enxada e do violão.***

*Liberdade é pão, é vida.
Terra-mãe, trabalho e amor.
É o grito da natureza. Viola de um cantador.*

*É o povo em movimento,
Contra as cercas da concentração,
com um sorriso de felicidade,
E a história na palma da mão.*

Logo que acabou a música da mística, um jovem puxa o que chamam de grito de ordem: “Juventude que ousa lutar constrói o poder popular!”

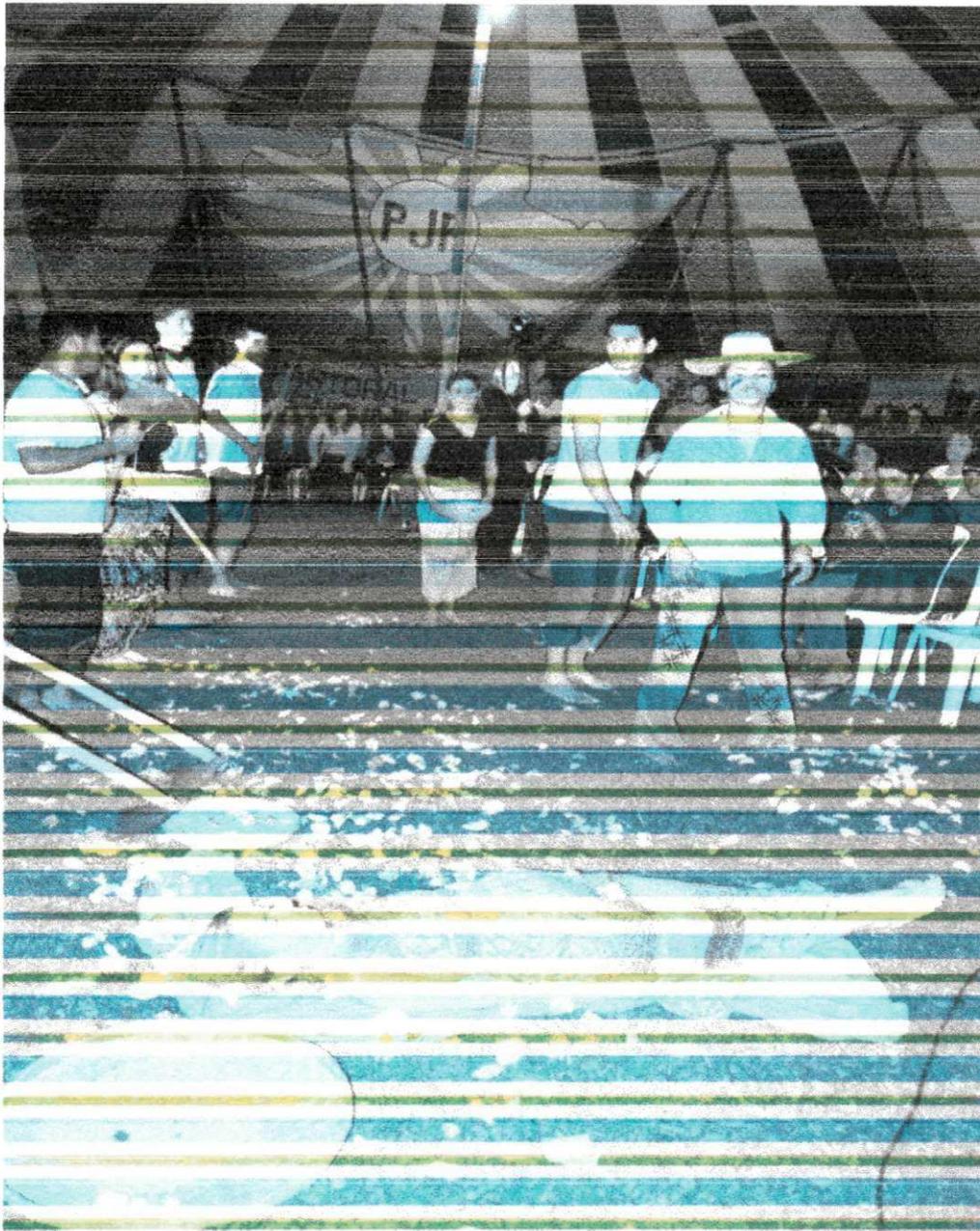


Foto Douglas Mansur - Mística II congresso PJR – 2006 - Brasília

Nessa foto temos a mística da mãe terra geradora de vida. Como percebemos acima, existe na mística, símbolos que expressam os objetivos centrais das organizações. Símbolos que fazem parte do cotidiano camponês: o trabalho, o lazer, expressão musical, enxada, alimentos, violão, chapéu, sandália. Num primeiro momento, ela retrata os principais problemas que estão acontecendo no mundo rural capitalista, logo depois, começa colocar sinais de esperança no caminhar, essa esperança se concretiza com entrada das bandeiras dos movimentos sociais, símbolos da organização popular, que por

onde elas passam deixam um rastro de vida. Finalmente, a mística é encerrada com um grito de ordem conclamando a juventude a se organizar.

Como dissemos, estávamos participando e contribuindo na coordenação desse encontro pela PJR, aproveitamos um dos intervalos para conversar e entrevistar alguns jovens militantes do movimento da Via Campesina, um desses foi o jovem militante do MAB, chamado Océlio. Entre os mais variados assuntos que conversarmos, um foi sobre a mística:

Eu acho a mística uma utopia, ela é o essencial, ela tem que ter pra representar o sonho, nessa questão do horizonte, de que a gente vai chegar lá, da esperança, conseguir algo, eu acho que a mística, o movimento trabalha muito a mística né. Pode ser um dos melhores, mas a mística é ela que impulsiona a luta, a musica. A mística, é ela que impulsiona os sonhos, é ela que alegra o coração, eu acho que a mística ela tem um segredo, ai né, que nem a gente sabe explicar né, mais eu mesmo assim sou muito movido pela mística, eu acho que a mística esta junto, a mística de planejar, de dizer olha nós queremos um... construir um outro Brasil, um outro mundo, não sabemos se é o socialismo, mais esse mundo que ta ai não é, e a mística ela proporciona isso, de pensar nesse outro mundo que a gente não sabe qual é, né, mas que não é esse que vivemos, com esse a gente não concorda, acho que a mística proporciona isso, conseguir tornar possível, o que parece impossível (OCÉLIO, 26 anos, direção, MAB- Ceará).

Nessa conversa com Océlio, percebemos na mística um elemento motivador de sua caminhada. Segundo ele, a mística é algo que o impulsiona para continuar na luta e na militância dos movimentos. Outra observação que percebemos através de sua fala é o teor ideológico, para ele a mística está relacionada com utopia, algo diferente, um novo mundo, não tem certeza se é o socialismo, porém, sabe que não é capitalismo, em um trecho adiante, Océlio fala da "necessidade de um projeto popular para o Brasil, um projeto onde os excluídos do capitalismo tenham voz e vez". A mística para Océlio é algo que alegra o coração, impulsiona os sonhos, tem um segredo, um mistério que ele não sabe o que é, porém alimenta, dá força para um novo jeito de viver, para construir um novo Brasil. Ao mesmo tempo em que mostra a mística como uma expressão dos sentimentos e do espírito, diz que é necessário planejar para fazer os sonhos serem reais.

3.4.2 Projeto Popular

Océlio (MAB-Ceará) destaca a necessidade de transformações na sociedade, da construção de um outro projeto, os jovens organizados como construtores de uma nova sociedade. Vamos tentar compreender essa posição da juventude com a ajuda da teoria de Mannheim (1968). Em seu trabalho *O Problema da juventude na sociedade moderna (1968)* ele diz que a juventude tem tendência a mobilizar-se para fazer transformações sociais, porém ela não é revolucionária por essência, mas em certos contextos históricos pode assumir esse papel. Fala que a juventude está mais predisposta a construir o novo, indignar-se com certas injustiças, porém, isso não é nato, é potencial que nessa fase pode ser trabalhado.

Segundo Abramo (1995), o que configura tal possibilidade é a confluência da evolução biológica que marca a etapa da adolescência – a qual, entre outras coisas, predispõe à experimentação e à aventura – com o fato de que é nessa fase que os indivíduos são introduzidos na vida pública e se confrontam pela primeira vez com os valores expostos em circulação:

Nas sociedades modernas existe uma separação radical entre as normas ensinadas e as que predominam na vida pública, e a juventude é especialmente sensível a essas contradições, tendendo a cobrar fidelidade aos valores professados e a construir uma visão crítica em relação à ordem social. (...) assim os conflitos e o caos de valorização antagônicas presentes, principalmente nos momentos de crise social, e o relativo descompromisso com a condição juvenil, tornam a juventude especialmente apta a solidarizar-se com movimentos sociais dinâmicos que, por diferentes razões, estão insatisfeitos com essa ordem (ABRAMO, 1995, p.19).

Concordamos com Abramo (1995), quando a autora diz que o jovem está mais propenso a se envolver com os movimentos sociais, acreditamos que os jovens da Via Campesina por suas identidades serem construídas no fazer-se das lutas sociais possuem mais probabilidades de se envolverem com a transformação da sociedade e a articulação e organização da classe trabalhadora.

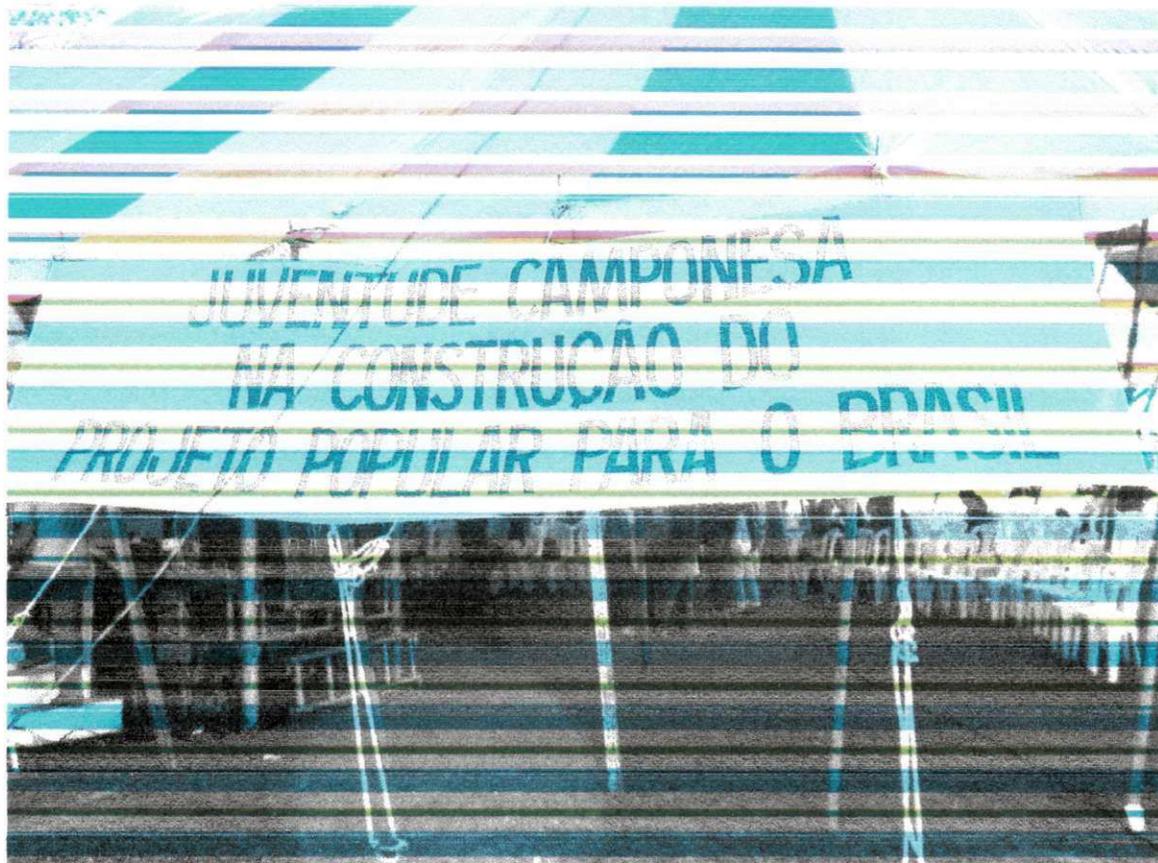


Foto Douglas Mansur- II Congresso da PJR – 2006 Brasília.

Logo após a mística de abertura, um dos assessores do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural João Pedro Stédile, liderança do MST nacional, fala sobre a conjuntura nacional e centra nesse ponto do *Projeto Popular*. Diz que a sociedade brasileira está dividida, em muitas classes sociais, os ricos, a burguesia, a classe média, os trabalhadores urbanos, os trabalhadores rurais, e diz que dentro dos trabalhadores rurais incluem-se os camponeses. Existem os que trabalham em economia familiar, existem os assalariados rurais e o proletariado rural. Grosso modo, a nossa sociedade se divide entre aqueles que vivem do seu trabalho, classe trabalhadora, e entre aqueles que vivem explorando o trabalho dos outros, que são os capitalistas, os ricos, a burguesia. Há uma disputa permanente entre essas duas grandes classes, durante todos os dias, e essa disputa aparece na sociedade em todos os setores.

Aqui na voz do assessor, entendemos que ele contribua para fortalecer a linha política da PJR juntamente com os objetivos propostos pelo do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural. Conseguindo comunicar-se com o

público facilmente, sua fala faz com que os jovens se manifestem, tomem posição sobre os assuntos sociais debatidos, a favor da classe trabalhadora.

A PJR acredita que assim o jovem fortaleça sua identidade de classe, pois a opção por um projeto a favor daqueles que vivem do trabalho se contrapondo àqueles que vivem da exploração do trabalho dos outros, reforça a luta. Essas falas ajudam a construir as opções, a identidade dos jovens. Jovens que queiram construir um Brasil diferente e que se indignem com essa realidade.

A PJR tem uma opção de classe, se identifica enquanto organização de jovens camponeses da classe trabalhadora, porém não expõem abertamente essa construção identitária, em seus documentos trabalha com os conceitos de opção preferencial pelos pobres, contudo o congresso revela claramente a opção da PJR, pelo jovem e a jovem camponesa empobrecidos do campo, por um projeto para o campo em que a natureza seja cuidada e respeitada, onde o jovem camponês possa ter uma vida digna e plena; pelo Deus da vida, pai e libertador dos pobres e oprimidos, por novas relações de gênero entre os seres, por um projeto popular para o Brasil, pelo protagonismo da juventude. Com o congresso, a PJR espera reafirmar os jovens de suas bases, a sua linha política e a opção de classe.

Falando do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, vamos pontuar alguns desafios que foram construídos no congresso pela juventude camponesa com ajuda de João Pedro Stédile Dirigente do MST. O primeiro desafio que os jovens construíram foi a retomada do trabalho de base com a classe trabalhadora e estimular as lutas sociais:

O povo tem que ser educado que só vai melhorar de vida se lutar. E é na luta social que o povo aprende, o povo não aprende em sala de aula, o povo aprende lutando. Então o papel dos dirigentes dos Movimentos Sociais, é ensinar o povo a lutar para que através da luta social se produza um processo de Mobilização de Massas, e a juventude tem um papel crucial nisso. Nesse levante das massas. (Relatório, II CN PJR)

Destacamos aqui a luta social como elemento construtor da identidade da juventude da Via. Os jovens se formam e se constituem enquanto militantes

através do movimento da luta.

O segundo desafio é o dever de formar jovens quadros de militantes, esse é o papel dos Movimentos e das Pastorais:

O militante em quadro é a estrutura vertebral, é como se fosse a coluna que sustenta a massa, que é os músculos, porque nós podemos correr o risco de por algum motivo vier o reacenso de massas e a massa espontaneamente vai pra rua brigar contra os capitalistas e se não tiver quadros que dirija essa massa, pro inimigo certo, então poderão perder o reacenso do movimento de massas, que foi o que aconteceu na Argentina. Na Argentina as massas foram pra rua, tacaram fogo em Banco, expulsaram as Multinacionais e depois votaram no Kirchner, que é um populista à la Brizola, o que mudou na Argentina? Nada. Por quê? Porque não tinha quadros de militantes que dirigisse o processo. (...) Agora nós não temos desculpa da repressão, nós temos que gastar nossa energia como Pastoral e como Movimento, pra formar jovens militantes, formar jovens militantes, formar militantes, pra se preparar, porque virá o dia que nós vamos ter dirigir as grandes massas pro mesmo objetivo. *(João Pedro Stédile)*⁸

O terceiro desafio é construir os meios de comunicação de massa, para poder avançar na disputa ideológica, pois a ideologia se dá nas idéias, nas informações, por isso a juventude é uma peça-chave para ajudar organizar o povo.

O quarto desafio é organizar a juventude urbana, pois a grande massa de jovens está nas cidades. O Exemplo utilizado foi o sacrifício feito pelo II CN PJR para juntar mil e duzentos do Brasil inteiro, contrapondo-se à situação das grandes cidades que conseguem juntar milhares de jovens, sem custos, de maneira fácil porque estão todos pertos e amontoados.

O quinto desafio é a discussão para a construção das unidades das forças populares que possuem o mesmo projeto, pois não se consegue avançar se cada organização pensar só no seu movimento, na sua pastoral. Todos têm que ter a uma unidade em um objetivo estratégico, ou seja, buscar a unidade entre os vários segmentos populares.

⁸ A fala de João Pedro indica uma concepção de que as lideranças são condutoras das massas. Não temos condições de debater essa questão no presente trabalho, por se distanciar de nossos objetivos centrais. Para uma análise mais detalhada sobre esse ponto, ver Lazaretti, 2007.

O Sexto desafio, segundo as discussões, é a construção de um projeto popular alternativo ao Neoliberalismo, pois a estratégia da campanha eleitoral não leva a nada. O projeto alternativo só vai ser construindo com as forças populares, que vão amadurecendo as saídas para um país.

Logo após a sistematização de João Pedro, foi aberto para o que chamamos de fila do povo, ou seja, o microfone aberto para os jovens fazerem perguntas e complementos. E assim as falas dos jovens se sucedem. Rosângela do MT, 33 anos, fala que percebe o capital chegando, com seus grandes projetos nos assentamentos, nas pequenas comunidades. Há arrendamento de lotes da Reforma Agrária com o plantio de cana, eucalipto, ou com monocultura da soja. Em seguida, levanta um questionamento pertinente para a plenária: "Então qual a saída para chegarmos onde está acontecendo essa invasão do capital?" Onde há integração nas pequenas propriedades com as grandes empresas como a Sadia, a Parmalat, isso leva a uma grande mecanização da propriedade e ao endividamento dos camponeses, logo isso tira os empregos dos jovens, provocando o êxodo das famílias e da juventude para cidade.

Josimar de Minas Gerais, 19 anos, disse: 'A gente está embaixo e eles estão em cima eu estou pra sair fora, não vou ficar em baixo não, ficar segurando esse peso todo não. E assim, eu acho que às vezes é no mundo inteiro sabe, as coisas, as pessoas jovens, é aquilo vocês querem, vocês querem que meia dúzia assim, controla tudo?(...)'. e para finalizar conclama os jovens para pensar e para mudar essa situação que estava aí.

Nessas falas de Rosângela e de Josimar, percebemos que o elemento unificador que faz com que os jovens se identifiquem no projeto popular é esse conflito com o modelo capitalista. Conforme Simmel (1958), o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade. Podemos dizer que essa luta é um elemento que unifica os jovens que participam do movimento, pois percebem na organização, uma forma de lutar contra o modo de produção capitalista.

Logo após vem outro jovem parabenizar João Pedro e a todos os companheiros camponeses das mesas, pela discussão que estava acontecendo. O jovem comenta ainda que aquela conversa é muito útil para os mineiros que

estão sendo explorados pelo governo burguês do Aécio Neves:

Na sua fala você disse que a mudança está na classe popular, nos trabalhadores, a minha pergunta está em uma hipótese; Você acha que a estratégia hoje, para mudar esse modelo de neoliberal que acaba com a educação, que acaba com a saúde, que está para confundir. A estratégia, então, seria, como o Paulo Freire dizia, que "O Educador, as pessoas que trabalham com seres humanos, eles são pequenos agentes de mudança", quer dizer, são pessoas que podem causar mudanças na cabeça de outras pessoas... (JORGE, Go)

Eu gostaria de cumprimentar o companheiro João Pedro Stédile. A minha pergunta é que eu gostaria que ele desse uma falada sobre a forma explícita do capital, da ditadura do econômico, que está acontecendo, principalmente, na metade suburbana do Sul, que as empresas Nacionais de Celulose decidiram tomar conta do nosso Estado e que já fizeram esse processo no Estado do Espírito Santos. (LERONE - RS)

A gente tava discutindo no nosso grupo que as pessoas têm que se conscientizar mais sobre o que é esse Neoliberalismo. Pois, tem muitas pessoas elas pensam que o Neoliberalismo é uma coisa simples que não exerce muita influência sobre a vida das pessoas, principalmente sobre a vida da juventude. Então, temos que aprofundar mais o nosso conhecimento sobre o que é esse Neoliberalismo, sobre o que ele exerce em si e qual é o poder que ele exerce sobre as pessoas (CLÉBER - MT)

Jorge fala em especial, do modelo neoliberal que contempla a educação. Lerone fala da ditadura do econômico sobre o ser humano; Cleber fala dos males do capitalismo sobre as pessoas, ponto de convergência entre os locutores, todos destacam a necessidade de um projeto alternativo, um projeto de transformação e mudança. Assim, nas falas emergem a luta contra o capitalismo e o modelo neoliberal como constituintes dos movimentos de jovens da Via Campesina.

Destacamos o papel da juventude como ator político, essa juventude da PJR, da Via Campesina que tem uma bagagem de formação política, e que não fica estática perante a atual conjuntura político-social, como afirma Foracchi:

Cada sociedade constitui o jovem à sua própria imagem, e o consumismo e o individualismo tomaram-se com o novo capitalismo valores hegemônicos, pode-se inferir a mudança na concepção de mundo e na forma de estar no mundo das

populações juvenis. (FORACCHI, 1977, p.302).

As representações que nossa sociedade valoriza e as manipulações que estimula tendem, no geral, fazer o jovem *agir dentro dos limites* que essa sociedade estabelece para sua preservação. Portanto, temos como consequência a desmobilização e apatia social imputada à juventude. Segundo Foracchi (1977), a cultura dominante tem disseminado a exaustão, os valores do capitalismo como símbolos da modernidade e do avanço, impondo como inevitável a absorção automática, cotidiana e acelerada das crescentes inovações tecnológicas, associando consumo à qualidade de vida. A aparência é um valor, a beleza corporal um culto, e a eterna juventude um objetivo de vida.

No entanto, acreditamos que a juventude militante resiste à apatia social e tenta resgatar valores coletivos, aquele *idioma comum*, tanto pregado pela geração de 68, que incentivava uma resistência ao individualismo. A apatia se disseminou perante vários setores sociais, porém não podemos acreditar que não está acontecendo nada. Os movimentos sociais estão vivos, e o símbolo disso são os jovens da Via Campesina através de várias formas de organização. A juventude da Via Campesina está se propondo a fazer uma análise da realidade e, sobretudo, transformá-la. Esse é o grande desafio dessa juventude, que se coloca como protagonista do processo.

3.4.3 Educação

No do II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural teve um espaço onde todos os jovens presentes foram encaminhados em trabalhos em grupos para responder à seguinte pergunta: “Quem somos e o que queremos com a juventude”?

Uma das referências que apareceu com destaque no retorno dos grupos é sobre o valor da educação como marca que identifica a juventude da Via:

Queremos fortalecer nossas Comunidades, fortalecer nossos grupos, melhorar nossas condições de vida na nossa propriedade.

Queremos educação no campo, Educação Básica, curso superior. Queremos tudo isso, mas nós queremos essa Educação Básica e Universitária, lá no campo, pois não queremos essa educação básica e universitária lá no campo. Nós não queremos sair do campo pra uma escola pobre da cidade, nós queremos que essa educação vá até lá. (Jorge - BA, II CN PJR)

Jorge pontua claramente a necessidade de fortalecer os grupos de base da PJR, como espaço de construção da identidade. Percebemos a necessidade para os jovens do campo de uma educação que trabalhe com a sua realidade.

Estou representando um Grupo que tinha um pessoal de Goiás, lá com nós,(...) Mas o que eu queria dizer é que a gente precisa mesmo é de uma Universidade Popular mais próximo do campo, pra que esse jovem que está lá no campo não precise sair da roça pra ir estudar na cidade, e muitas vezes passar por muitas dificuldades. (Antonio - RS - II CN PJR)

(...) O que a gente quer, enquanto algo, pra **juventude camponesa?**. A **juventude camponesa**, hoje ela sofre um processo, vamos dizer, de discriminação da sua própria cultura, por quê? Porque o **jovem camponês**, ele não tem um Ensino. A maioria dos jovens camponeses, ele não tem oportunidade de ter a sua escolarização em uma Escola Rural e, que esse ensino seja realmente voltado pro campo. Quando esse ensino acontece no meio rural, às vezes, os conteúdos que são trabalhados ali, são totalmente voltados, são conteúdos urbanos, não são conteúdos voltados para uma formação do **jovem para o meio rural.**(EDSON - BA - IICNPJR).

E o que queremos? Nós queremos projetos claros, projetos voltados pros **jovens rurais**; educação contextualizada, uma educação clara pra que o jovem trabalhe no meio rural, trabalhe a terra, sabendo o que está fazendo, não só plantar no período de inverno, nas invernadas. E aí fica com a cabeça com tempo, sem saber o que vai fazer porque não tem emprego, porque não sabe trabalhar a terra. (Rogério CE - II CN PJR)

(...) precisamos fortalecer a parceria dentro da Secretaria da Educação nas nossas Comunidades, porque se a Escola não fala da **realidade do jovem, da criança camponês**, fica difícil. As Organizações fazem um trabalho e a Escola faz um trabalho inverso. É preciso que as escolas fortaleçam isso nas Comunidades, juntamente com todas as Organizações, Sindicatos, Associações, Organizações, enfim. Nós estamos no mesmo barco, é preciso fazer parcerias. (Ludmila - BA - II CN PJR).

Todos reivindicam e acreditam em uma educação que seja do campo, de onde os jovens não tenham que sair. Só aqui temos o consenso de quatro

intervenções de três estados, que reivindicam uma escola *do e no* campo. Percebemos que é uma questão comum de todos, pois, em todos os espaços da juventude da Via Campesina ela aparece. Na carta aberta da I Plenária Nacional da juventude da Via campesina se constata e se reafirma que:

(...) a ausência do Estado no campo, em especial nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e comunicação e a falta de uma política voltada para a geração de renda impossibilita a permanência dos (as) jovens no campo. (I PN JVC, 2006)

O mesmo acontece no I Seminário Nacional da Juventude da Via campesina, quando se discutiu os temas mobilizadores da Juventude: educação e trabalho apareceram em primeiro lugar na compreensão dos jovens presentes. E, como compromisso de luta tem a "Construção de calendários específicos de atividades (mobilizações...) com e para a juventude (luta pela educação, pelo trabalho e outras)", sendo a educação a grande demanda e compromisso de luta.

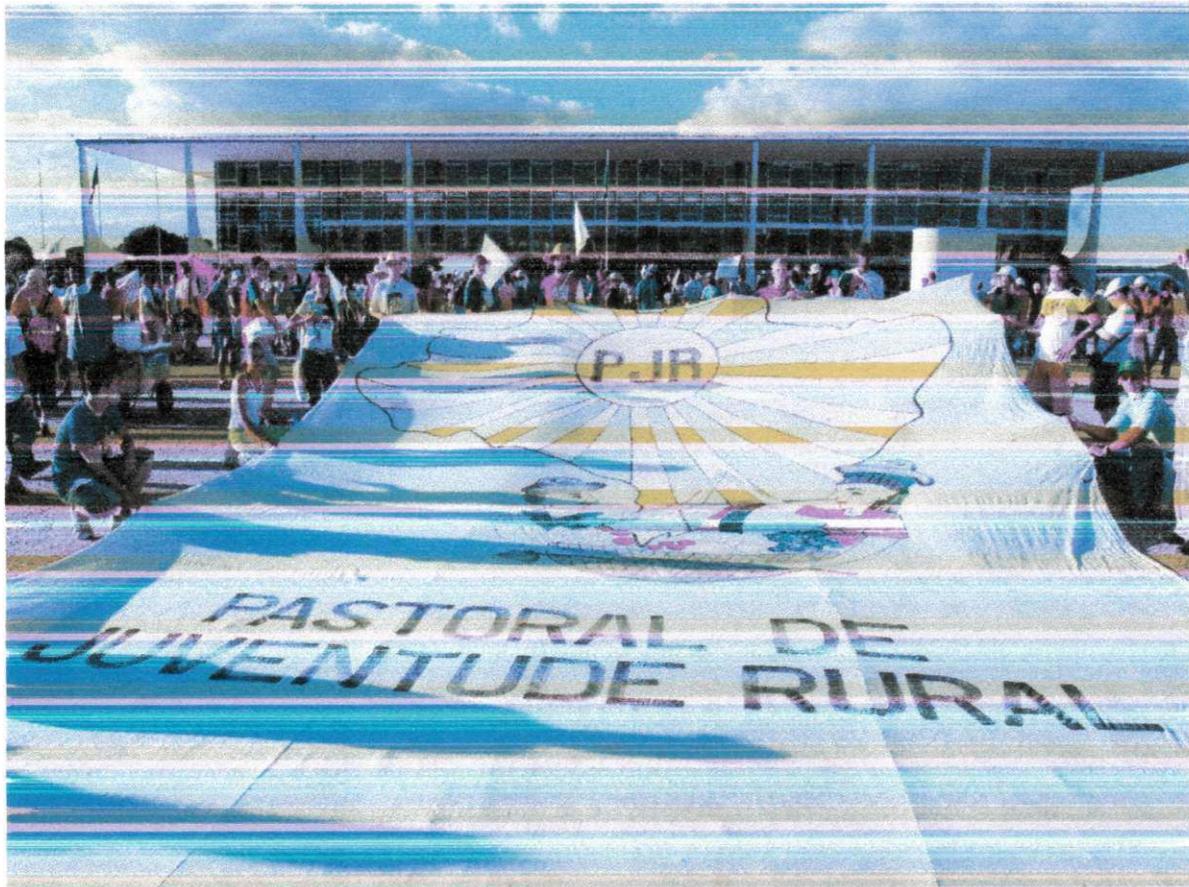


Foto Douglas Mansur - Marcha da juventude Camponesa - II congresso nacional da PJR – Brasília 2006.

Uma das pautas da Marcha era educação do campo com qualidades. Após esses debates, encaminharam a Carta Aberta à Jornada nacional de luta por educação do campo e da cidade, organizada pela Juventude da Via Campesina e também assumida pela UNE, CONLUTAS e outras forças sociais brasileiras. Ele aconteceu em dezesseis estados, mobilizando milhares de jovens das mais variadas forças sociais com uma pauta comum: educação, pública, gratuita e de qualidade para todos. Percebemos aqui em especial um recorte de classe, pois, a luta é para a melhoria da educação dos pobres, permitindo o acesso de todos. Junto à educação, podemos citar várias outras demandas que apareceram: lazer, saúde, trabalho, cultura; as demandas e as necessidades em comum são um ponto unitário da discussão.

Aqui gostaria de lembrar e destacar algo que esteve muito forte nessa jornada de educação, como foi uma primeira luta organizada pela juventude da Via Campesina, percebi que a identidade, enquanto “jovens da Via Campesina”, passa a ser afirmada. Foi uma das primeiras vezes que os jovens se auto-identificaram como “jovens da Via Campesina”, expressando-se no cenário público. Nessa articulação política, os jovens dos vários movimentos se unificaram em torno da identidade de “jovens da Via Campesina”, já que, nessa relação com os outros atores políticos, não necessariamente de conflito, mas sim de disputa de espaço – de firmar lugar – era mais importante e necessário emergir a identidade enquanto “jovens da Via Campesina” e a construção dessa identidade vai se visibilizando nas negociações políticas:

Somos filhos e filhas da terra e estamos à procura de mais conhecimento. Uma frase que achei muito interessante, é que somos uma pedra no sapato do Neoliberalismo, deste mercado capitalista, que está aí. Quando nos organizamos, nós incomodamos, quem está do outro lado. Nós queremos promover mudanças concretas, mudanças que se contrapõem ao que está aí. Queremos nos organizar, pra juntar mais jovens, pra trazer mais jovens, junto com a gente, porque está muito difícil da gente conseguir. Jovens, se sabe que ele não anda sozinho, você pode ver que pra qualquer coisa ele sempre gosta de grupinhos, seja lá pra que for ele nunca está sozinho. Então, por que não nos organizarmos e usarmos essa coisa do jovem querer estar sempre junto pra trabalharmos em favor desse Projeto, que a gente quer construir (...) E pra finalizar, dizer que a *juventude da roça* não está sozinha tem a PJR que está aqui lutando pra ver essas

mudanças acontecerem porque nós somos capazes de fazer surgir uma nova sociedade. (Rose, MT – II CN PJR)

Observando esse trecho de Rose, ela questiona a imagem de que todos jovens têm vergonha de serem de áreas rurais. Ela diz, “*somos filhos e filhas da terra*”. Junto a isso, ela destaca a importância da organização cada vez maior dos jovens em grupos, para realizarem mudanças concretas. Ela reforça que os jovens têm tendência a se organizarem em grupos, pois eles não gostam de estar sozinhos e se sentem melhor e mais ativos junto a outros jovens. Outra coisa importante é que usa a categoria juventude da roça para identificar os jovens da PJR e os jovens rurais.

3.4.4 Renda, lazer e cultura.

Quando falamos em demanda da juventude não poderíamos deixar de citar as que apareceram muito fortes em todos os encontros analisados. Irei me apropriar da fala do jovem Maciel Cover da Coordenação Nacional da PJR, proferida no segundo congresso nacional da PJR, no qual ele pontuou alguns dos principais problemas da juventude camponesa:

— “O modelo de agricultura vigente no Brasil é regido pela lógica da acumulação de riquezas, controlado pelos bancos e pelas transnacionais. Neste modelo não há espaço para uma agricultura camponesa, baseada na produção de alimentos, na diversidade, no trabalho familiar e na preservação do meio ambiente. Desta maneira há pouco espaço para o jovem permanecer no campo. É necessário ressaltar que existem políticas de estado, orientadas pelos organismos multilaterais (FMI, BM) para a limpeza dos campos, ou seja, o capital quer se adonar de todas as terras e seu processo de dominação é facilitado caso não houver camponeses. É assim que os jovens são paulatinamente expulsos do campo. ***Uma dificuldade enfrentada pela juventude no campo é a falta de renda, [grifo meu]***, devido ao fato de que a família camponesa necessita de insumos para a produção. Na hora de vender o produto, boa parte da renda obtida é transferida para o pagamento dos insumos (que sua produção é dominada pelas transnacionais) e para pagar os empréstimos feitos nos bancos. O resto fica para a

manutenção familiar, logo, o jovem camponês fica sem nada. Dessa forma, a juventude migra para buscar renda ou em outras regiões do país, ou para grandes centros urbanos; aumentando os bolsões de miséria. Isso é causado, pois o modelo tecnológico vigente na agricultura brasileira é dependente. **Somado a este fator é necessário ressaltar que são poucos os investimentos em Educação do Campo. [grifo meu]**, Em termos de quantidade, é vergonhoso o número de jovens analfabetos que temos no campo, sem contar o nível superior. Em termos de qualidade, a educação atual é pensada, conduzida e executada desde a cidade, visando formar um bom servo do capital. As escolas e universidades são localizadas em sua grande maioria nas cidades. Assim se o jovem desejar estudar ele necessita migrar. Além do que os cursos oferecidos não preparam o jovem para atuar na agricultura. Até mesmo os cursos agrícolas são mais voltados para vendas de agrotóxico do que propriamente a realização da agricultura. **Outra grande necessidade da juventude do campo é a questão do lazer e cultura [grifo meu]**. A formação da identidade é fundamental para a construção da soberania de um povo. E no que se refere ao campo é lamentável, pois a produção cultural hegemônica não valoriza o popular, valoriza apenas o comercial. Neste sentido quando se fala de campo é para vender os produtos americanizados de rodeios, que não tem nada a ver. Se falarmos de cinema no campo, veremos o atraso que temos, pois menos de 1% da população do campo pode ter acesso a este bem cultural. Faz-se necessário registrar que há reação por parte dos trabalhadores, dos jovens meninos e meninas camponesas. Muitas experiências de educação do campo, de reforma agrária, de cinema na terra, de comunicação comunitária são desenvolvidas no bojo da luta destes setores. E isso nos anima a seguir organizando o pessoal e a afirmar nossa crença que apenas uma revolução estrutural pode dar dignidade a nosso povo, para nos livrarmos das classes que vivem de nosso trabalho e construirmos uma nação soberana e popular” (Maciel Cover, II CN PJR, 2006,)

Como vemos, Maciel entende que os problemas que obrigam a Juventude camponesa a sair do campo são aglutinados em três grandes eixos: a falta de renda, as dificuldades de educação, e a necessidade de cultura e lazer.

As mesmas necessidades colocadas e aprovadas pelos jovens na I Plenária Nacional da juventude da Via camponesa.

A ausência do Estado no campo, em especial nas áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e comunicação e a falta de uma política voltada para a geração de renda impossibilita a permanência dos(as) jovens no campo. (Relatório, I PN JVC).

A renda na unidade familiar camponesa é pequena, torna-se menor ainda, com a exploração de dependência dos camponeses pelas empresas de insumos, sementes, somadas, pois a maior parte da renda é destinada às empresas e aos bancos. Depois, de todo esse ciclo de dependência, quando a família consegue ficar com algo, como a renda é controlada pelos pais, automaticamente é direcionada às necessidades da família, e fica o jovem trabalhador “sem nada”. Outro problema é a educação de péssima qualidade, construída para a cidade, que não constrói nada em cima da realidade dos jovens.

E por último, com falta de renda, acentuam-se a falta de cultura e lazer, deixando os jovens camponeses sem opção. Todos esses elementos juntos são as causas da saída da juventude camponesa do campo.

3.5. *Categorias utilizadas pelos jovens nos encontros.*

Percebemos, na análise dos discursos proferidos nos encontros aqui abordados como os jovens estão constituindo-se enquanto jovens da Via Campesina. No II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, em julho de 2006, foram destacadas fortemente duas categorias: “Juventude Camponesa” e “Juventude Rural”. Na transcrição das falas dos jovens e nos documentos do congresso encontramos quarenta e oito vezes os nome de “Juventude Camponesa” dentre essas (dezoito foram pronunciadas pela coordenação do encontro), e quarenta e cinco vezes “Juventude Rural”. Entendemos que, enquanto organização, há uma construção política da categoria ‘*Juventude Camponesa*, e muitos jovens já adotaram essa categoria. Porém, há um conflito quanto a denominação, da própria Pastoral da Juventude Rural, que foi formada em momento anterior à construção política da categoria “Juventude Camponesa”. Quando perguntamos em um trabalho de grupo no II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, o que a PJR tem para dizer para a juventude camponesa, uma jovem de um grupo relatou:

*O que a PJR tem para dizer para a **juventude camponesa [grifo meu]**? Queremos dizer, que a PJR tem um papel fundamental na construção desse Projeto, em mobilização, incentivando aqui esses jovens rurais, a mobilizá-los, incentivando também e fortalecendo a auto-estima. Sabemos que muitos jovens, ainda, têm vergonha de dizer que é camponês, que é do campo, que vive no campo. Queremos também dizer, que é papel da PJR, juntamente com todas as Organizações não governamentais e também o Poder Público, a construção desse Projeto. (Renata – TO – II CN PJR)*

Somos jovens da roça [grifo meu], que não temos vergonha de mostrar a nossa cara ou alguém tem vergonha de mostrar a cara? Quem tem? Quem tem, diz pra mim, vergonha? Não temos. Estamos nessa luta porque tem pessoas que são capazes de olhar pra nós e falar: “Você é um jeca⁹”. Mas não sabendo eles, que lutamos também pelos mesmos objetivos que eles. (...). Então isso que somos nós PJR do nosso Brasil, somos unidos. A organização, acima de tudo, é a função maior. E colocamos também o que a gente ouviu a manhã inteira aqui, que organização é a vinda da religião. Você busca o jovem de dentro da religião e coloca ele na vida atual e cada jovem mostrando a sua realidade, ele sabe, que ele pode, que ele é capaz. Então jovens, a todos, você é capaz. Olhe pra você e diga: - Eu sou capaz, eu posso! E os obstáculos, todos nós venceremos. (Oswaldo MT – II CN PJR)

Eu queria dizer que hoje o jovem camponês é muito discriminado. Hoje o jovem camponês não pode colocar um chapéu de aba larga porque o jovem da cidade vai dar risada. Ele não pode sair da roça correndo pra poder ir à cidade porque eu não posso chegar dentro de um comércio, sendo que eles vão estar me cuidando, se eu vou roubar alguma coisa ou qualquer outra coisa. E a gente quer também dizer que como PJR que continuo esse trabalho intensivo de formação que é somente assim a gente vai construir esse Projeto Popular para o Brasil. Tinha mais coisas, mas os meus colegas já falaram, então eu estou reduzindo. Obrigado. (Antônio – RS – II CN PJR)

Aqui percebemos a construção de uma identidade positiva por parte da PJR, que trabalha a auto-estima dos jovens, que os faz ter orgulho de ser o que são. Jovens da roça, Jovens camponeses. Jovens que vêem na organização da juventude pela PJR uma forma de enfrentar o preconceito, de ter a voz que sempre lhes foi negada. Jovens que sabem das várias limitações do acesso à educação, lazer, cultura, renda: jovens que sofrem. Eles acreditam que só organizados poderão mudar essa situação, conforme atesta o relato abaixo:

O nosso Grupo fez uma série de discussão. Muitas que nós discutimos já foram contempladas pela fala dos outros companheiros. Mas, quem somos? Nós somos o pilar de sustentação desse país. Nós camponeses somos a base que sustenta o povo brasileiro, até mesmo outros países afora e o que

⁹ Referente a Jeca tatu – sinônimo de atrasado.

queremos, é fazer parte dessa sociedade porque nós sentimos, nós nos sentimos excluídas, excluídos também porque temos que abandonar o campo, muitas vezes, para podermos conquistar outros princípios e valores educacionais e também, muitas vezes, culturais. E como PJR, o que nós temos a oferecer, o que possamos a dizer a juventude? Que a juventude só muda a história, não só a juventude, mas todo o grupo só muda a história se, se unir e se organizar porque individualismo não chega a lugar nenhum. E também, nós fazemos parte da PJR e que estamos aqui, procurar buscar na juventude, que não conhece a realidade, que não conhece os princípios da PJR, quais são os pontos em comum, que interligam essa juventude, e trabalhar num processo de formação e informação desses Grupos, para assim nós podemos continuar caminhado. Muito obrigado". (Estela – da Coordenação estadual da PJR- PA- IICNPJR)

Estela identifica a juventude como camponeses, que são a base de sustentação do povo brasileiro, mas, se sentem excluídos do processo dentro dessa lógica do capital, pois, para estarem inclusos têm que abandonar o campo, coisa que não desejam. Ela também identifica a Juventude como um grupo transformador da história, mas não um grupo que transforma sozinho, tem que haver união com outros. Aqui percebemos a ênfase da Juventude como unidade e como parte de outra unidade, que é o campesinato e os movimentos da Via Campesina.

Ela sugere que é necessário caminhar junto com as organizações da Via Campesina e com outras organizações que têm os mesmos objetivos políticos, o que vai na mesma linha que a I Plenária Nacional da Juventude da Via campesina aprovou:

Nós jovens camponeses(as) representantes dos Movimentos Sociais e organizações da Via Campesina Brasil, MST, MPA, MMC, CPT, MAB, FEAB, PJR, ABEEF, CIMI, Movimento Quilombolas, Consulta Popular, Articulação Puxirã dos povos Faxinais de todos os estados do Brasil, reunidos em Goiânia no dia 26 de novembro de 2007, após muito debate constatamos e reafirmamos que: (...)Construir alianças com todas as organizações da classe trabalhadora, tanto na elaboração política como na luta concreta; (...)O compromisso de contribuir na organização da juventude do campo, da cidade, e de todas as entidades e organizações de jovens da classe trabalhadora. (Carta da I PN JVC- 2007)

Aqui percebemos claramente qual é a opção de trabalho dos jovens da Via Campesina: eles buscam uma identidade de classe. além disso, eles se comprometem em ajudar a articular e fazer alianças com a classe trabalhadora.

Agora vamos pontuar alguns termos que aparecem e identificam os jovens, nessa intervenção de Daniela, do Estado da Bahia, respondendo pelo seu grupo à pergunta feita: “Quem somos?” Ela ressalta a identidade dos jovens camponeses;

— “No meu Grupo, a maioria foi da minha Região mesmo, da Bahia, só uma companheira foi do Ceará. Quem somos? **Somos jovens camponeses**, temos campo, terra, mas não as condições para permanecermos na zona rural. Valorizar o que temos e produzimos valorizar o nosso pinho em quantidade, que é nossa cultura local. Conscientizar os mais jovens para que possam assumir a nossa realidade como **jovem** e não se deixar levar por um mundo globalizado e altamente tecnológico. Então, eu creio que é isso, a gente valorizar o que a gente tem. Quero abusar, a gente não quer ser incluído naqueles grupos que usam muita tecnologia, porque **somos pequenos agricultores**, somos da Agricultura Familiar. Temos que preservar o que a gente tem. Preservar o meio ambiente, preservar a nossa cultura. Agora, quanto ao que a PJR quer dizer, é que, devemos valorizar a nossa identidade, temos que assumir que somos da roça. Temos também que não nos deixar influenciar pelos meios de comunicação de massa. Que os jovens possam reivindicar seus direitos e que ele participe mais ativamente da política. E também, é isso aí, a PJR quer que possamos crescer juntos, que possamos construir um Brasil que incluam todos e não uma grande minoria. Era só isso. Muito obrigado”.(Daniela BA II CN PJR).

Na fala de Daniela, percebemos um diálogo das várias classificações da juventude. Primeiro, a juventude camponesa, termo muito usado no II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural, por uma definição política, inclusive muito usado na preparação do congresso, por isso acredito que ele teve grande destaque. Em segundo, “jovens rurais” que é mais recorrente e usado na academia. Em terceiro, os “jovens pequenos agricultores”, que serve para classificar os jovens, não só como filhos de produtores rurais, mas, também, jovens que já estão produzindo de alguma forma.

Todavia, o que aparece com mais ênfase nas intervenções dos jovens nos espaços da juventude da Via são os termos “jovens camponeses” e

“juventude camponesa”, com vemos abaixo.

No meu Grupo tinha uma galera muito boa, lá de Tocantins, de Goiás e outros Estados, que eu não estou me lembrando. Quem somos e o que queremos? **Somos jovens camponeses**, a gente quer produzir na roça, queremos continuar na roça, por isso nós precisamos de políticas sociais. Falando em políticas sociais, a gente quer condições que permitam que nós possamos dar opiniões, lá em cima, no poder político e também buscar partes internacionais.

O que a PJR tem pra dizer pra os **jovens camponeses**?

É que vocês continuem lutando, porque nós jovens camponeses da roça, continuemos no campo. E que nós aprendemos, vendo aprender a valorizar a nossa identidade e cultura. A gente deixa uma frase que diz: Hoje ou amanhã, lutar sempre vai ser preciso. (Renata – TO – II CN PJR)

Nosso grupo tinha o pessoal do Sergipe, Pará, Bahia, Minas Gerais, Ceará e da Paraíba. Quem é e o que quer a **juventude camponesa**? Na realidade todos aqui falaram em identidade. A nossa juventude, na realidade a **juventude camponesa**, perdeu a identidade porque o sistema neoliberal, na realidade, rasgou nossa primeira identidade e nós estamos tentando recuperar e fazer uma segunda via dessa identidade, através dos nossos direitos, lutando por nossos direitos: educação básica no campo(...) O que a PJR tem a dizer aos **jovens camponeses**? Que realmente se firme nesse propósito de não ter vergonha de se identificar como camponeses realmente, conforme foi dito aqui, o cara tem, às vezes, não ter vergonha de sair com o boné virado pra trás, não sair todo igualzinho ao da cidade. Mas se for pra sair de chapéu de aba larga de palha, é vergonhoso. Então, que a gente na verdade, não perca a nossa identidade, que a gente se firme nesse propósito, atendendo realmente as nossas necessidades, e escutando tudo que tenha que pra ser discutido nos debates da PJR. Muito obrigado. (Guilherme – MT – II CN PJR).

Percebe-se que utilizam-se do termo para demarcar a identidade dos jovens dos vários movimentos da Via. Uma identidade de resistência e de luta, uma identidade que dá força para eles ficarem na roça e para lutarem por políticas sociais mais justas.

Aqui e em citações anteriores, percebemos claramente como emerge a categoria “Juventude Camponesa” e “Jovens Camponeses” dentro desses encontros da Via Campesina. Elas têm um significado político, já que muitas vezes, é uma forma de resistência ao preconceito existente por serem jovens do

campo, pelo tratamento preconceituoso ao ser chamado de “matuto”, como forma de resgate do que se chama de uma cultura camponesa ou uma tradição camponesa.

CAPÍTULO VI - TRAJETÓRIA DE LIDERANÇAS DA VIA CAMPESINA

4.1 Trajetórias das lideranças

Neste capítulo, vamos, a partir das trajetórias de sete lideranças que acompanham o coletivo de juventude da Via Campesina em nível nacional e estadual, (Ana Lúcia - MPA; Eber Cristiam Dartora - PJR; João Paulo Rodrigues - MST; Rosana - MAB), analisar como a identidade da juventude da Via Campesina vai construindo-se na trajetória dessas lideranças e dos diversos movimentos que compõem a Via Campesina. Na descrição das trajetórias, privilegiamos a relação das lideranças com a família, a iniciação na luta, situações e eventos em que a emergência da Juventude como ator político acontece e as várias categorias utilizadas para expressar a participação da juventude, tais como "Juventude camponesa", "Juventude Rural", "Juventude do campo".

A seleção da metodologia da história oral para esse capítulo remonta à minha trajetória e ao meu contato com o tema, através da minha militância na PJR e nos movimentos da Via Campesina desde 1999, o que garante uma grande aproximação com os entrevistados. Conforme Trebitsch a história oral:

[...] constitui uma metodologia qualitativa de pesquisa voltada para o conhecimento do tempo presente, permite conhecer a realidade presente e o passado ainda próximo pela experiência e pela voz daqueles que viveram. Não se resume a uma simples técnica, incluindo também uma postura, na medida em que seu objetivo não se limita a ampliação de conhecimento e informações, mas visa conhecer a versão dos agentes. Permite conhecer diferentes versões sobre um mesmo período ou fato, versões estas marcadas pela posição daqueles que os viveram e os narrar". (TREBITSCH, 2001, p.96).

Nessas trajetórias, também poderemos perceber a importância política de suas organizações, pois cada um dos entrevistados tem papel de direção

nacional Nas entrevistas, as lideranças falam de sua experiência pessoal, com a família e como porta-vozes dos movimentos.

Como alerta Bourdieu (2001), a história de vida permite ao narrador exercer o papel de *ideólogo de sua própria vida*, mediante a percepção/construção da noção de *trajetória*. Por isso, a atenção nas descontinuidades, inclusive cronológicas, da rememoração pode oferecer indícios importantes da construção identitária.

Com o conceito de *habitus*¹⁰ de Bourdieu (2001) podemos compreender que os relatos de vida não são totalizantes, mas interpretações, permeadas de subjetividades, da experiência de vida de cada um.

O conceito de **habitus** foi desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) com o objetivo de pôr fim à antinomia indivíduo e sociedade dentro da sociologia estruturalista. Relaciona-se à capacidade de uma determinada estrutura social ser incorporada pelos agentes por meio de disposições para sentir, pensar e agir:

Habitus é um produto dos condicionamentos que tende a reproduzir a lógica objetiva dos condicionamentos, mas introduzindo neles uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que nós 'reproduzamos' as condições sociais de nossa própria produção, mas de maneira relativamente imprevisível, de uma maneira tal que não se pode passar simplesmente e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos (BOURDIEU, 1983, p.105).

A partir de pesquisas realizadas na Argélia e entre camponeses da região francesa de Béarn (Bourdieu, 1963, 1972), o conceito de *habitus* surge da necessidade empírica de apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionamentos sociais. *Habitus* é aqui compreendido como:

¹⁰ Habitus, para Bourdieu é o *princípio ativo, irredutível às percepções passivas, da unificação das práticas e das representações*.

[...]um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOLRDIEU, 1983, p.65).

Podemos entender o conceito de *habitus* como um instrumento conceptual que nos auxilia pensar as mediações entre os condicionamentos sociais e a subjetividade dos sujeitos. Trata-se de um conceito que, embora seja visto como um sistema engendrado no passado e orientando para uma ação no presente, está em constante reformulação. Com essa compreensão vamos trabalhar com o que chamaremos de *habitus* militante. Para entender esse *habitus* militante dialogaremos com Fabya Reis, que em sua dissertação¹¹ constrói a seguinte idéia:

Assim as pessoas que aderiram ao MST e que mostravam-se disciplinadas, cumprindo as datas e horários das reuniões, que não betiam em trabalho e internalizavam o discurso do movimento, falavam bem em público, foram sendo incentivadas e legitimadas pelas representações do MST nacional. Processo que ao mesmo tempo as legitimava e também criava-se um estereotipo militante, “um *habitus* militante de comportamento”, disciplina, coragem, disponibilidade para “luta”, atitudes solidárias, assimilação do discurso sobre o coletivo, socialismo e transformação social passam a ser valores para aqueles que nesse campo desejassem ser um bom militante.” (REIS, 2007,p.111).

Percebemos que Reis (2007) constrói um “perfil” daqueles que incorporam o *habitus* militante, levando em conta que elementos novos emergem constantemente dentro dos movimentos e outros tantos saem de cena. Alguns desses elementos traremos nesse estudo.

Com esse referencial, vamos entendendo que o *habitus* militante constrói-se na relação entre presente e passado. Essa noção me auxilia a pensar a experiência biográfica a partir de um sistema de disposições, que ora

¹¹ Dissertação defendida em março de 2008, no PPGCS-UFMG, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande. Título - A mediação das lideranças membros da direção estadual do MST e a construção dos arranjos sociais e produtivos: a experiência baiana – 1987 – 2007. Fabya dos Reis Santos – mestra em Ciências Sociais.

consciente, ora inconsciente, funciona como uma matriz cultural que orienta os indivíduos a fazerem suas escolhas. Acreditamos que através da análise das trajetórias das lideranças jovens da Via Campesina, podemos acrescentar novos elementos ao *habitus* militante.

4.2 - Entrevista com Ana Lúcia do MPA – Espírito Santo

Realizamos a entrevista no município de Serra, Estado do Espírito Santo, no dia oito de agosto de 2007, na segunda etapa de um curso chamado “Programa Nacional de Formação da Juventude da Classe Trabalhadora em Movimento”.

Conheci Ana Lúcia, no final de 2006 em Brasília, quando nos encontramos para o fechamento de uma pesquisa que fizemos com a participação de jovens da Via Campesina na própria base da juventude da Via no Brasil¹², aplicando quinhentos e um questionários em oito Estados. Depois disso, fui para o Espírito Santo para ajudar o início da articulação da Juventude da Via no estado, sendo o programa de formação um dos frutos desse processo. Um segundo momento em que nos encontramos foi em virtude do I Seminário Estadual da Juventude do Campo e da Cidade do Espírito Santo, que em março de 2007, onde fui contribuir com o tema “Desafios da juventude da classe trabalhadora”. Estes dados são importantes para que eu possa situar no tempo e espaço a recusa de Ana em dar a entrevista. Inicialmente, ela concordou em colaborar conosco, quando expliquei o motivo da entrevista e informei-lhe que outras pessoas do Movimento dos Pequenos Agricultores nacional iriam ser entrevistadas, ela recusou-se, dizendo que não poderia “falar em nome” da juventude do MPA nacional, já que não estava “por dentro” das articulações. Foi somente no final do encontro que, após muita conversa consegui convencê-la a falar um pouco da sua história.

Ana Lucia na época da entrevista tinha 23 anos de idade, há quatro anos participava do movimento. Começou a participar do MPA, pois, a sua região foi

¹²

uma das primeiras do MPA no ano 2002:

— “tem uns quatro anos que eu participo do movimento. Eu comecei porque a região onde o MPA iniciou o processo, assim esse debate de discussão, com a base mesmo, foi nessa região, uma das regiões, onde eu moro então facilitou né! Foi por isso que talvez eu tenha entrado, assim, no movimento. A pouquinho de tempo né, assim, uns quatro anos e, aí entrei porque na verdade algumas pessoas da minha família já tinha um, uma formação já vinha participando de alguns partidos políticos, ligados a alguns movimentos. Assim veio o MPA aí então aí eu fui convidada para participar, e fui!

Atribuí a sua entrada, ao fato, de algumas pessoas da família dela terem alguma ‘formação’, já que participavam do Partido dos Trabalhadores que, mesmo não sendo citado, ficou subentendido. As lideranças desse partido iniciaram o MPA, devido à necessidade de organização dos pequenos agricultores. Logo no início, ela e os membros da sua família foram convidados para participarem das reuniões. E através dessas reuniões observou como era importante organizar-se. — “*ai nesse processo eu acabei assim vendo a importância da minha participação nessa organização*”. No início do MPA, trabalhava muito com crédito para o campo, sendo esse um dos principais eixos de trabalho no início do movimento:

— “*ai existia a necessidade de ter alguém pra trabalhar a parte técnica né, essa questão de treinar esse financiamento pro campo era muito grande e aí a gente não tinha tantas pessoas voluntárias que pudesse acompanhar esse processo e aí meu nome foi sugerido pra tá indo pra secretaria e acompanhando isso*”.

Ela disse que não tinha muita caminhada nem formação política, mas no acontecer do trabalho e da militância ela foi aprendendo. Ela ressalta, porém, que foi bem rápida a entrada dela em uma tarefa de secretaria para ajudar o MPA crescer. A partir disto podemos dizer que a militância vai se construindo através das tarefas assumidas com responsabilidade. Isto é um aspecto do *habitus* militante.

Ela Disse que no início do movimento foi às reuniões somente para ver

como era, sem estar muito motivada, mas com o tempo ela abraçou a luta: — “*ai no processo que eu acabei entrando e firmando mesmo*”. A partir dos 15 anos participava do grupo de jovens da igreja católica na comunidade. Contudo, notamos, em sua fala, um pouco de decepção, já que era um grupo sem um vínculo de luta, não era envolvido com a PJR e nem com lutas sociais, conforme se pode ver na fala abaixo:

— “Participava do grupo, apesar de ser um grupo de jovens assim, que não era, e não está atuante, que não é um grupo que faz luta, né?, é aquelas discussões mesmo que a gente já sabe, não leva a muita coisa”.

Quando ela fala “*aquelas discussões (...) que a gente sabe*”, dá uma boa gargalhada. Ela se refere ao grupo com pessoas sem envolvimento de organização política, que se reúne, se encontra e existe, porém só se preocupa com as Aves Maria, como falou posteriormente.

Após falar do início da participação no movimento, ela diz que quando começou a se envolver não “*tinha muita noção*”, tinha dezenove anos e tinha acabado de sair do ensino médio:

— “parei... não tava formando nenhum curso assim, nem superior, nem técnico, eu tava em casa por motivos de condições, não tinha condições de arcar com um curso superior, mas tinha vontade de fazer, aí eu tava em casa assim parada né, assim trabalhando mesmo em casa né, na roça e aí”.

Nesse momento, reafirma que seus pais e seus irmãos são pequenos agricultores, “*a minha família toda é, meus irmãos todos vivem da pequena agricultura*”.

Nesse momento da entrevista delimita bem suas origens “da roça”, da pequena agricultura. Ela fala que foi criada com o sustento da agricultura, diz que juntamente com seus pais e irmãos sobrevivem da roça. Frisa essa relação da terra e da família. Destaca com força que a roça é um lugar onde existem dificuldades, porém muito bom para se viver. Salienta que o fato de serem do MPA contribui para transformar a roça em um lugar melhor, uma vez que o crédito, a melhor organização da propriedade e a esperança fazem da roça um mundo mais justo.

Como vimos na citação anterior, Ana Lúcia diz que quer continuar estudando, mesmo sendo muito difícil o jovem agricultor garantir isso, pois, segundo ela, sua família não tem condições de bancar uma universidade particular, ou até mesmo mantê-la em uma cidade maior para estudar.

Ela faz o relato de sua trajetória muito vinculado à trajetória do movimento. Diz que na leitura do MPA nacional a juventude atual é a base hoje do movimento: —*“podemos colocar, acho que mais de noventa por cento, eu considero os noventa por cento é que seja juventude, tanto a nível nacional como estadual”*. Ana diz que é por isso que se discutem tanto os problemas da juventude. Segundo ela, é um problema central para o movimento, já que sem essa discussão o movimento não trabalha as necessidades da maior parte da base, e, então, “para que servir?”

Ana Lúcia, juntamente com outros jovens do ES, ajuda coordenar o *Programa nacional de Formação da Juventude da Classe Trabalhadora*¹³ no Estado, espaço que conseguiu articular mais de 10 organizações e movimentos sociais urbanos e todos os movimentos que fazem parte da Via Campesina do Estado do Espírito Santo, MST, MPA, CPT, além de alguns parceiros. Ela entende esse espaço como central na articulação da juventude do Espírito Santo, pois, antes os jovens não tinham nenhuma organização, agora conseguem se articular em um coletivo estadual de jovens¹⁴. E os movimentos que estavam organizados não propunham nenhuma programação específica para a juventude, só se falava da necessidade, sem fazer encaminhamentos concretos.

Esse programa traz vários elementos importantes, o primeiro é o estudo; o segundo é a articulação com os jovens da cidade, o que é algo central para construir “um novo projeto onde a igualdade social possa reinar”; um terceiro, que ela destaca com vigor, é que a existência desse programa “motiva” os movimentos da Via a discutirem sobre juventude, pois, o programa coloca a juventude na pauta dos movimentos. Ela diz que esse programa dá voz à

¹³ Cursos nacionais de formação de jovens – organizados por essa articulação de jovens da via campesina e jovens urbanos e , como o nome Programa nacional de formação da juventude da classe trabalhadora em movimento, deveria iniciar em todas as capitais dos estados que a juventude Via Campesina está articulada. Até o março de 2008 iniciaram os estados de MG, RJ, SP, ES, SC, SE, PB e RN.

¹⁴ Espaço composto por representante das organizações da Via e das urbanas que participam do programa nacional de formação no ES.

juventude que muitas vezes é vista, pelos movimentos, como tarefa, isto é, o programa obriga os coletivos de jovens dos movimentos a se organizarem; e o último elemento é a necessidade de organizar a juventude, caso não fizermos, é nessa fase da vida que ela é cooptada por esse sistema que explora e domina.

Aqui destaca-se um elemento que chamamos de protagonismo juvenil, porque, além dos movimentos começarem a se preocupar com a juventude, a construção desses coletivos de jovens, os jovens em situação de direção, de organizar outros jovens, de decidir, de tomarem em mãos os rumos do processo.

É no MPA, de uns tempos pra cá, nesse processo que a gente vem levantando de debate juventude, tá ajudando à participação mais efetiva da juventude mesmo, deixar serem sujeitos terem essa vontade, essa garra, essa vontade de lutar mesmo, Então isso ajuda esta contribuindo pra assim fazer parte mesmo. O jovem não tem como não ser protagonista, porque a maior parte, hoje, da nossa base é a juventude, se nós não formos protagonista disso não tem, realmente fica difícil do movimento caminhar. Acho que é uma responsabilidade da juventude levantar a bandeira e lutar e isso tá acontecendo. Claro que é num processo mais demorado, não é tão rápido assim que a gente vai organizar tudo, mas acho que aos poucos que vamos conseguindo trabalhar isso com a juventude.

Ela claramente defende que a juventude tem que estar se organizando, estar na luta, organizando a luta. Percebemos uma hesitação no final quando fala: *“acho que aos poucos vamos conseguindo trabalhar isso com a juventude”*. Ela já não fala mais por ela, uma jovem pequena agricultora, mas enquanto movimento que tenta articular isso.

Durante a entrevista com a Ana Lúcia, ela ressaltou que o trabalho enquanto jovens da Via Campesina, que estava se iniciando, é um processo de longa duração. Podemos dizer que esse é o processo de construção da identidade da juventude no MPA e na Via Campesina. Ana Lúcia utiliza as seguintes categorias: “juventude camponesa”, “jovens camponeses”, “jovens camponesas”, como vemos nestas linhas, quando perguntada quais os principais problemas da juventude do campo:

— “E juventude camponesa assim é difícil morar no campo, porém, ser camponês não quer dizer que ele tem que viver lá isolado das coisas do mundo, e que trabalhando sol a sol na roça e não possa usufruir de boas condições pra vida, pra existência. Então o jovem camponês ou a jovem camponesa tem busca uma perspectiva de vida melhor”.

Nesse trecho, ela fortalece a categoria “Juventude Camponesa” e de “Jovens Camponeses”, porém, também usa “Jovem da Roça” em outros momentos como abaixo. No próximo parágrafo ela reafirma algumas das principais demandas levantadas no capítulo anterior (renda, lazer, incluindo no subitem da renda moradia e crédito). Essas demandas e necessidades são partes do motor da luta de organização:

— “É na verdade é buscando uma vida melhor porque na roça ele não está tendo condições. Não tem renda, não tem um financiamento, um subsídio que vai auxiliar ele na produção. Ele o jovem pretende casar, porém, não tem uma moradia, como não tem condição de construir uma moradia (...) vai pra cidade buscar emprego (...) só que quando ele chega lá ele vê que isso não é o que ele tá pensando. Então os jovens, de hoje, dá roça do meio rural, não tá tendo espaço de continuar na terra trabalhando, tirando seu sustento ali e mantendo sua família, não está tendo uma vida que proporcione a ele várias coisas, o lazer por exemplo, ter seu espaço de diversão, isso faz parte, e a juventude quer isso.”

Então como percebemos na narrativa de Ana Lúcia, há muitos elementos da construção da identidade da Juventude do MPA e consequentemente da Via Campesina. Para ela, a constituição da juventude é um processo que demanda ideais de transformação e não é de uma hora para outra que esse processo se constitui, mas no fazer-se do jovem no movimento, e isso, normalmente, leva um tempo longo. Essa construção se dá, em especial, nas tarefas que o movimento confia. Outro elemento importante que ela ressalta dessa construção é a influência das formas de organização nesse processo, em especial, formas de organização onde dão espaço para os jovens serem sujeitos e ajudarem a construir, isto é, serem protagonistas do processo.

4.3 Entrevista com Eber Cristian Dartora – PJR - Rio Grande do Sul - Brasília

Em 2000, estava indo para o I congresso Nacional da Juventude Rural, em Brasília, com uma delegação de seis ônibus das diferentes partes do RS. Antes de sairmos do Estado, nos reunimos em uma cidade chamada Frederico Westfalen. Nessa cidade, aconteceu uma mística de envio dos jovens do Rio Grande do Sul para o congresso, em que havia muitos elementos da terra, da luta, bandeiras dos movimentos, bonés, foices e enxadas. Havia uma bela mística, acompanhada de muita música e com algumas dinâmicas. Nessa viagem, conheci Eber Cristian Dartora, 26 anos, nascido em Severiano de Almeida, Rio Grande do sul. Depois disso tivemos vários encontros em muitos momentos e espaços. Participamos da coordenação estadual da PJR-RS, eu, pela minha tarefa no Estado, visitava a região do Estado que ele participava. Moramos uns meses juntos em um projeto no litoral do RS, com grupos de produção e resistência. Enfim, anos de caminhada e de militância juntos. Optei por entrevistá-lo, pois, junto a tantos outros é, atualmente, uma grande liderança da PJR do Brasil.

Na semana do dia 23 de outubro de 2007, estávamos em Brasília na secretaria nacional da PJR, já que tínhamos que participar de uma reunião da Via Campesina. No dia 23 manifestei meu interesse e necessidade de entrevistá-lo, o que ele atendeu prontamente. Combinamos de fazê-lo no dia 24 de outubro cedo, antes da reunião. No dia referido acordamos cedo, quatro horas da manhã, apesar de termos ficados até mais tarde em uma reunião. Preparamos um bom chimarrão, para saborearmos durante a conversa e aos poucos fomos construindo a entrevista em um clima bem descontraído e agradável.

Eber é filho de camponeses, quando nasceu, seus pais participavam do movimento sindical e dos movimentos sociais da época. Destaca a Juventude Agrária Católica, isso bem no ápice da ditadura. Ele teve uma boa infância na comunidade de São Brás, onde viveu até os seis anos, no ano de 1990 foi morar na comunidade de Linha Anta, também no município de Severiano de Almeida. Nessa comunidade, estudou até a quarta série, após isso, foi estudar na escola

da sede urbana do município. Ele lembra que o ônibus vinha pegá-lo para ir para a cidade de Severiano de Almeida estudar. Achava o máximo ir para a cidade e ver as meninas, mas fala que só posteriormente entendeu as construções que estavam por trás disso.

— “(...) recolhiam os jovens que moravam na roça e levaram pra cidade. Imagina! Nós achávamos um espetáculo ver as menina na cidade. Mas já ali, começava de fato. Agora a gente começa a entende essa construção, essa idéia que ser do campo é ruim e que tudo que tá de bom, tá na cidade”.

Ainda aos doze anos foi fazer a sétima e a oitava série no seminário, pois, achava que tinha vocação para ser padre. Disse que teve grande influência da família que era muito católica. Como descobriu que não tinha vocação para ser padre, voltou para Severiano de Almeida para fazer o segundo grau e logo começou a participar da PJ. Em 1998, foi trabalhar no sindicato rural do seu município, como uma espécie de secretário e “faz tudo”, e fala, entre risos, que o sonho dele, naquela época, era ser como o presidente do sindicato: um cara legal, bem arrumado, que faz as reuniões nas comunidades, falava com o povo, etc. Algum tempo participando dos grupos da PJ, em 1999 foi convidado para ser “liberado” diocesano da Pastoral da Juventude. Fala que foi por pouco tempo, pois, logo conheceu a PJR, no ano de 2000, e se encantou por ela. Porém, o padre assessor não queria a PJR na diocese.

— “(...) foi uma trajetória bem curta de liberado, por que começou um tal de PJR a surgir na minha vida, eu fui pra uma escola de formação estadual lá em Agudo, no Rio Grande do Sul. Rapaz!!!! Ai eu voltei para a diocese e disse, bom, ‘nois’ não podemos ter só a PJ aqui, nós temos que ter a PJR também, a Pastoral da Juventude Rural. Ai começou os primeiros atritos com o assessor, porque ele disse não. ‘a PJ é que coordena todos os trabalhos aqui a gente não precisa de PJR’, isso foi lá em dois mil, né Mansan! Porém, ele continua participando da PJR. “Eu continuei participando, concluí a escola estadual da PJR, e me identifiquei bastante, por que, naquele momento a gente fazia umas celebrações, falava de comunidade falava do jovem da roça, a mística de ser jovem, e tinha até umas outras coisas Paulo, que se chamava cristologia, fenomenologia da juventude de roça...”

Ele diz que se encantou com a mística, com o jeito e o cuidado de falar

da terra e da vida do campo e descreve:

—a mística é o seguinte ela é como que **(pausa longa)**... é difícil explicar a mística, mas a mística era assim. De fato ela fala da comunidade rural, ela fala da semente, era fala da terra, ela fala da água, ela fala do jeito jovem de ser da roça. E o jeito jovem fala de ser da cidade né?, então eu me lembro bem que no espaço da mística, né?, no espaço onde se colocava os instrumentos, os símbolos (...) Bom eu lavrava no meio do milho, então quer dizer quando eu via um arado eu me identificava com ele, por que ele era o meu instrumento de trabalho, então isso foi se diferenciando foi fazendo eu me apaixonar, junto com isso o próprio encantamento, porque tu se relacionava com pessoas que pensavam que nem você que viviam as mesmas coisa que nem você... **[grifo meu]**”

Logo, após outra longa pausa ele relembra de símbolos que fazem parte de sua vida e estão na mística. A enxada, o pé de bananeira, bacia com água, uma cesta cheia de produtos da terra, dizia que era isso que o identificava, o tocava, contou-nos que chorou, porque era aquilo que produzia lá na roça, era aquilo que a gente fazia todos os dias. E agora estavam rezando com aqueles materiais, estavam rezando com a vida dele, com a vida da comunidade.

Dentro da trajetória, ele destaca o primeiro congresso nacional da Juventude rural em Brasília, um marco na sua vida. Diz que para a época, um jovem da cidade onde morava era quase impossível sair para muito longe: “um jovem com 18 anos ir para Brasília, a capital federal do Brasil, ainda mais um jovem das grotas de Severiano de Almeida ir para Brasília”. Diz que nunca vendeu tanta rifa, para conseguir ir e que tudo era maravilhoso, vender as rifas, encontrar os outros ônibus no caminho, conhecer outros jovens durante a viagem, conhecer a capital federal, conhecer gente de todos os estados do Brasil, ele afirma: “eu sabia que podia fazer aquilo graças a PJR”.

— “Ai vim pra Brasília, eu acho que do encontro eu não lembro muito dos debates, mas lembro das noites culturais, da dança dos outros estados, do rala buxo, do carinho, da comida nordestina, dessa troca de experiência de cultura (...) daquele monte de gente dentro do ginásio Nilson Nelson, de tomar banho, foi a primeira vez que tive que partilhar o banheiro com outra pessoa, que tu sabe que isso na nossa cultura era um negócio bastante fechado, e não tinha essa experiência aí, e eu acho que isso era esse

diferencial tinha um encontro da PJ todo mundo comia, a gente ia para uma casa normal fechadinha, ali nós tínhamos que dormi no chão, no colchonete, misturado entre homem e mulher sem discriminação, então começo a romper algumas coisas em minha vida, algumas coisas que até ali não tinha sido rompidas, era um laço que tinha com a cultura que a gente temmas o mais importante para mim foi a marcha que a gente fez, aquela multidão de jovens, jovens que saiam lá... (fiquei pensando) lá da linha antes pra vim aqui em Brasília marcha, caminhar na rua, eu assumi numa boa, eu caminhei com animação com empolgação, lembro, foi um momento muito bonito, mas eu, fala claramente não sabia o se passava, tudo aquilo ali eu fazia como o negocio fosse automático, né, pra mim era tudo alegria, (...).”

Aqui percebemos que o significado do encontro, do congresso, vai muito além de um espaço político, é um espaço de sociabilidade, de amizades de dança,. Um espaço do encontro do outro, de cultura, de saberes, de sonhos. Eber descreve o encontro como algo mágico, algo que possibilitou a ele, um jovem de Severiano de Almeida, sair do casulo que estava, que o ajudou a voar, a despertar para o mundo, a sonhar com aventuras, com novos encontros, com um outro mundo possível.

Ele fala que o congresso mexeu muito com ele, diz que ali, ele foi ‘fiscado’ para a luta. Fala que tudo foi muito bom, porém destaca que o que mais o marcou foi a marcha feita no congresso, a caminhada de centenas de jovens em fila, reivindicando crédito, cultura, educação, lazer para a juventude camponesa. E tudo muito organizado, a juventude caminhando em duas filas, algo que ele nunca tinha feito.

Continuando o relato, e e destaca os cursos massivos de Jovens do Rio Grande do Sul. Relata que os encontros massivos¹⁵ reuniram centenas de jovens. Lideranças da PJR e do MST, que eram as referências de frente na organização desses encontros. Destaca que nesses encontros foi mudando a imagem preconceituosa que tinha do MST, uma imagem construída pelo que ele via na televisão, de agressividade, de invasão de terra, de briga: “eu tinha uma idéia meio subversiva do movimento’.

¹⁵ Encontros de jovens da Via Campesina, iniciados no Rio Grande do Sul, no ano de 2001, foi uma ou a primeira atividade conjunta após, a criação da Via Campesina Brasileira. Para sua execução teve influência o governo do estado do RS, que na época era administrado pelo PT, governador Olívio Dutra, muito próximo do movimentos sociais do campo, logo, facilitando o apoio logístico para a execução dos encontros.

Destaca nesse encontro, a marcha e a sensação de eles estarem na rua. Sentiu-se importante. Junto à outra menina que foi escolhida para carregar uma faixa, parou na frente da caixa econômica para pedir crédito e melhorias na vida dos jovens, o que chamou sua atenção foi o fato dos jovens levarem e negociarem as reivindicações.

Ele faz uma pausa e interrompe a ordem cronológica de seu relato e diz algo que considera muito importante em sua vida. Diz que em 2000 começou a participar de alguns cursos de agroecologia e esse fato criou um atrito em casa, pois, quando voltou para casa e quis pôr em prática tudo que aprendeu nos cursos, entrou em rota de colisão com o jeito de produção do seu pai, Edio Dartora. O seu pai preferia lavrar a terra, Eber queria fazer adubação verde, as divergências continuam até que seu pai resolve dar um canto de terra: "Eber tu que fazer tuas experiência, vou te dar um canto de terra". Diz que ficou muito contente, porém ressalta, "O velho, o meu pai, me deu uma terra meia fraca tu me entende". E continua:

— "É um canto onde sempre se plantava amendoim, coisas assim entendeu, cebola né. Ele disse, - 'então se tu quiser fazer tuas experiência então faz aqui', ai eu plantei ervilhaca, plantei aveia preta, eu lembro que eu plantei né, e deixei ela fazer todo o processo (...) fui pra casa e fiz o biofertilizante e aquilo dá um cheiro forte do diabo, e o pai disse: - 'mas pia tu ta me fazendo o que ali dentro?' então eu com a receitinha né, que eles tinham me passado lá no cursinho de biofertilizante, e eu fiz o biofertilizante e ao mesmo tempo eu fiz a plantação pra recupera a terra, e disse, 'há tu me deu uma terra fraca pai, então vou recuperá-la' primeiro plantei ervilhaca, aveia, fiz várias plantas junto ali, e surpresa foi, de que quando nós plantamos o milho, o meu milho, que naquela época era meu milho, o pai falava que era meu milho né, pois, fui eu plantei, fui eu que fiz a experiência, e o pai planto de baixo numa terra que ele sempre, era mais cultivável, que era mais cuidada, e o meu sem adubo ficou mais bonito que o do meu pai com adubo, Mansan! Deu mais verde, deu a espiga maior, mais bonita entende. Ai o pai começou a dizer 'mas o que ta se passando, meu Deus!?', com o seu milho, se aquela terra era mais fraca. Depois passei o tal do biofertilizante quando o milho tava no ponto, o pai passando uréia no dele, e eu passando biofertilizante no meu, depois, eu peguei o esterco da vaca meio seco, e oride ele boto adubo, eu botei no meio da carreira do milho o adubo da vaca. Ele até me ajudou, eu ajudava ele a passar uréia,, então ele veio um dia colocamos o saco nas costa e passamos no meio do milho. O resultado foi espetacular.. Então

depois ele já liberou pra mim passar o biofertilizante na erva mate, ai eu passei o biofertilizante, ai depois ele deixou passar no parreiral, na uva, nos pé de laranja e foi se ampliando”.

Ele ressalta a importância dos cursos de agroecologia organizados pela PJR. Destaca que essa nova proposta de agricultura entrou em conflito com o tradicional, um conflito geracional entre pai e filho. Nesse caso, o conflito foi resolvido com a aceitação do pai pela proposta agroecológica. Eber ressaltou, com muito orgulho, que a sua experiência deu certo, ele, um jovem, conseguiu convencer seu pai que a agroecologia era mais eficiente.

Na trajetória de militante, foi fundamental o curso de graduação no ITERRA, Instituto Josué de Castro, numa parceria entre Via Campesina e UERGS¹⁶. Esse curso tinha uma proposta chamada pedagogia da alternância baseada no tempo escola e tempo comunidade. Estudavam dois meses intensivos, fazendo um semestre e outros quatro meses, para o tempo na comunidade, atuar de forma prática. Fala que nesse espaço conheceu as outras organizações da Via Campesina, pois na turma tinha pessoas de todas as organizações.

Destaca que outro momento fundamental da sua história foi o fato dele participar coordenando a equipe de missão nacional¹⁷, no ano de 2005 e 2006, no estado de São Paulo. Assim, ele se constituiu enquanto ator político na própria PJR. Nesse processo aprendeu a assumir posição de direção e começou a pegar dimensão nacional da Pastoral da Juventude Rural e das lutas dos movimentos da Via Campesina. Assim conseguiu ter uma compreensão mais ampla da organização da juventude dentro dos movimentos. Logo após ir a São Paulo, aconteceu o II Congresso Nacional da PJR, em Brasília. Foi um momento que deu uma reanimada muito forte na juventude camponesa brasileira e isso foi espetacular. Logo depois do congresso que ocorreu em julho de 2006, em agosto, o pessoal que estava na secretaria nacional os convidou, ele e sua companheira Luciana, para contribuírem temporariamente na secretaria nacional em Brasília,

¹⁶ Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

¹⁷ Equipe e missão – vincula a PJR e formada por um grupo de jovens de vários estados que estão em um bom nível de organização, para irem como missionários para estados que a PJR está muito fraca, ou que não existe. Para fazerem um trabalho de organizações e nucleação da mesma.

logo após, ocorreu a CNPJR, onde eles foram convidados para permanecerem na coordenação da secretaria por mais um ano, e é onde estão até hoje.

Temos um choque de autoridade: de um lado, o assessor, que é o adulto o padre e do outro, jovens, querendo construir a caminhada. Nesse caso, Eber tem uma proposta para fazer o trabalho de organização da juventude, conforme a realidade dos jovens, porém, o padre que é o assessor responsável não concorda.

4.4 Entrevista João Paulo Rodrigues do MST

A entrevista com João Paulo foi um momento bem informal, em sua casa em São Paulo, no mês de setembro de 2007. Depois de um dia inteiro de reunião, preparamos um jantar com a companheira dele e logo após sentamos para olhar parte do jogo do São Paulo, time pelo qual ele torce, tomando uma cachaça mineira muito saborosa. Conversamos sobre os assuntos que tínhamos que encaminhar no coletivo nacional de juventude e, em seguida, começamos a entrevista. João Paulo tem vinte sete anos, nasceu no dia doze de dezembro de mil novecentos e setenta e nove, na cidade de Nova Londrina, Paraná. Mudou-se com sua família para São Paulo, aos três anos de idade, para o acampamento no município de Teodoro Sampaio, onde ficou acampado com seus pais durante dois anos e meio. Esse acampamento, na época, era organizado pela Pastoral da Terra e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ele diz que em 1985 foram assentados em um projeto de assentamento chamado Gleber Quinze de Novembro. Morou no assentamento até os quatorze anos de idade, quando saiu para fazer um curso técnico na cidade de Presidente Prudente, em São Paulo, no sistema de internato, no Colégio Técnico Agrícola, o qual concluiu em três anos.

O primeiro contato com o MST foi aos dez anos de idade, em 1989, quando o MST chegou no Pontal do Paranapanema, em São Paulo. Os primeiros contatos do MST foram em sua casa, que foi transformada numa espécie de alojamento ou secretaria regional do MST. Isso fez com que ele tivesse contato com as principais lideranças nacionais que passaram por lá. O pai de João Paulo

era militante do movimento e se chamava Valmir Rodrigues Chave, conhecido como Bil. Essa trajetória de militância de seu pai e o trânsito de lideranças em sua casa fez com que ele conhecesse a história, a luta, os princípios, os objetivos, a bandeira, o hino, a mística do movimento. Diz com orgulho que aos dez anos participou de uma ocupação de terra organizado pelo MST, no município de Teodoro Sampaio no Pontal do Paranapanema:

— “Essa ocupação foi diferenciada porque a gente tinha a marca do MST, a forma, o método o hino, os princípios organizativos, ou seja, não era uma simples organização era uma ocupação do MST. Eu acho que para mim esse primeiro momento foi muito importante: o contato com o movimento, porque foi me ajudando desde bem cedo, na minha formação política. Acho que isso acabou me ajudando a escolher entre tantas coisas a fazer um colégio agrícola”.

Aqui ele destacou a importância dos acampamentos e ocupações para sua inserção no movimento. Essa ocupação, que destaca, tem a marca do movimento, o jeito do movimento, o símbolo do MST, logo diz, “foi uma ocupação do MST, do Jeito do MST”. Na sua trajetória, após o colégio agrícola, foi contribuir como militante da frente de massa do assentamento em que morava sua família. Depois foi para o setor de comunicação do movimento, e, nos últimos oito anos, a sua tarefa é as relações públicas do MST com a sociedade. Nestes últimos dois anos passou a contribuir com a articulação da juventude.

Relata que o que existe é uma mistura do coletivo de jovens do MST com os da Via Campesina. Fala que o processo de organização do coletivo de jovens para dentro do movimento, dos setores nacionais, da direção nacional, dos estados, dos assentamentos e acampamentos é muito lento, sendo que avança mais em um Estado e menos em outro. Falando do MST, ele acredita que existe uma preocupação com a juventude em todos os espaços do movimento, seja no movimento como um todo, seja nos assentamentos, acampamentos, setores e as direções:

— “[...] nós estamos avançando! Estamos no estágio de que há uma preocupação com os jovens. Mas essa preocupação tem que se consolidar na garantia de participação da juventude dentro dos movimentos e na elaboração de um conteúdo que junte

pauta e reivindicação para o jovem. Que tenha os elementos relacionados com a juventude e a luta de classe. Então esse conjunto de conteúdo ainda não está bem claro no movimento, então nós estamos justamente na fase de limpar o meio campo e temos que trabalhar para isso. Para tem claro qual é o espaço real do jovem dentro de uma perspectiva política e organizativa dos movimentos”.

Nesse momento, João Paulo explanou a necessidade de o jovem ser ouvido e de ter seu espaço. Perguntei se existe uma preocupação que passa por dentro do movimento para clarear o trabalho com a juventude e qual é o espaço real dela.

Para João Paulo, a decisão de criar o coletivo de jovens do movimento, ocorreu após muitas reflexões internas e muitos debates com a juventude e ressalta que esse coletivo não é um espaço formal dentro do movimento como um setor de educação e ou setor de frente de massa. Ele acredita que o movimento tenha um espaço de reflexão nos assentamentos e nos acampamentos e acima de tudo de interação com os jovens da via em cada um desses estados, e com os jovens da cidade, ou seja:

— “(...) esse coletivo é a simbologia desse trabalho feito nos últimos períodos. Eu acho que o movimento constitui um coletivo dentro do movimento, de uma organização como a nossa, com tantas demandas colocadas, e um coletivo nacional eu não tenho dúvida de que é um primeiro reflexo da importância que está se dando, nós estamos dentro do MST que tem vinte quatro anos, e que tem dois anos que fez um coletivo de jovens”.

Dentro do MST, João Paulo faz um resgate histórico de cinco momentos que o MST se preocupou com a temática juventude. O primeiro foi a organização dos cursos de formação de militância, onde a maioria era de jovens que estavam construindo o MST, essas experiências ocorreram no ano de mil novecentos e oitenta e nove, quando o MST, organizou brigadas de jovens para irem estudar em Cuba, inclusive seu irmão foi e já é médico formado em Cuba. Ressalta que nessa época foi fundada a primeira escola Nacional de Formação em Caçadores, em Santa Catarina, e nesse espaço começou as experiências de um curso chamado Escola Nacional de Militantes, que é um marco, e tinha como

intuito formar militantes do movimento, e a maioria dos que participavam era jovem.

Destacou, como segundo momento de trabalho com a juventude, a criação de um outro centro de formação, ITERRA, Escola Josué de Castro, Rio Grande do Sul. É uma escola de Segundo Grau, que tinha cursos de magistérios e técnico em administração em cooperativa. Na década de 80, diz que começaram a acumular uma metodologia, uma pedagogia de trabalho com os jovens do movimento.

Como terceiro momento, destaca as experiências dos acampamentos de juventude do campo e da cidade que ocorreram entre 1999 e 2002, e servia para reunir a juventude do MST com outras juventudes urbanas. Cita o do Estado do Espírito Santo como um dos mais antigos, seguido pelo Estado da Bahia, Rio Grande do Sul e algumas regiões do nordeste como Paraíba.

Na década de 1990 é constituído o setor de educação do movimento, pois a preocupação com educação era muito grande entre os assentamentos e os acampamentos, educação em todos os níveis, mas em especial, a preocupação era com a alfabetização e a escolarização, tanto dos jovens como de todos os analfabetos:

— “(...) e por último eu acho que é dentro desse processo todo, que nós tivemos dois momentos interessantes: um foi quando no ano de noventa e oito nós começamos a construir um coletivo que nós chamávamos de coletivo de estudantes do MST. Eram estudantes universitário que na época faziam universidade em todo o Brasil, nesse período nós não tínhamos nenhum curso formal ainda, então esses estudantes eram a nossa grande experiência, tudo isso coordenado pelo nosso grande filósofo José Luiz Patrola e Rogério Mauro. Esse coletivo se formou um ano e meio com os jovens dentro do movimento e fora do movimento, enfim, todos que estavam fazendo algum tipo de curso, algum tipo de graduação. Isso nos remeteu a ter que fazer um debate de juventude também, como é que era nós jovens estudantes da universidade vamos conseguir construir uma proposta diferente de educação. Desse debate com o setor de formação dá-se início aos nossos cursos formais do movimento”.

João Paulo destaca ainda que um debate mais organizado foi construído a partir da marcha de 1997, quando se consolida a participação massiva dos jovens naquela marcha. O movimento era contra o governo

Fernando Henrique Cardoso (FHC) e para pedir justiça pelo massacre de Eldorado dos Carajás, no qual dezenove sem terras foram mortos. Esse era um espaço em que a juventude estava em massa e reivindicava, em nível nacional, avanços em áreas específicas, como educação, cultura, trabalho dentro dos assentamentos e, em especial, participação nas decisões nas lutas políticas do movimento.

—“eu acho que a marcha de noventa e cinco, é um marco da consolidação desse coletivo então inaugura um período de construir um espaço pra elaborar e sistematizar a famosa especificidade da juventude dentro do MST, em acampamentos e assentamentos é isso”.

João Paulo destaca que dentro do MST algo que demarca bem o que é ser ou não ser jovem dentro do MST e nas relações que se constrói dentro do Movimento:

— “A terra é um elemento impressionante, como as pessoas transformam o jovem numa outra categoria. É um assentado mais responsável, enfim, a propriedade privada tira do jovem, o carinho, o amor por ser jovem, assim eu era jovem, mas fui assentado agora não sou mais jovem, e por último é visto como esse elemento da disponibilidade. Na medida em que você constitui espaços ou colegiados na escola, no ônibus que vai pra escola em grupos pra organizar atividades e também no nosso espaço é considerado um jovem do MST. Porém, por último é o jovem mil tante eu acho que esse sim sistematiza mais, o jovem que participa das brigadas nacional, o jovem que vai estudar, o jovem que vai organizar a ocupação do sem terra, esse jovem disponível pra luta da organização, ele é muito fácil de você identificar que por mais que lhe atraia que seja casado ou seja um pouco mais velho, mas esse processo de disponibilidade e compromisso com a organização e o MST que é muito maior que o assentamento. A organização política também o considera como jovem, agora esse processo todo complexo, traz alguns elementos do que é ser um jovem do MST. Também volto a dizer é um processo muito, muito novo, estamos discutindo conversar do elaborando e não temos muitas coisas fechadas”.

Aqui João Paulo coloca algumas fronteiras do que é ser jovem para o MST e elementos da construção da identidade do jovem sem-terra. O camarada que é assentado, mesmo que seja jovem, não é mais considerado jovem. A posse da terra é um marco divisor de águas na vida deles. Ter um pedaço de terra coloca um jovem com 'grau' de mais responsabilidade. Porém, ele diz que o jovem sem

terra que está a serviço do movimento, que vai para luta, coordena ocupação, organiza as brigadas do movimento, ainda é entendido como jovem. João Paulo diz que mesmo sendo casado, está disponível para organização e é considerado jovem dentro do movimento. Porém, quando recebe um pedaço de terra, deixa de ser considerado, pelos assentados e acampados, “irresponsável” e “imaturo”, e passa a ser considerado “responsável”, pois tem que cuidar do seu lote.

João Paulo relata que existe um conflito interno sobre a forma como o jovem é concebido. Diz que para tudo tem que pedir ‘autorização’. Quando o jovem vai organizar um torneio, fazer formação, ou fazer alimentação, não precisa pedir autorização, porém, para os enfrentamentos, ainda não existe esse protagonismo para os adultos. E acredita-se que o protagonismo dos jovens, somente, vai ser construído através de uma conquista, quando os jovens mostrarem a capacidade de organização e de articulação. Acredita-se que a jornada nacional de educação contribuiu para isso, como já citamos em momentos anteriores.

João Paulo entende que o avanço do trabalho com juventude dentro do MST é um processo longo, pois, apesar de todo o investimento que se faz, não é prioridade. Essa é uma compreensão semelhante à de Ana Lúcia, que também tem a mesma leitura. Ele compreende que já existem grandes avanços em relação à juventude e faz uma leitura de um espaço político de conquista pela juventude, resultando de muitos embates e conflitos internos. A própria juventude se colocou na pauta do dia para o movimento, em especial pela sua massiva participação e disposição para luta e tarefas do momento.

E por último, João Paulo comenta que o trabalho com juventude se constrói num processo lento, com calma, que para conseguir fazer um trabalho tem que ir tentando. Acredito que esses são alguns elementos importantes constituintes da juventude do MST e da Via.

4.5 Entrevista com Rosana – Coordenação nacional do MAB

Os motivos do ingresso dos jovens nesse movimento social fornecem pistas para entender a sua trajetória nos movimentos da Via Campesina e o significado atribuído a essa participação política. E, posteriormente, também iremos identificar nas trajetórias, as prováveis motivações da inserção desses jovens no movimento camponês.

Em dois mil e quatro aconteceu a II festa das sementes, em âmbito nacional, no município de Anchieta, estado de Santa Catarina. Juntamente com um grupo da Via campesina fomos quinze dias antes contribuir para organização dessa festa e de um curso da Via campesina Nacional. Nesse espaço tive a oportunidade de conhecer a companheira Rosa, da Movimentos dos Atingidos por Barragens. No dia vinte e nove de novembro de dois mil e sete, estávamos na Plenária nacional da Via campesina em Goiânia, aproveitei o espaço e convidei a companheira Rosana, para ser entrevistada. Durante o intervalo do almoço, sentamos para conversar.

Rosana Pereira Mendes, dirigente do MAB, natural do município de Anita Garibaldi de Santa Catarina, cidade que faz divisa com o Rio Grande do Sul, tem vinte e dois anos e é filha de pequenos agricultores.

- Meus pais são agricultores, então a nossa raiz é ligada a roça. Meu pai é agricultor, a minha mãe é professora de primeira a quarta série, tenho dois irmãos, e moramos lá na região então serrana, de Santa Catarina, como todos os filhos de camponeses, os primeiros anos, principalmente na nossa região, a gente estuda nas escolas do campo, mas lá depois que tu completa a quarta série que tu vai pras escolas da cidade né, então esse processo que já começa ai, essa briga de sair do campo, e estudar fora do campo.

Logo após essa pequena introdução começa a contar como começou sua inserção no movimento. Tudo começou com o debate da construção da barragem. Apesar do projeto da barragem existir há tempos, o debate mais intenso só começou em 1996, quando ela tinha treze anos. Ela lembra que toda a sua família se inseriu no debate, principalmente o seu pai:

- Então meu pai ele começou no processo inicial mesmo, o trabalho dos movimentos, que é essa questão de articulação dos grupos de base, de discutir com as comunidades o que significa a construção da barragem, de deslocar as famílias dali pra outro lugar, como é que fica essa questão dos assentamentos. Num primeiro momento, começamos com a base tentar impedir a obra, que é Barra Grande, mas logo na seqüência não se conseguiu por falta de força e até mesmo de organização, nesse processo aí então era muito difícil de organizar, e a maioria dos participantes do movimento, eram pessoas de mais idade. Só depois, os agricultores por uma questão concreta, de perda da terra, de luta dos direitos, então começam a se inserir na luta. Meu pai começou a participar dos cursos de militantes, e aí um dia ele me levou pra me escrever pra ele - essa história é bem interessante, os dirigentes do MAB sempre me usam como exemplo - pois, uma vez ele levou meu irmão, no primeiro encontro pra escrever pra ele, meu irmão é três anos mais novo que eu, mas não deu certo o secretário, então ele me levou porque menina sempre é mais organizada, se é assim que a gente pode dizer, então escreve bonito essas coisas, dizem que são mais organizadas e tal, então ele me levou na segunda etapa do curso pra me escrever.

Ela faz esse comentário com muito orgulho de ter começado assim. Disse que em 1997 e 1998 foi secretária do pai dela. Em noventa e oito, acaba o segundo grau. Relata que o pai dela é muito bom com matemática, nunca usa caderno para fazer contas, porém, sabia escrever muito mal e não conseguia organizar as idéias no papel. Como o pai era liderança, queria voltar do curso e chegar à comunidade e fazer as reuniões com os grupos e com as lideranças, com a intenção de organizar o MAB. Porém, como não conseguia escrever direito, quando ele chegava à comunidade, esquecia o que tinham comentado no encontro, assim, não conseguia repassar os debates. Então Rosana passou a ajudá-lo nos encontros. Porém, ela ressalta que em todos os encontros do Movimento existem uma organização e uma divisão em grupos aleatórios. Com isso, enfrentou o primeiro grande problema, pois ela ficou em um grupo diferente do pai, logo, não poderia ajudá-lo a anotar.

Na divisão dos grupos eu já fiquei no grupo diferente do meu pai, e ele não aceitou como bronca na coordenação, mas aí o movimento bancou que eu deveria ficar em outro grupo, porque era pra desafiar ele, bom se ele que ser o coordenador ele tem que aprender a estudar e tal, se não como é que vai ser, vai

sempre cue leva um de maleta, não dava certo, ai então eu já fiquei em outro grupo, ai então o meu pai ficou o encontro inteiro bicudo comigo, porque né, nossa me levou pra relatar e eu me senti meia rebelde, ai então eu fiquei em outro grupo.

Desde o começo, mesmo tendo só quinze anos, o movimento deu espaço para ela relatar pelo seu grupo. Nesses encontros sempre tinham muitos jovens e eram construídos sempre com muitas dinâmicas. Destaca que participou uma peça de teatro sobre os meios de comunicação social. A peça retratava a mídia que só defendia a empresa barrageira e os atingidos mostrados como bandidos. Ela foi entender que a mídia, TV, jornais, era dos amigos da empresa. Comenta que depois desse encontro ficou feliz, pois foi convidada para participar do encontro como uma militante, pois antes ela não tinha sido integrante do curso, só tinha sido incluída devido à necessidade do pai de ter alguém para escrever:

- ai os dirigentes lá da região me convidaram pra participar, ai tivemos que fazer todo esse processo burocrático, de pedir pro pai, pra ele deixar e ele me deixou ir, ai eu fui, ai no encontro meu pai ficava com todo camponês, há naquela época, hoje já não ta tanto assim, mas de cuidar da filha como se fosse nossa o meu tesouro, ai Deus me livre dos outros começarem a olhar, então, mas eu fui pro curso..e foi muito bom.

Na segunda etapa do curso do MAB que ela participou, houve a oferta de vagas no curso de pedagogia da terra da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. O movimento tinha algumas vagas e a indicou. Acredita que sua indicação ocorreu porque, havia poucos militantes com segundo grau completo. Teve um problema burocrático com o pai, pois ela era menor, tinha 17 anos, e ia sair 3 meses longe de casa, nunca tinha feito isso. Conseguiram a liberação dela só depois de muita conversa dos dirigentes com o pai. Assim ela pôde ir estudar no ITERRA. No começo disse que teve muitas dificuldades, porque o ensino no município dela era muito limitado, além disso, era leiga sobre a questão política. Quando ouvia falar de reforma agrária, em construção de barragem que afetaria a soberania, em sistema capitalista, diz que não conseguia entender nada. O curso de pedagogia juntamente com as lutas do MAB, foram as grande escolas da vida dela. Comenta que ficava agoniada quando saía para o tempo comunidade do

curso¹⁸ e não tinham tarefas concretas para fazer, pois acredita que uma das coisas fundamentais do trabalho com a juventude é casar o estudo com a luta concreta.

Como exemplo, ela ressalta que vivenciou todo o processo de luta da construção da barragem de Barra Grande, que foi um marco para o movimento e teve repercussão nacional e internacional.

Então eu saía da escola e chegava na fogueira, ajudei a assumir processo concreto sabe, de luta, de enfrentamento, levei vários processos lá, bem meninota. No começo havia muita resistência dos homens principalmente, dos nossos dirigentes assim, eu lembro um dia uma mobilização em Campos Novos, que a gente foi ajudar a coordenar, e um companheiro falou assim olha, *"ixiiiiiiiiii, nós ser coordenado por uma criança, e ainda mulher"*, aí eu mostrei pra ele que não era bem assim que acontece as coisas.(...) na questão do enfrentamento houve vários bem complicados, tem um que ficou marcado ... eu sofri de mais assim sabe, poucos sabem, pois, é uma questão bem interna, é de que uma vez que nós estávamos fazendo um enfrentamento de não deixar os caras desmatar, era nessa lógica de abraçar o projeto e causar prejuízo no bolso deles, pois, com prejuízo eles ficam loucos de bravos. Bom! Nós não estávamos deixando eles entrarem pra desmatar, eles articularam toda uma jogada e mataram um cara da empresa lá na região, e aí processaram, quem? Eu, meu pai e meu tio, pela morte do cara, e processo pesado de até marcarem com júri essas coisas, e tivemos que dar depoimento, tivemos que passar um monte de tempo escondidos, corridos da polícia, toda aquela correria, leva pra lá, puxa pra cá. Eu chorava muito, imagina eu com 18, 19 anos, imagina assim... tinha 18 anos. Foi toda uma armadilha da empresa, mataram o companheiro lá. Na verdade ele era um trabalhador da empresa não era um... não era um inimigo nosso, mas eles fizeram uma armadilha desceram com a polícia, estouraram a barreira que nós estávamos fazendo, que não deixava e os irem, e quando chegaram o cara recebeu um tiro na cabeça, e então ele disseram que fomos nós. Então ali eu pude ver que nós somos resistentes, que não precisa ter medo sabe, acho que por que nós somos... ter que dar depoimento! – *(aqui uma longa pausa dela, com lágrimas nos olhos)* eu fiquei seis horas dando depoimento, com seis pessoas. Uma era a mulher que digitava, e cinco policiais, um era o cara lá, o chefe que faz o negócio, que recolhe enfim a tuas falas lá, e que aí é uma pressão muito grande assim, é mandaram trazer o capacete do cara, aquele sangue sabe, e diziam assim, *'olha aí o que tu fez, olha aí o que tu articulou'*, e a orientação do movimento era que não falava, não era pra fala, não era pra falar, só que algumas

¹⁸ Proposta pedagógica do curso. Tempo escola, tempo comunidade. Faz o semestre intensivo em dois meses e os outros quatro vão colocar a teoria na prática, para depois, voltar no outro semestre e avaliar seu limites e avanços.

coisas tu tinha que falar, sabe aquela tremedeira assim sabe, é muito, muito ruim, mas ali é os testes, eu acho que ali ó, hoje os jovens passa por testes assim ou de enfrentamento concreto, não precisa necessariamente ser um exemplo desse, mas de enfrentamento mesmo, de resistência, ou vão virar um menino que escreve, escreve, estuda, estuda, que eu acho que é interessante estudar, mas não vai saber de fato o que significa esse mocelão que ta aí, que oprime a gente. Mas, continuando, e aí depois eles pegaram, depois que a gente deu depoimento lá, eles construíram uma lógica que tinha que ficar preso, eles tiraram fatos de tudo lá, fizeram eu assinar tanta coisa, e que o processo ta correndo até hoje ...

Ela conclui emocionada a fala desse trecho. E indignada com a situação, como a empresa consegue mandar matar um trabalhador deles. Atualmente juntamente com seu companheiro contribui com o MAB no estado de Goiás. Comenta que o MAB os escolheu para organizar este estado, pois, para o capital internacional é um estado estratégico, logo, cada vez mais os camponeses estão sendo expulsos de suas terras. E é um estado que existem muitas barragens em processo de construção, a idéia, pois, é ficarem ajudando o estado de Goiás, principalmente ajudando a construir um processo militante onde se consiga envolver e formar a juventude.

Ela Comenta que no último encontro nacional do MAB, em Curitiba em 2006, havia mil e duzentas pessoas, desta a maioria era jovem. Ela acha que uns 80% dos presentes. Diz que é uma juventude que tem um motivo concreto. Atualmente, o movimento está com uma outra lógica, está avançando para além dos direitos economicistas. Não significa que deixando de lutar pelos direitos, mas, existe outra convicção na luta e a militância atual já tem outra visão. Cita o exemplo de Goiás, onde a militância fala em transformação, mudança do modelo capitalista existente. O MAB tem como decisão prioritária trabalhar com a juventude. A idéia é fortalecer esse trabalho com a juventude, por entender que ela irá dar seqüência no processo de luta, de resistência, de construção de uma nova sociedade com novos valores. Embora seja muito difícil trabalhar com jovens, Ela acredita que é fundamental construir outros valores, a mística revolucionária, os princípios revolucionários, a disciplina consciente, pois, só assim será possível construir uma sociedade praticando isso no dia-dia.

...por exemplo aqui no estado de GO, que eu estou empenhado nessa tarefa e estou muito feliz, é que nós está puxando os encontros dos jovens, encontros massivos pra que, pra que a gente comece na despertar na juventude esse debate né, dessa questão da sociedade, mas daí estou puxando essa questão que nós precisamos discutir isso com os jovens, a formação dos jovens, mas que só isso não chega, porque tem uma questão, e eu acho que é isso que os movimentos precisam debater concreta da juventude, é que a juventude tem necessidade também, não é só necessidade só do consumo, que isso é criado pela sociedade capitalista, mas a juventude tem que comer, a juventude tem que vestir, a juventude tem que ter casa, nós avaliamos aqui no estado que a juventude não tem...ô ele começa a ser parte da pauta dos movimentos, até mesmo dentro das questões concretas do direito, ou não adianta nós ficar enchendo a cabeça do jovem só de informação, nós forma, forma, forma e perde, da pra perceber isso, tem muitos casos dentro dos movimentos.

Ressalta a importância do trabalho que a Via campesina vem fazendo com a juventude e em especial o coletivo nacional que foi criado, com jovens dos movimentos. Porém, acredita que o mais importante é isso começar a ser articulado em nível de estado. Goiás já começou o que chamou de programa de formação nacional, curso para cem jovens urbanos e rurais, com a intenção de fazer formação política e prática com a juventude.

Rosana destaca muito esse processo de que o militante se constrói na luta, é nesse momento da juventude que o indivíduo está mais aberto para construir a transformação da sociedade. Os jovens conseguem dar um passo além das lutas economicistas.

Aqui percebemos claramente a relação da trajetória das lideranças e a própria formação e constituição dos movimentos. As histórias pessoais se constroem juntamente com a história dos movimentos.

Outro fator relevante é a participação das famílias na iniciação dos jovens na luta, João Paulo, Ana Lúcia, Rosana e Eber, todos tiveram bastante influência de seus pais, sendo que os pais de João Paulo e Rosana eram militantes dirigentes dos movimentos. As trajetórias de todos trazem a presença de encontros e tarefas que marcaram a suas vidas, fazendo-os abraçar mais a causa dos movimentos.

Cada um traz elementos da mística da luta, que tocou, que encantou, encanta e os motiva para a luta. Eber destaca o primeiro congresso da PJR, Rosana o confronto de Barra grande e os processos que até hoje correm pela morte criminosa forjada pela empresa. João, a sua participação em uma ocupação com seis anos, e sua casa sempre estar cheia de gente militante da luta, e Ana, o fato de ela desde cedo ter assumido a tarefa na secretaria do MPA na sua região.

O fazer-se de suas vidas vai construindo a história com a luta. E suas identidades se constroem nos momentos dos movimentos sociais. Os entrevistados iniciaram suas trajetórias de luta bem jovens, e tem a compreensão da importância de articular e organizar a juventude. Todos eles dedicam grande parte do seu para isso.

Breves considerações finais

A Via campesina nesse momento histórico se constitui, através de suas organizações e diversas formas de mobilização política, em um agente de transformação social. No dia 10 de junho de 2008, a Via organizou a jornada nacional de luta, em defesa dos alimentos e da agricultura camponesa, fazendo diversas ocupações em hidrelétricas, bancos, empresas multinacionais como Vale, Votorantim, Bunge, Morisanto, Singenta; trancamento de rodovias entre outras ações em 18 estados Brasileiros.

Entendemos que a identidade camponesa se constrói nas diversas ações e discursos da Via, simbolizada através de datas, mártires, campanhas e ações em comum. A luta da Via tem como objetivo confrontar as relações de exploração e dominação das instituições financeiras internacionais, nas multinacionais consideradas como elemento-chave do neoliberalismo e da destruição da agricultura camponesa.

A visão política da Via Campesina e das organizações camponesas organizadas por ela não se resumem à negação da visão da tecnologia e do modelo produtivo das grandes corporações econômicas e financeiras nacionais e internacionais, mas tem um caráter pro positivo em termos de um modelo em que os valores da vida, dos povos, das culturas venham antes do lucro, da devastação da terra, do esgotamento dos recursos naturais. Assim, é um modelo que se inspira experiências históricas de resistência de grupos de campesinato que valorizam os seus saberes e modos de relação com a natureza e organização social. Assim, a identidade da Via Campesina é relacional, construindo-se tanto através de símbolos de pertencimento aos seus princípios quanto da definição de seus opositores, no caso, as grandes corporações agro-industriais e financeiras e a política agrícola neoliberal nacional e internacional. Assim, a Via Campesina atua tanto em nível das fronteiras nacionais quanto em termos globais.

A nosso ver a Via Campesina – Brasil resgata e reafirma a categoria campesinato como ator político, de transformação social, por acreditar tanto na autonomia política das diversas categorias que compõem o campesinato, quanto

no seu histórico de luta contra o capital na sociedade brasileira e internacional. É, portanto, uma nova ação internacional da classe trabalhadora e, em particular, do campesinato, como sujeito construtor da classe.

Atualmente na Via Campesina do Brasil, os jovens começam a se constituir como sujeitos políticos específicos dentro da categoria mais ampla do campesinato. Entendemos, nesse trabalho, que o campesinato e a juventude da Via Campesina, ou seja, são identidades que se constroem na ação histórica e política de seus sujeitos. Através de trajetórias de vida de algumas lideranças jovens percebemos como as suas histórias de vida estão entremeadas com a própria dinâmica do movimento social.

A identidade da juventude que emerge nos movimentos da via é representada através de diversas categorias, como juventude rural, jovens rurais, mas a categoria Juventude camponesa, jovens camponês, as jovens camponesas, têm sido uma referência importante no congresso da PJR e na plenária da juventude da Via campesina. A afirmação positiva da categoria “juventude camponesa” também revela-se como uma forma de resistência ao preconceito de ‘ser do campo’, comumente associado a imagem do “matuto”. Através dessas novas construções identitárias, conquista-se, também, a auto estima da juventude camponesa.

Através da pesquisa etnográfica, mostramos que os congressos, encontros, plenárias e seminários, com suas linguagens, demandas sociais, símbolos, músicas, mística e demais elementos são centrais na construção da identidade de juventude dentro dos movimentos sociais da Via Campesina. A juventude constrói-se como sujeito político através dos cursos de formação dos diversos movimentos da Via e de participação em mobilizações, como acampamentos, assentamentos, atos públicos, ocupações, etc. Isso ficou bem claro nas trajetórias dos jovens entrevistados, cada um traz elementos da mística da luta, que tocou, que encantou, que encanta e motiva para a luta. Eber destaca o primeiro congresso da PJR 2000, Rosana o confronto de Barra Grande em 1999, e os processos que até hoje correm pela morte criminosa forjada pela empresa. João a sua participação em uma ocupação com seis anos 1989, e sua

casa sempre estar cheia de gente militante da luta, e Ana, o fato de ela desde cedo ter assumido a tarefa na secretaria do MPA na sua região 2004.

As jovens lideranças que estão articulando a juventude da Via já têm uma caminhada política, quase todos ocupam outras tarefas de direção dentro das organizações; muitos estão 24 horas a serviço do movimento e a iniciação no movimento, muitas vezes, acontece a partir do engajamento de suas famílias.

Concluimos que os jovens da Via Campesina ao construírem suas identidades através das lutas sociais estão envolvidos com a transformação da sociedade e a articulação e organização da classe trabalhadora. Para isso eles têm bandeira de lutas bem claras, sendo, a principal, o chamado **Projeto popular**, no qual estão demandas centrais para juventude, como renda, educação, lazer e cultura

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Ed. Página Aberta Ltda, 1994.
- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. Campinas, Hucitec-ANPOCS, 1992.
- AMADO, Janaína; FERRERIA, Maria, M. (org). *Usos e Abusos da História Oral*, 7ª ed, Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.
- AMIM, S. O. & VERGOPOULOS, K., *Capitalismo e a renda fundiária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- ARCHETTI, Eduardo P. Apresentação, in Chayanov, A. V. (1974), *La organización de la unidad económica campesina*. Ediciones Nueva Visión: Buenos Aires, 1974, pp. 7-21.
- BARROS, Myriam. *Densidade da memória, trajetória e projeto de vida*. Relatório de pesquisa/CNPQ, 1996, p 140 -146.
- BORBA, Marcos F.S. *Produção camponesa*. Bagé, 1994,.
- _____. *La marginalidad como potencial para la construcción de 'outro' desarrollo: el caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil*, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.
- _____. *A Miséria do Mundo*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *A Ilusão Biográfica*. In: Ferreira, Marieta de M. e AMADO, Janaína(orgs). São Paulo:FGV. 1996. pp. 183-192.
- _____. "A juventude é apenas uma palavra". In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BRITTO, S. (org.), *Sociologia da Juventude, I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- BRUMER, S.; Rosas, E. e Weisheimer, N. *Juventude rural e divisão do trabalho na unidade de produção familiar...* Trabalho apresentado no XI Congresso Internacional Rural. RJ, 30 de julho a 5 agosto de 2000, 30p.
- CARNEIRO, Maria José (1998). *Ruralidade: novas identidades em construção*. In

Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, novembro, p. 53-76.

CARNEIRO, M. J. T. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. IN: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da et alii (orgs) *Mundo rural e política*. R. Janeiro, Campos/Pronex, 1998. 95-117.

CASTELLS, Manuel. "A era da informação: economia, sociedade e cultura"; vol. 2. *O Poder da Identidade*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

_____. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol. 3. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999a.

CASTRO, E. G. de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, jul/05.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato Autônomo – Uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. In GEPAL (org.), *Revista Lutas & Resistências - Grupo de Estudos de Políticas da América Latina - PPGCS UEL*, Londrina: Midiograf, 2006.

CARVALHO, Horácio M. (Org.). *O campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionamentos do desenvolvimento do campesinato*. Curitiba: Vozes, 2004.

CHAVES, Chistiane de A, A Marcha nacional dos Sem terra: um estudo de um ritual político. PERIANO, Mariza. (Org.) *O Dito e o Feito, Ensaios de Antropologia*, col. *Antropologia e Política*, Ed. R. Dunará, RJ, 2001.

CHAYANOV, Alexander V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: Sociabilidade, Falas e Rituais na construção de organização camponesas*. Coleção Antropologia da Política: 5, Relume Dumara: Rio de Janeiro, 1999.

COSTA, Francisco A. *Racionalidade camponesa e sustentabilidade: elementos teóricos para uma pesquisa sobre a agricultura familiar na Amazônia*. Belém, Cadernos do NAEA nº 12, novembro, 1994.

_____. Investimento Camponês: considerações teóricas. *Revista de Economia Política*, v.15, nº 1, p. 83-100, jan./mar, 1995.

DURSTON, J. *Juventude Y Desarrollo rural: marco conceptual y teorico*. CEPAL. Buenos Aires, 1998.

FERREIRA, Marieta.M. *Fazendo história oral: textualizar: lapidando a fala bruta*. p.261-270.

FERNANDES, B. M. *Delimitação conceitual do campesinato*. Presidente

Prudente, mimeo 3 p, 2004.

_____. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes 2000.

FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITTO, S. (org.) *Sociologia da Juventude I – da Europa de Marx à América Latina de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

GERMER, C.M. *Acumulação de Capital e Proletarização da Agricultura Brasileira*. Curitiba: UFPR, 1992.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

GRAZIANO da Silva, José. *O novo rural brasileiro*. 1997.

GROPPO, Luís Antônio. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000

Guigou, J. Problemas de uma sociologia da juventude rural. In: *Sociologia da Juventude II*, RJ: Zahar Editores, 1968, pp.73-88

Hall, S. Quem precisa da identidade. In: T.T. da Silva (org.) *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. RJ: Vozes, 2000, p.103-133.

HALL, S. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HEBETTE, Jean. *Agriculturas camponesas paraenses*. Belém, mimeo, 28 p., 2004

HO CHI MINH. *Aos Quadros Camponeses*. Texto de 1949, publicado em *Escritos 1 (1920/1954)*, tradução de Francisco Correia, Edições Maria da Ponte, Lisboa, pp. 75/76, 1975.

IANNI, Octávio. *A Utopia Camponesa*. São Paulo, IX Encontro Anual da ANPOCS, GT: Estado e Agricultura, Aspectos teóricos dos movimentos sociais no campo. Mimeo, 17 pp., 1985.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril, 1982.

LAZZARETTI, Miquel Ângelo. *A Produção da Ação coletiva no MST: Relações de Poder e Subjetividade*. Tese doutorado apresentada PPGS/CH/UFCH, João Pessoa/PB 2007.

MALAGODI, Edgard. *Propriedade Fundiária e campesinato. Um estudo de Smith, Ricardo e Marx*. Editora Universitária UFPB, João Pessoa/PB, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira, 1973.

MENEZES, Marilda. *História Oral: uma metodologia para o estudo da memória*. n. 28. Vivência, 2005. p 1 -13.

MENEZES, M.A. e Silva, M. S. As migrações sazonais do sertão paraibano para as usinas canavieiras de São Paulo. In: *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos: EDUFSCAR, 2007, p.233-256.

MENEZES, M.A. Oliveira, M.G.C. e Miranda, R.S. Juventude em Assentamentos rurais. Trabalho apresentado na 24ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Recife 12 a 15 de junho de 2004. Fórum de Pesquisa 09: Família contemporânea: relações intergeracionais e de gênero.

Menezes, M^a *Redes e enredos: nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes*. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002

MENEZES, M.A. Memória de infância de homens e mulheres camponeses. In: *Trajetos*. Rev.Pós- Graduação em história Social, UFC, v.2, n.3, dez.2002, p.185 - 207

MENEZES, M.A, M^a *Memórias de famílias de camponeses – migrantes (homens e mulheres) – 1950 – 1990. Cap. IV – O trabalho das crianças em famílias camponesas*. Relatório de Pesquisa, CNPq, 2003m

MENEZES, Marilda, A., *Relações entre pais, mães e filhas (os) em família camponesas: memória de infância*. Revista Teoria & Pesquisa, Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, UFSC. Número 49, jul/dez.2006

MENEZES, M.A. Ap. *Socialização de Meninos e Meninas em famílias Camponesas – 1960 à 1990*, Mimeo, 2000.

MENEZES, M.A, M. ^a *Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho*. Tese de Mestrado. Campina Grande. UFPB, 1985

MENEZES, M.A. e SILVA, M.S. Entre o bagaço da cana e a doçura do mel: migrações e identidades da juventude rural. In: M.J. Carneiro e E.G. de Castro (orgs): *Juventude Rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007, p.167-182.

MENEZES, M.A, Projeto de Pesquisa '*Juventudes Rurais do Nordeste: trabalho, migrações e movimentos sociais*'. Edital Universal MCT/CNPq 02/2006

MÉSZAROS, I. *Para Além do Capital*. Tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa, 2. ed., São Paulo: Boitempo, 2002.

MARX, K. e Engels, F.(1980). Karl Marx a Vera Zasúlich, 8 de março de 1881, in

Escritos sobre Rusia. II. El povenir de la comuna rural rusa. México, Cadernos de Pasado y Presente nº 90, pp. 60-61, tradução do alemão e do francês por Félix Blanco.

MORAES, Clodomir dos Santos de. *História da Ligas camponesas no Brasil.* Brasília: lattermund, 1997.

_____. *Elementos sobre a teoria da Organização.* Cadernos de Formação, nº 11, S.P.: MST, 1986.

MOURA, M.M. *Camponeses.* São Paulo: Ática, 1996.

NOVAES, Regina R. "Juventudes Cariocas: mediações, conflitos e encontros culturais", IN: Vianna, H. (org.) *Galerias Cariocas.* Rio de Janeiro: Contra Capa/Gestão Comunitária/Instituto de Investigação e Ação Social, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Modo Capitalista de Produção da Agricultura.* São Paulo: Ática, 1986.

_____. *Agricultura Camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto; 1991.

_____. *A geografia das lutas do Campo.* São Paulo Contexto. 1996.

Proposta de PNRA. *Proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária.* Brasília, outubro de 2003, e-mail 52 p, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos.* v.2, n3, 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos.* V 1, n.10, 1992. p 200-215.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho.* Nº 15, Projeto História. pg 13 -49, 1997.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena.* Paz e Terra, 1998, p.p. 1 – 23, prefácio e apresentação.

SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Produzir para viver – os caminhos da produção capitalista.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho.* São Paulo, Hucitec, 1984.

SILVA, Maria Aparecida M., *Experiência e memória na bagagem dos caminhantes da terra, Revista Teoria & Pesquisa, Programa de Pós graduação em Ciências Sociais, UFSC. Número 49, jul/dez.2006.*

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: Evaristo Moraes Filho (Org.). *Simmel: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1994.

_____ *A Reforma Agrária e a Luta do MST*. Vozes: Petrópolis, 1997.

_____ *Frei Sérgio, A luta pela Terra no Brasil*. São Paulo. Escrita 1993.

STÉDILE, J.P. Conjuntura internacional da agricultura. In: VIA CAMPESINA BRASIL. *A situação internacional da Agricultura*. São Paulo, 2004.

STRAPAZOLAS, V.L. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Florianópolis\SC: Editora da UFSC, 2006.

_____ L. *O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens*. Tese de Doutorado, Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, 2002.

THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*; tradução Denisse Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, 3ª. Edición, Editorial Crítica – Barcelona, 1989

THOMPSON, E. P. Tempo disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. Tradução de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria, ou um Planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Traduzido do inglês. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*, 1º vol. Trad. E. Huggins. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1967.

VERGOPOULOS, K. O. *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VIA CAMPESINA BRASIL. *A situação internacional da agricultura*. Subsídio para estudo: São Paulo, 2004.

VIA CAMPESINA BRASIL. *Histórico, natureza e linhas políticas internacionais*: cartilha da Via Campesina. São Paulo, 2002.

WEISHEIMER, Nilson. *Estudos sobre os Jovens Rurais do Brasil: mapeando o debate acadêmico*. Nead/MDA, 2004. (mimeo).

Wanderley, M.N. B. *Juventude rural: Vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de Pesquisa, mimeo, 2003.

Weisheimer, N. *Os jovens agricultores e seus projetos profissionais: Um estudo de caso no bairro de Escadinhãs*, Feliz/RS. Porto Alegre, UFRS, Dis. Mestrado, 2004.

WHITAKER, Dulce, C. A. ; VELOSO, Thelma, M. (ORG.) *Oralidade e Subjetividade os meandros infinitos da memória*. Campina grande, EDUEP, 2005.

Anexos

Anexo 1 - Roteiro de entrevistas abertas

CONSTRUÇÃO DE UM ROTEIRO ABERTO DAS PERGUNTAS:

OBJETIVO GERAL

Compreender a emergência da identidade “Juventude Camponesa” nos Movimentos sociais do campo da Via campesina do Brasil.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Efetuar uma pesquisa bibliográfica que sustente, como referência teórica, as categorias chaves de pesquisa deste trabalho;
- Trabalhar reflexivamente as narrativas dos líderes jovens e adultos dos movimentos e pastorais da Via Campesina, MST, MPA, PJR, CPT, MMC, MAB e FEAB, em relação à organização da juventude dentro dos movimentos;
- Analisar os documentos dos encontros massivos ocorridos e das reuniões políticas da VIA, em especial da Juventude da VIA, de 2001 a 2006;
- Entrevistar, descrever e analisar os comentários e trabalhos dos jovens que participam dos encontros, para perceber como eles entendem esta construção;
- Identificar e compreender os rituais e os símbolos que são utilizados para a construção da identidade, como bandeiras, camisetas, materiais do campo enfim a mística que é construída;

Roteiro de entrevista:

Entrevistado: João Paulo Rodrigues Chaves

Entrevistador: Paulo Mansan - Esmeraldo Leal dos Santos

Data: 23/11/2006

Local: encontro nacional da Juventude da Via campesina - Escola Nacional Florestan

Fernandes

Como o tempo estava curto e Esmeraldo já tinha feito uma entrevista com ele – a primeira pergunta que era mais genérica – fizemos juntos -

Orientação dos símbolos :

X = PERGUNTA SÓ PARA O DIRIGENTE JOVENS.

XX = MESMA PERGUNTA PARA O DIRIGENTE JOVEM E O PARA O MAIS VELHO.

XXX = PERGUNTA SÓ PARA O MAIS VELHO.

XXXX = PERGUNTAS ESPONTÂNEAS.

XX – Companheiro (a) conte, um pouco da sua história de vida? Paulo --- Onde o MST entra nela?

XX E como começaram a organizar a juventude do movimento?

XX como está o trabalhão, co no continuá-lo?

X: o que é ser jovens no movimento?

XX como o movimento vê a formação ? O que se está fazendo para isso?

XX Tem algo importante que não foi colocado e você acha importante colocar?

Perguntas a acrescentar:

XXX – Como tu vêes o jovem hoje? Qual a diferença para o teu tempo?

XX O movimento produz material específico para os jovens?

XX como começou a VIA e como ela está pensando a organização dos jovens?

XX o que tu achas do protagonismo juvenil? Ele se manifesta no movimento?

XX A mística no que ela contribui no processo de formação.

Anexo 2 – Questionário sobre o perfil dos jovens entrevistados

<p>Pesquisa: Estudo sobre o perfil e a composição da juventude junto aos movimentos sociais da Via Campesina Brasil</p> <p>PESQUISA DE MESTRADO: A juventude rural nos movimentos sociais da Via campesina do Brasil (UFCG)</p>	01	Nº do Questionário	_____			
	02	Data de aplicação	____/____/____			
	03	Sigla da UF	____			
	04	Brigada	____			
I - IDENTIFICAÇÃO						
05	Você atua, em que organização da VIA CAMPESINA: () MPA () MST () MMC () PJR () MAB () CPT () FEAB Atua em que tarefa em sua organização:					
1	<input type="checkbox"/>	Assoc. de produtores do seu assentamento	2	<input type="checkbox"/>	Instância de direção local do MST	
3	<input type="checkbox"/>	Instância de direção estadual do MST	4	<input type="checkbox"/>	Instância de direção nacional do MST	
5	<input type="checkbox"/>	Núcleo do Acampamento	6	<input type="checkbox"/>	Setores _____	
7	<input type="checkbox"/>	Não atuo		<input type="checkbox"/>	Outro - Qual? _____	
06	Qual a sua idade? _____ Anos		08	Qual o seu estado civil?		
07	Qual o seu sexo?		1	<input type="checkbox"/>	Solteiro	
	1	<input type="checkbox"/>	Feminino	2	<input type="checkbox"/>	Casado
	3	<input type="checkbox"/>	Masculino	3	<input type="checkbox"/>	Divorciado
				4	<input type="checkbox"/>	Viúvo
				5	<input type="checkbox"/>	Outro - Qual? _____
09	Você tem filhos?		10	Onde você nasceu?		
	2	<input type="checkbox"/>	Sim	6	<input type="checkbox"/>	Área rural
	4	<input type="checkbox"/>	Não	8	<input type="checkbox"/>	Área urbana
11	Você:					
	1	<input type="checkbox"/>	Sempre morou no campo (Pular para 14)	3	<input type="checkbox"/>	Sempre morou na cidade (Pular para 14)
				5	<input type="checkbox"/>	Já morou no campo e na cidade

<p>12 Aproximadamente, quanto tempo você mora/morou no campo?</p> <p><input type="text"/> Anos <input type="text"/> Meses</p>	<p>13 Aproximadamente, quanto tempo você mora/morou na cidade?</p> <p><input type="text"/> Anos <input type="text"/> Meses</p>
--	---

14 Você diria que sua cor ou raça é:

1 Branca 2 Preta 3 Parda 4 Amarela

5 Indígena 6 Outra - Qual? _____

15 Qual a sua religião?

1 Católica 2 Evangélica 3 Espírita 4 Umbanda

5 Outra - Qual? _____

II – ESCOLARIZAÇÃO

16 Se você está estudando, em que série ou ano você está?

1 Da 1ª à 3ª série do 1º grau 2 4ª série/primário completo

3 Da 5ª à 7ª série/ginásio incompleto 4 8ª série/ginásio completo

5 1ª/2ª série do 2º grau/colegial incompleto 6 3ª série do 2º grau/colegial completo

7 Superior incompleto 8 Superior completo

9 Pós-graduação (completa ou incompleta) 10 Não estou estudando

17 Se você não está estudando, até que série ou ano você estudou?

1 Da 1ª à 3ª série do 1º grau 2 4ª série/primário completo

3 Da 5ª à 7ª série/ginásio incompleto 4 8ª série/ginásio completo

5 1ª/ 2ª série do 2º grau/colegial incompleto 6 3ª série do 2º grau/colegial completo

7 Superior incompleto 8 Superior completo

9 Pós-graduação (completa ou incompleta) 10 Nunca foi à escola

18 Se você nunca foi à escola ou cursou até a 8ª série, você sabe ler e escrever?

2 Sim 4 Não 6 Você sabe ler e escrever apenas seu nome

19 Você parou de estudar antes do que gostaria?

1 Sim 3 Não (**Pular para 23**)

20 Por que parou de estudar? (marcar até 3 respostas)

1 Por causa do casamento 2 Porque não gosto

3 Porque não precisava 4 Porque a escola é longe

5 Por falta de transporte 6 Por causa do trabalho no campo

7 Por causa do trabalho na cidade 8 Por falta de renda (recursos econômicos)

9 Por causa da discriminação que sofria na escola por parte dos meus colegas

10 Por causa da discriminação que sofria na escola por parte dos professores

11 Porque os meus pais não querem que eu estude

12 Porque não consegui acompanhar os colegas, estava muito difícil.

13 Outro motivo - Qual? _____

21 Você gostaria de voltar a estudar? 6 Sim 8 Não (**Pular para 23**)

22 Até qual série você gostaria de estudar?

1 1º grau completo 2 2º grau técnico (ensino médio técnico)

3 2º grau (ensino médio) 4 2º grau (normal - formação de profs.)

5 3º grau (faculdade, ensino fundamental) 6 Pós-graduação

23 Se você quer cursar faculdade, que curso gostaria de fazer?

1 Pedagogia 2 Medicina 3 Enfermagem 4 Agronomia

- 5 Veterinária 6 História 7 Filosofia 8 Economia
- 9 Matemática 10 Biologia 11 Arquitetura 12 Educação Física
- 13 Outro - Qual? _____

24 Você acha que atuar no Movimento Social contribui para que você continue estudando? 1 Sim 3 Não

Você acha que atuar no Movimento Social contribui para que você continue no campo?

III - TRABALHO, RENDA, TEMPO LIVRE

25 Seus pais têm terra (lote, propriedade, posse)? 2 Sim 4 Não

26 E qual é a condição dos **seus pais** na terra?

- 1 Assentado 2 Camponês/agricultor
- 3 Acampado 4 Trabalhador rural com carteira assinada
- 5 Trabalhador rural sem carteira assinada (trabalha por dia/tarefa/bico) 6 Meeiro
- 7 Parceiro 8 Posseiro
- 9 Outra - Qual? _____

27 Você mora com seus pais? 1 Sim 3 Não

28 Você tem terra (lote, propriedade, posse)? 2 Sim 4 Não

29 Qual a **sua** principal relação com a terra?

1 Assentado

2 Agricultor familiar

3 Acampado

4 Trabalhador rural com carteira assinada

5 Trabalhador rural sem carteira assinada
(trabalha por dia/tarefa/bico)

6 Meeiro

7 Parceiro

8 Posseiro

9 Outra - Qual? _____

30 Você exerce alguma atividade com renda (trabalho remunerado)?

1 Só no campo

2 Só na cidade (**Pular para 33**)

3 No campo e na cidade

4 Não exerço (**Pular para 35**)

31 Em qual atividade remunerada você trabalha **no campo**? (Marcar **uma** ou até 3 respostas)

1 Na terra dos pais

2 Na própria terra

3 Na terra de outros parentes

4 Área coletiva

5 Assalariado rural com carteira assinada

6 Trabalhador rural sem carteira assinada
(trabalha por dia/tarefa/bico)

7 No acampamento

8 Outro - Qual? _____

32 Qual a sua renda aproximada nesta atividade **no campo**?

R\$ _____

33 Em qual atividade remunerada você trabalha **na cidade**? (Marcar **uma** ou até 3 respostas).

1 No comércio

2 Em residências, como doméstica (o)

3 Em instituições públicas (Prefeitura)

4 Em sindicato

5 Em movimento social

6 Na construção civil (obra)

7 Professor (a)

8 Outro - Qual? _____

34 Qual a sua renda aproximada nesta atividade **na cidade**?

R\$

35 Você exerce algum trabalho sem renda? Qual é? (Marcar **uma** ou até 3 respostas).

1 Afazeres domésticos, de lar, cuida da casa

2 Trabalha na roça com os pais

3 Trabalha na roça para parentes

4 Ajuda parentes na construção e reforma de casa

5 Outro - Qual?

6 Não exerço

36 Como considera seu trabalho na roça?

1 Agroecológico/sem agrotóxico

2 Convencional (com agrotóxicos e outros insumos químicos)

3 Transitório de um sistema para outro (parte da produção com agrotóxico e parte sem agrotóxico)

4 Outro - Qual? _____

37 Quando você não está trabalhando, o que você mais gosta de fazer ou freqüentar como lazer? (Marcar até 3 respostas).

1 Bares

2 Banho de rio/
cachoeira

3 Circo

4 Centros de informática

5 Festas religiosas ou tradicionais

6 Caçar

7 Esportes - quadra de esportes

8 Futebol - campo de futebol

9 Namorar

10 Parques

11 Pescar

12 Rodeio

13 Vaquejada

14 Baralho (truco etc.)

15 Ir à Igreja

16 Andar a cavalo

17 Outra atividade - Qual? _____

38	Você faz esta (s) atividade (s) no campo ou na cidade?		
2	<input type="checkbox"/> Na cidade	4	<input type="checkbox"/> No campo
6	<input type="checkbox"/> Na cidade e no campo		
39	Quando você não está trabalhando no campo, o que você gostaria de fazer ou frequentar como lazer no campo e não pode fazer? (Marcar até 3 respostas).		
1	<input type="checkbox"/> Bares	2	<input type="checkbox"/> Banho de rio/ cachoeira
3	<input type="checkbox"/> Circo		
4	<input type="checkbox"/> Centros de informática	5	<input type="checkbox"/> Festas religiosas ou tradicionais
6	<input type="checkbox"/> Caçar		
7	<input type="checkbox"/> Esportes - quadra de esportes	8	<input type="checkbox"/> Futebol - campo de futebol
9	<input type="checkbox"/> Namorar		
10	<input type="checkbox"/> Parques	11	<input type="checkbox"/> Pescar
12	<input type="checkbox"/> Rodeio		
13	<input type="checkbox"/> Vaquejada	14	<input type="checkbox"/> Baralho (truco etc.)
15	<input type="checkbox"/> Ir à Igreja		
16	<input type="checkbox"/> Andar a cavalo	17	<input type="checkbox"/> Outra atividade - Qual? _____

40	Qual é a principal razão que impede você de fazer tais atividades de lazer que nunca faz, mas que gostaria de fazer? (Marcar uma ou até 2 respostas).		
1	<input type="checkbox"/> Porque não tenho essa opção onde moro	2	<input type="checkbox"/> Falta de tempo
3	<input type="checkbox"/> Falta de dinheiro	4	<input type="checkbox"/> Meus pais não deixam
5	<input type="checkbox"/> Outra razão - Qual? _____		

IV - PERCEPÇÃO SOBRE PERMANÊNCIA NO CAMPO

41	Você quer ficar na terra (campo)?	42	Você acha que vai ficar na terra (campo)?
1	<input type="checkbox"/> Sim	3	<input type="checkbox"/> Não
2	<input type="checkbox"/> Sim	4	<input type="checkbox"/> Não

43	Você acha que os jovens da sua região estão saindo do campo?	5	<input type="checkbox"/>	Sim	7	<input type="checkbox"/>	Não (Pular para 45)						
44	Em sua opinião, por que os jovens estão saindo do campo? (Responder até 3 alternativas)												
1	<input type="checkbox"/> Falta de renda (condições econômicas)	2	<input type="checkbox"/>	Falta de incentivo da família	3	<input type="checkbox"/>	Falta de emprego	4	<input type="checkbox"/>	Falta de lazer			
5	<input type="checkbox"/> Falta de estudo/ escola	6	<input type="checkbox"/>	Falta de saúde (acesso/ hospitais)	7	<input type="checkbox"/>	Porque não possui terra	8	<input type="checkbox"/>	Desvalorização do campo e da pequena produção			
9	<input type="checkbox"/> Falta de crédito para a produção	10	<input type="checkbox"/>	Falta de assistência técnica	11	<input type="checkbox"/>	O pai (mãe) não deixa decidir nada na terra	12	<input type="checkbox"/>	Outra razão - Qual? _____			
45	Alguma vez você já se sentiu discriminado ou desrespeitado por ser do campo?												
2	<input type="checkbox"/> Não, nunca me senti discriminado ou desrespeitado por ser do campo (Pular para 47)												
4	<input type="checkbox"/> Sim, já me senti discriminado ou desrespeitado por ser do campo												
46	Por quem ou onde você se sentiu discriminado ou desrespeitado por ser do campo? (Marcar uma ou até 3 respostas).												
1	<input type="checkbox"/> Professor (a)	2	<input type="checkbox"/>	Patrão na cidade	3	<input type="checkbox"/>	Na agência do banco	4	<input type="checkbox"/>	Colegas da escola			
5	<input type="checkbox"/> Colegas do trabalho	6	<input type="checkbox"/>	No posto de saúde	7	<input type="checkbox"/>	Na agência do INSS (Previdência)	8	<input type="checkbox"/>	Outro - Qual? _____			
V - MOVIMENTOS SOCIAIS													
47	Você já fez algum curso de formação política?							1	<input type="checkbox"/>	Sim	3	<input type="checkbox"/>	Não (Pular para 49)

48	Qual curso de formação política você fez? (Marcar todos os cursos que você fez).
1	<input type="checkbox"/> Escola Estadual
3	<input type="checkbox"/> Curso Básico da Escola Nacional
5	<input type="checkbox"/> Curso Para Dirigentes
7	<input type="checkbox"/> Curso de Agitação e Propaganda
9	<input type="checkbox"/> Outro - Qual? _____
2	<input type="checkbox"/> Curso Prolongado
4	<input type="checkbox"/> Curso para Frente de Massa
6	<input type="checkbox"/> Curso para Formação de Formadores
8	<input type="checkbox"/> Curso para Coordenadores de Núcleo
49	Os seus pais participam de movimento social? 2 <input type="checkbox"/> Sim 4 <input type="checkbox"/> Não (Pular para 51)
50	Em qual movimento social os seus pais participam?
1	<input type="checkbox"/> MST
3	<input type="checkbox"/> Movimento sindical-filiado à FETRAF/BR
5	<input type="checkbox"/> MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)
	<input type="checkbox"/> Outros - Quais? _____
2	<input type="checkbox"/> Movimento sindical-filiado à CONTAG
4	<input type="checkbox"/> MPA (Movimento dos Pequenos Produtores)
6	<input type="checkbox"/> MMC (Movimento das Mulheres Camponesas)
8	<input type="checkbox"/> CP'T (Comissão Pastoral da Terra)
51	Você atua em alguma organização da juventude? 5 <input type="checkbox"/> Sim 7 <input type="checkbox"/> Não (Pular para 53)
52	Em qual organização da juventude você atua? (Marcar uma ou até 3 respostas).
1	<input type="checkbox"/> PJR (Pastoral da Juventude Rural)
3	<input type="checkbox"/> Grupos de jovens na Igreja Católica
2	<input type="checkbox"/> PJ (Pastoral da Juventude)
4	<input type="checkbox"/> Grupos de jovens na Igreja Evangélica

5 Movimento estudantil

6 Juventude partidária

7 Setorial/coletivos de Movimentos Sociais Rurais (MST, MMC, MPA, MAB). Qual?

8 Outro -
Qual? _____

VI - COMPORTAMENTO E SEXUALIDADE

53 Com quantos anos de idade você teve sua primeira relação sexual?

Anos de idade

1 Não quero responder

3 Nunca tive, sou virgem.

(Pular para 57)

54 Você usou camisinha na PRIMEIRA vez em que teve relação sexual?

2 Usei

4 Não usei

6 Não lembro

8 Não quero responder

(Pular para 57)

55 Você usa camisinha nas suas relações sexuais?

1 Uso

3 Não uso

5 Às vezes

7 Não quero responder

(Pular para 57)

56 **Se você não usou camisinha** por quais motivos você não usou? (Marcar **uma** ou até 3 respostas)

1 Confiança no(a) parceiro(a)

2 Tenho parceiro(a) fixo(a)

3 Não tinha

4 Não gosto

5 Uso anticoncepcional

6 Não quis

7 O(A) parceiro(a) não quis

8 Relaxamento, descuido, falta de responsabilidade

9 Pretendo ter filhos

10 Não lembro, não quero responder

11 Outro -
Qual? _____

57 Como você reagiria se soubesse que seu/sua melhor amigo/amiga é homossexual (gay, lésbica)?

1 Ficaria indiferente

2 Não concordaria, mas não me afastaria

3 Não concordaria e me afastaria

4 Aceitaria

5 Apoiaria

6 Não quero responder

58 | Você já fumou ou fuma cigarro de tabaco?

2 Já fumou e continua fumando

4 Já fumou, mas parou.

6 Nunca fumou (**Pular para 60**)

59 | **Se você fuma ou já fumou**, que idade você tinha quando começou a fumar?

Anos de idade quando começou a fumar

60 | Você costuma beber com que frequência?

1 Todos os dias

2 3 a 4 vezes por semana

3 1 vez a 2 vezes por semana

4 Só de vez em quando

5 Nunca bebi (**Pular para 62**)

6 Não quero responder (**Pular para 62**)

61 | Que idade você tinha quando começou a beber?

Anos de idade quando começou a beber

62 | Alguma vez você já experimentou alguma droga além do tabaco e do álcool?

1 Sim

3 Não (**Pular para 65**)

5 Não sei (**Pular para 65**)

7 Não quero responder (**Pular para 65**)

63 | Alguma vez você já segurou alguma droga além de tabaco e álcool? () sim
() não

64 | Que idade você tinha quando experimentou droga pela primeira vez?

Anos de idade quando experimentou droga pela primeira vez

65 | Quais drogas você experimentou?

66	Na sua opinião, qual o papel da juventude do campo?		
VII - INFORMAÇÕES SOBRE O ENTREVISTADOR E A ENTREVISTA			
66	Nome do entrevistador:		
67	Horário de início Da entrevista: <input type="text"/> <input type="text"/> : <input type="text"/> <input type="text"/>	68	Horário de término da entrevista: <input type="text"/> <input type="text"/> : <input type="text"/> <input type="text"/>
69	Observações sobre a entrevista:		

Biblioteca UFPB/CH ECSI

Anexo 3 – Quadros dos entrevistados.

NOME	IDADE	ORGANIZAÇÃO	ANO	ESTADO
João Paulo Rodrigues	26	MST	2007	SP
Altacir	42	MPA	2007	RS - GO
Eber Dartora	26	PJR	2008	RS - DF
Maciel Cover	24	PJR	2007	DF - RS
Ana Lúcia	22	MPA	2007	ES
Isnar Borges	37	PJR	2008	RS
Julciane	25	MMC	2007	SC - DF
Esmeraldo Leal	35	MST	2007	SE
Océlio	24	MAB	2007	CE
Rosana	24	MAB	2007	SC - GO
Gilberto Servink	36	MAB	2007	RS
Justina	52	MMC	2007	SC

BIBLIOTECA/UFPA/CH/ECSSO